



REINTEGRAR A NATUREZA NA CIDADE.

Habitar em contexto de Parque Urbano e Renaturalização do Vale de Alcântara

Ângela Daniela de Jesus Ramos

(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

Projeto Final de Mestrado

para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Equipa de Orientação

Professor Doutor Nuno Miguel Feio Ribeiro Mateus

Professora Doutora Maria Manuela Mendes

Júri:

Presidente: Professor Doutor Jorge Luis Firmino Nunes

Vogal: Professor Doutor Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa

Documento Definitivo

Lisboa, FA Ulisboa, setembro, 2020

REINTEGRAR A NATUREZA NA CIDADE

INDÍCE

- RESUMO	IX
- ABSTRACT	XI
- AGRADECIMENTOS	XIII
- INDÍCE DE FIGURAS	XIV
- INTRODUÇÃO	1

ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS, QUESTÃO E HIPÓTESES METODOLOGIA E ESTRUTURA ORGANIZATIVA	
---	--

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO E TERRITÓRIO – O PAPEL DO VALE NA CIDADE	7
---	----------

1.1. Evolução Histórica do Vale de Alcântara	11
1.2. O Vale e os seus Limites	13
1.3. Sobre a Sua Identidade e Memória	19
1.4. Notas Conclusivas	23

CAPÍTULO II. O BAIRRO DA LIBERDADE	25
---	-----------

2.1. Evolução Morfológica do Bairro	29
2.1.1. Restrições do Território – Espaço Público e Privado	33
2.2. Notas Conclusivas	39

CAPÍTULO III. O HABITAR	41
3.1. Diversidade de Estruturas Familiares e Modos de Vida	43
3.1.1. Habitar no Coletivo vs. Relações de Vizinhaça	47
3.1.2. Habitar na Cidade vs. Habitar com a Natureza	51
3.1.3. Mix Social como Modo de Habitar	55
3.2. Notas Conclusivas	59
 CAPÍTULO IV. PROJECTO – HABITAR NO PARQUE	 63
4.1. Parque Urbano do Vale de Alcântara	71
4.1.1. Consolidação de uma Nova Frente Urbana	77
4.2. As Diferentes Tipologias da Casa	81
4.2.1. Matéria e Detalhe	87
4.3. Notas Conclusivas	89
 - CONCLUSÃO	 93
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
- ANEXOS	105
1- Investigação da Cartografia Histórica	107
2- Investigação Fotográfica Histórica	123
3- Maquetes de Trabalho	141
4- Apresentação	175
5- Painéis	179

RESUMO

TÍTULO

REINTEGRAR A
NATUREZA NA CIDADE

SUBTÍTULO

Habitar em contexto de
Parque Urbano e
Renaturalização do Vale de
Alcântara

NOME

Ângela Daniela de Jesus
Ramos

EQUIPA DE ORIENTAÇÃO

Professor Doutor Nuno
Mateus

Professora Doutora Maria
Manuela Mendes

Mestrado Integrado em
Arquitetura

Lisboa, FAUL, setembro de
2020

Ao olharmos a cidade de Lisboa na atualidade, percebemos que existe uma necessidade de intervenção em diversas zonas, que se encontram fragmentadas da restante malha urbana. O Vale de Alcântara representa uma destas zonas, onde o crescimento desequilibrado da cidade se fez sentir de forma visível, tendo sido apropriado por um excessivo número de infraestruturas que desrespeitam ainda hoje a sua função natural e que se configuram como uma barreira física entre o Parque Florestal de Monsanto e a restante cidade. Quando nos apercebemos da dimensão que este aglomerado infraestrutural ocupa, assim como os espaços mortos que cria, surge a necessidade de intervenção.

A intervenção que se propõe passa por reativar a função natural do vale, definindo um parque urbano de produção agrícola, que exalte a memória do lugar enquanto permite uma continuidade da estrutura ecológica da cidade, que produzirá benefícios ambientais a uma escala maior. Também se propõe a construção de uma frente urbana, que permita a existência da densidade própria de cidade, enquanto que colmata as pré-existências do vale, nomeadamente junto ao Bairro da Liberdade, que tal como outras zonas do vale, se encontra afastado da restante cidade.

Com o intuito de requalificar toda a área do Vale de Alcântara, pretende-se possibilitar a integração do espaço verde na cidade, através da renaturalização de todo o vale, respeitando a sua própria natureza e encontrando soluções e novas adaptações face às pré-existências.

(232 palavras)

Palavras chave: Renaturalização | Parque Urbano | Bairro | Habitar | Vale de Alcântara

ABSTRACT

TITLE

REINSTATE NATURE IN
THE CITY

SUBTITLE

Living in the context of
Urban Park and
Renaturation of the
Alcântara Valley

NAME

Ângela Daniela de Jesus
Ramos

ADVISING TEAM

PhD Architect Nuno Mateus

PhD Sociologist Maria
Manuela Mendes

Integrated Master in
Architecture

As we look upon today's city of Lisbon, we realize that there is a need for intervention in several areas, which are fragmented from the rest of the urban network. The Alcântara Valley is seen as one of these areas. There the unbalanced growth of the city is made visible, as the valley has been appropriated by an excessive number of infrastructures that, to this day, disrespect its primal function. These also consist as physical barrier between the Monsanto Forest Park and the rest of Lisbon itself. When we realize the dimension that these infrastructural settlements occupy, as well as the dead spaces they create, the need for intervention turns obvious.

The presented intervention involves reactivating the valley's natural function, proposing an urban park with agricultural production, which will exalt the memory of the place, while allowing a continuity of the city's ecological structure, which will produce environmental benefits on a larger scale. It is also proposed the construction of an urban front, which will allow the existence of the city's own density, while filling in the valley's pre-existence, namely near the Bairro da Liberdade, which, like other areas of the valley, is far from the rest of the city.

Aiming to requalify the whole area of the Alcântara Valley, it is intended to make possible the integration of green space in the city, through the reforestation and replantation of the whole valley, respecting its own nature and finding solutions and new adaptations to pre-existing areas.

(246 words)

Lisbon, FAUL, september
2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores,

Ao professor Nuno Mateus pelo desafio constante, e por toda a partilha de conhecimentos.

À professora Manuela Mendes, pela disponibilidade e paciência.

Aos meus pais,

Por todo o apoio incondicional, pelo interesse, por estarem sempre presentes e por toda a confiança.

À minha Irmã e ao Carlos,

Por todas as palavras de incentivo e presença, em especial à minha irmã pelo exemplo de luta e persistência ao longo da vida.

Aos meus avós e restante família.

Aos meus colegas e amigos,

Pedro, Gustavo, João, Madalena, Mara e Gonçalo, por todas as conversas e entusiasmo.

Às minhas amigas,

Jéssica, Filipa, Andreia e Flávia, pela amizade e por se manterem firmes, em especial à Isa por todo o interesse.

Ao Diogo,

Por todo o companheirismo e amizade, apoio e partilha, espírito crítico e entreajuda, e principalmente, por nunca deixar que este fosse um percurso solitário.

O meu sincero obrigada a todos.

ÍNDICE DE FIGURAS

1 | Planta geral de Lisboa, 1856-1858, levantamento topográfico. Filipe Folque. Fonte: Cartografia FAUL. **Pág. 6**

2 | Planta do Vale de Alcântara, 1856-1858, levantamento topográfico. Filipe Folque. Fonte: Cartografia FAUL. **Pág. 6**

3 | Planta geral de Lisboa, 1807. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 7**

4 | Diagrama das bacias hidrográficas da cidade de Lisboa. 2019. Elaboração própria. **Pág. 8**

5 | Planta do Vale de Alcântara, 1904-1911, levantamento topográfico. Silva Pinto. Fonte: Cartografia FAUL. **Pág. 8**

6 | Projeto para a construção do Caneiro de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 9**

7 | Projeto para a construção do Caneiro de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 9**

8 | Gravura da Ponte de Alcântara, 1900. José Artur Leitão Bárcia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 11**

9 | Gravura da batalha de Alcântara, 1940. Estúdio Mário Novais. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 11**

10 | As obras no Caneiro de Alcântara, 1945. Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 12**

11 | Construção da Avenida de Ceuta, 1950. Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 12**

12 | Início dos trabalhos no Parque Florestal de Monsanto, Ministro Mário Paes de Sousa planta uma árvore, 1938. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 13**

13 | Início dos trabalhos no Parque Florestal de Monsanto, 1938. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 13**

14 | Projeto para o Central Parque, N.Y. Frederick Law Olmsted. Fonte: <https://pixels.com/featured/central-park-plan-1858-granger.html>. **Pág. 14**

15 | Vista sobre o Vale de Alcântara, ao fundo o sítio do atual Parque de Monsanto, 1930. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 14**

16 | Construções no Vale de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 15**

17 | Plano de Urbanização de Alcântara, corte transversal do Vale de Alcântara, mostrando a encosta de Monsanto (à esquerda) e a proposta para o Parque da Encosta do Casal Ventoso (à direita). NPK-Arquitetos Paisagistas Associados. Fonte: Sousa Albuquerque, L.C. (2014). Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Escola de Ciência e Tecnologia, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora, Évora. **Pág. 16**

18 | Plano de Urbanização de Alcântara, representação da bacia de retenção seca – jardim ripícola. NPK-Arquitetos Paisagistas Associados. Fonte: Sousa Albuquerque, L.C. (2014). Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Escola de Ciência e Tecnologia, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora, Évora. **Pág. 16**

19 | Caldeira de Alcântara e Moinho de Maré, 1727. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 17**

20 | Troço marítimo do caneiro junto à Caldeira de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte: Augusto Vieira da Silva. Dispersos, Volume III, Lisboa, Câmara Municipal. **Pág. 17**

21 | Obras na doca de Alcântara, 1900. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 18**

22 | A Ribeira de Alcântara junto à antiga ponte do Tarujo, 1912. Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 20**

23 | Mulheres a desempenhar tarefas domésticas junto à Ribeira de Alcântara, 1912. Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 20**

24 | Pedreiras assinaladas no Vale de Alcântara. Autor desconhecido.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 21**

25 | Presença agrícola no Vale de Alcântara, 1900. Paulo Guedes. Fonte:

Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 22**

26 | Fotomontagem sobre o Bairro da Liberdade. Arquiteta Andreia

Salavessa. Fonte: Imagem cedida pela Arquiteta Andreia Salavessa. **Pág. 24**

27 | Imagem sobre o Bairro da Liberdade. Arquiteta Andreia Salavessa.

Fonte: Imagem cedida pela Arquiteta Andreia Salavessa. **Pág. 25**

28 | Habitações ao longo do Vale de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte:

Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 26**

29 | Habitações ao longo do Vale de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte:

Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 26**

30 | Habitações ao longo do Vale de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte:

Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 26**

31 | Bairro da Serafina, 1945. Domingos Alvão. Fonte: Arquivo Municipal de

Lisboa. **Pág. 27**

32 | Casa degradada na Rua B, Bairro da Liberdade, 1968. Vasco

Gouveia de Figueiredo. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 27**

33 | Aqueduto das Águas Livres, 1900. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo

Municipal de Lisboa. **Pág. 29**

34 | Cavidade na encosta, Rua dos Sete Moinhos, 1971. Artur João

Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 29**

35 | Vista sobre o Bairro da Liberdade, 1938. Ferreira da Cunha. Fonte:

Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 30**

36 | Vista sobre o Bairro da Liberdade, 1968. João Hermes Cordeiro

Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 31**

37 | Praça do comércio, 1959. Armando Maia Seródio. Fonte: Arquivo Municipal

de Lisboa. **Pág. 33**

38 | Espaço deixado livre pelo automóvel. Jan Gehl. Fonte: Gehl, J. (2013).

Cities for People. ISLAND PRESS. Pg.5. **Pág. 34**

39 | Keyword list: 12 quality criteria concerning the pedestrian landscape. Jan Gehl. Fonte: Gehl, J. (2013). Cities for People. ISLAND PRESS. Pg.239. **Pág. 35**

40 | Representação gráfica da ligação entre a qualidade exterior e as atividades ao ar livre. Jan Gehl. Fonte: Gehl, J. (2013). Cities for People. ISLAND PRESS. Pg.21. **Pág. 36**

41 | Pessoas a conviver na rua, Bairro da Liberdade. Autor desconhecido. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html. **Pág. 36**

42 | Bairro da Liberdade. Autor desconhecido. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html. **Pág. 37**

43 | Pátio interior numa vila, Bairro da Liberdade. Autor desconhecido. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html. **Pág. 37**

44 | Diferentes estruturas familiares. Autor desconhecido. Fonte: https://www.123rf.com/photo_85116581_stock-vector-family-icons-set-adults-and-children-stick-figure-symbols-traditional-families-and-same-sex-partners.html. **Pág. 43**

45 | Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011. Anabela Delgado e Karin Wall. Fonte: INE, Famílias nos Censos 2011, Diversidade e Mudança. Anabela Delgado e Karin Wall (coordenadoras). Quadro 2.2. Pág. 47. **Pág. 44**

46 | Evolução das pessoas sós em Portugal, 1991-2011. Anabela Delgado e Karin Wall. Fonte: INE, Famílias nos Censos 2011, Diversidade e Mudança. Anabela Delgado e Karin Wall (coordenadoras). Quadro 5.1. Pág. 128. **Pág. 45**

47 | Schlesiisches Tor (Bonjour Tristesse), Berlim. Giovanni Chiaramonte. Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros>. **Pág. 46**

48 | Campo di Marte, Veneza. Alberto Lagomaggiore. Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros> **Pág. 46**

49 | Bairro schilderswijk West, Haia. Alessandra Chemollo. Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros>. **Pág. 46**

50 | Bairro da Bouça, Porto. Autor desconhecido. Fonte: <https://portoalities.com/pt/10-obras-imperdiveis-de-siza-vieira-no-porto/>. **Pág. 47**

51 | Arquiteto Siza Vieira junto ao Bairro construído em Haia. Autor desconhecido. Fonte: <https://expresso.pt/sociedade/2017-11-13-Os-vizinhos-de-Siza-vao-para-o-CCB>. **Pág. 47**

52 | Plano de Urbanização para a Alta de Lisboa. Autor: Autor desconhecido. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Planta-Geral-do-PUAL-Fonte-UPAL_fig2_284162411. **Pág. 52**

53 | The Three Magnets. Ebenezer Howard. Fonte: <https://www.gutenberg.org/files/46134/46134-h/46134-h.htm>. **Pág. 55**

54 | Cidade de Letchworth, Ebenezer Howard. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>. **Pág. 56**

55 | Cidade de Letchworth, Ebenezer Howard. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>. **Pág. 56**

56 | Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Autor desconhecido. Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2020-05-11-Curador-por-um-dia-do-Museu-Gulbenkian>. **Pág. 57**

57 | Revitalização do Rio Cheonggyecheon, Seoul. Autor desconhecido. Fonte: <https://medium.com/@isadoralealfarias/h%C3%A1-no-renascimento-do-c%C3%B3rego-cheonggyecheon-em-seoul-cor%C3%A9ia-do-sul-uma-das-melhores-b1fb748ede8d>. **Pág. 64**

58 | O Antes e depois da intervenção no Rio Cheonggyecheon, Seoul. Autor desconhecido. Fonte: <https://ecourbana.wordpress.com/2008/09/15/seul-limpa-rio-poluido-em-tempo-recorde/>. **Pág. 64**

59 | Renaturalização do Rio Cheonggyecheon, Seoul. Autor desconhecido. Fonte: <https://viatrolebus.com.br/2015/11/o-exemplo-de-seul-na-teoria-do-transito-induzido/>. **Pág. 65**

- 60** | Cartaz da proposta elaborada pelo grupo de estudantes “vetges tu”. Fonte: AZEVEDO, Afonso Duarte – Do Rio ao Jardim: O Exemplo do Túria – Valência. Porto: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado. **Pág. 66**
- 61** | Imagem dos jardins do Parque Túria, Valência. Autor desconhecido. Fonte: <https://livinginiberia.com/2015/09/29/jardim-do-turia-valencia-espanha/>. **Pág. 66**
- 62** | Renaturalização da Praça de Espanha, Lisboa. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.lisboa.pt/nova-praca-de-espanha>. **Pág. 67**
- 63** | Imagem aérea sobre o Vale de Alcântara. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. **Pág. 70**
- 64** | Esquízo de intenções para a intervenção no Vale de Alcântara. Elaboração própria (2019). **Pág. 70**
- 65** | Antes e depois, proposta de rede rodoviária e ferroviária para o Vale de Alcântara. Elaboração própria (2020). **Pág. 72**
- 66** | Parque de Aranzadi, Pamplona. Autor desconhecido. Fonte: <https://arqa.com/arquitectura/paisaje-medioambiente/parque-de-aranzadi-pamplona-espana.html>. **Pág. 72**
- 67** | Esquízo diagramático indentificativo das zonas de produção agrícola e de lazer. Elaboração própria (2020). **Pág. 73**
- 68** | Maquete de estudo do fundo de vale, zona agrícola. Elaboração própria (2020). **Pág. 73**
- 69** | Maquete de estudo do fundo de vale, zona agrícola. Elaboração própria (2020). **Pág. 73**
- 70** | Imagem aérea, zona de Aveiro. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**
- 71** | Imagem aérea, zona de Aveiro. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**
- 72** | Imagem aérea, junto ao Rio Lis. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**

73 | Imagem aérea, junto ao Rio Alcobaça. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**

74 | Imagem aérea, junto ao Rio Tejo. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**

75 | Imagem aérea, junto ao Rio Tejo. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 74**

76 | Imagem aérea, junto ao Rio Côa. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 75**

77 | Imagem aérea, junto ao Rio Nilo. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 75**

78 | Zona de intervenção a uma escala mais aproximada. Elaboração própria. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth. **Pág. 77**

79 | Elemento de estudo 3D da composição formal da nova frente urbana. Elaboração própria. (2020). **Pág. 77**

80 | A malha definida para o projeto. Elaboração própria. (2020). **Pág. 78**

81 | Diferentes dimensões da malha. Elaboração própria. (2020). **Pág. 78**

82 | Projeto para o concurso de habitação social de alvenaria, Atelier FALA. Atelier FALA. Fonte: <https://www.designboom.com/architecture/alvenaria-social-housing-by-fala-atelier/>. **Pág. 78**

83 | Projeto para o concurso de habitação social de alvenaria, Atelier FALA. Atelier FALA. Fonte: <https://www.designboom.com/architecture/alvenaria-social-housing-by-fala-atelier/>. **Pág. 78**

84 | Rua pedonal entre habitações identificada. Elaboração própria. (2020). **Pág. 79**

85 | Quinta da Malagueira, Évora, projeto da autoria do Arquiteto Siza Vieira. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>. **Pág. 79**

86 | Quinta da Malagueira, Évora, projeto da autoria do Arquiteto Siza Vieira. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>. **Pág. 79**

87 | Quinta da Malagueira, Évora, projeto da autoria do Arquiteto Siza Vieira. Fernando Guerra. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/883218/quinta-da-malagueira-de-alvaro-siza-pelas-lentes-de-fernando-guerra>. **Pág. 80**

88 | Diagrama representativo dos diferentes tipos de lotes. Elaboração própria. (2020). **Pág. 81**

89 | Diagrama representativo de possíveis variações formais e tipológicas. Elaboração própria. (2020). **Pág. 81**

90 | Diagrama volumétrico das possíveis ampliações da casa. elaboração própria. (2020). **Pág. 81**

91 | Quinta Monroy, Chile, projeto da autoria do arquiteto Alejandro Aravena. Autor desconhecido. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. **Pág. 82**

92 | Diagrama representativo dos espaços exteriores das diferentes tipologias e possíveis espaços verdes. Elaboração própria. (2020). **Pág. 82**

93 | Representação gráfica do sistema de patamares proposto. Elaboração própria. (2020). **Pág. 82**

94 | Planta esquemática da casa base. Elaboração própria. (2020). **Pág. 83**

95 | Planta de cobertura da casa base. Elaboração própria. (2020). **Pág. 84**

96 | Planta esquemática da casa base com as agregações. Elaboração própria. (2020). **Pág. 84**

97 | Conjunto de várias tipologias. Elaboração própria. (2020). **Pág. 85**

98 | Maqueta de conjunto. Elaboração própria. (2020). **Pág. 87**

99 | Pormenor de vão. Elaboração própria. (2020). **Pág. 88**

O homem, produto (talvez supremo) da natureza e, consequentemente, espelho desta; a natureza, parte do cosmo. Para que a harmonia reine é necessário insuflar nas empresas do espírito o próprio espírito que reside na obra natural.

É necessário tornar a obra humana solidária com a obra natural. A natureza fornece-nos ensinamentos ilimitados. A vida revela-se nela; a biologia congrega as suas regras. Tudo nela é nascimento, crescimento, desenvolvimento, definhamento. (...) A unidade que existe na natureza e no homem é a lei que dá vida às obras.¹

¹ LE CORBUSIER – **Maneira de pensar o urbanismo**. 4ª edição. Lisboa: Europa-América Lda, 2008. p. 42-43.

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES

É, cada vez mais, imperativo, intervir nas cidades, de forma a que estas se relacionem com o seu território natural, permitindo a criação de estruturas ecológicas, e a continuidade dos sistemas naturais.

Assim sendo, com este Projeto Final de Mestrado pretende-se reinterpretar, em termos urbanos e arquitetónicos, uma zona da cidade de Lisboa, mais precisamente, o Vale de Alcântara. Trata-se de um território que ao longo dos anos foi sofrendo algumas alterações, que tenderam a ignorar a sua função natural, negligenciando que este Vale era o maior vale drenante da cidade de Lisboa. Acresce que neste momento, este lugar é percecionado pelos habitantes da cidade de Lisboa como um mero aglomerado de infraestruturas, não sendo um lugar onde se queira viver ou permanecer.

Neste contexto e olhando um pouco para a história do vale, um dos principais objetivos deste trabalho passa por entender o comportamento natural do vale, assumindo-se uma atitude de requalificação do lugar, para que este deixe de ser olhado como uma periferia e passe a ser percecionado como parte integrante da cidade. Esta estratégia que passa pela sua renaturalização, implica a mobilização de um olhar atento sobre a história do lugar, o que nos remete para um local onde no passado se encontrava uma ribeira com imensos afluentes, e onde a população se fixava para cultivar a terra devido à fertilidade do solo. Nesta sequência, surgem desde logo algumas questões de trabalho: 1) de que forma as referências históricas podem interferir nesta renaturalização? 2) E quais as implicações que tais alterações trazem para o território? 3) E como podemos lidar com a confrontação direta com o elevado número de

infraestruturas presentes no vale? Esta situação implica consequentemente a inversão de um processo de infraestruturação excessivo, que, foi ocorrendo ao longo do tempo com a introdução do caneiro, com a construção da Avenida de Ceuta, do Eixo Norte-Sul, da Estação de Campolide, tornando assim o solo bastante mais impermeável, o que se reflete na quantidade de cheias e deslizamentos de terra que podemos observar nos dias de hoje ao longo do vale, assim como, na barreira que foi criada entre os dois lados opostos do vale. Tais factos, transformaram este local, num lugar de passagem onde ninguém quer viver. Este Trabalho Final de Mestrado propõe algumas alterações neste aglomerado de infraestruturas. Procurando-se operar a devolução deste espaço à cidade e às pessoas que nela habitam, trazendo de volta algumas referências identitárias e históricas, possibilitando a criação de um vale ligado à produção agrícola como outrora já o foi.

A habitação social e clandestina, foi surgindo ao longo do Vale, e neste caso concreto, visa-se entender alguns conceitos sobre o habitar presentes no vale, e mais precisamente no Bairro da Liberdade e Serafina. No fundo, importa reinterpretá-los para que possam integrar e fazer parte da requalificação do lugar. Ao se abordar a temática da habitação, surge uma nova questão: 4) como requalificar o vale, integrando os tipos de habitação já existentes na morfologia urbana? Esta ação contempla o respeito pelo espaço casa, reconhecido pelos seus habitantes, mantendo as características de sociabilidade e coesão associadas a estas tipologias habitacionais. Sendo estes Bairros objeto de estigma por parte da população exterior, foi importante entender os principais fatores que contribuem para que tal aconteça, e perceber de que forma a arquitetura de um lugar pode influenciar e possibilitar uma maior integração socio espacial na morfologia da cidade. Para além disso, foi relevante perceber qual a importância da casa para os atores intervenientes nos bairros, e de que forma podemos intervir respeitando os seus princípios.

Constitui um dos principais objetivos deste trabalho, entender o papel da arquitetura e do arquiteto no combate ao estigma social; a proposta apresentada procura proporcionar a ocupação urbana, de forma a que o Bairro, integrado no Parque Urbano, passe a ser um elemento agregador de toda a sociedade e não, um elemento de separação e divisão social e espacial. A atitude aqui implícita passa por imprimir maior coesão social e espacial ao Vale de Alcântara, e consequentemente os Bairros que dele fazem parte, integrando-o na restante malha urbana exaltando a importância de uma simbiose entre o natural e o artificial.

METODOLOGIA e ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Este Projeto Final de Mestrado subdivide-se em duas componentes, uma de carácter mais teórico e investigativo, e uma outra de carácter prático, que está mais centrada na execução projetual.

No documento escrito, foi feita uma reflexão, não só sobre o lugar a intervir, como sobre uma série de conceitos, que se consideraram relevantes ao longo do desenvolvimento do projeto, de forma a complementar e a sustentar as opções projetuais. Este documento organiza-se em quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo se apresenta o enquadramento do território, abordando-se o papel que este desempenha na cidade, assim como perceber alguns conceitos, como a paisagem, a identidade do território, de forma a termos uma visão mais precisa da problemática que caracteriza o vale. No segundo capítulo, faz-se alusão a conceitos como o espaço público e o espaço privado, e entender a importância do espaço público no desenho da cidade, particularmente sobre o Bairro da Liberdade, por este ser o lugar onde se decidiu fazer uma

aproximação à escala arquitetónica. No terceiro capítulo, efetuou-se uma reflexão exploratória sobre os modos de habitar, abordando temas de relevância para o projeto. Por fim, o quarto capítulo, explica as opções projetuais tomadas, assim como, se reflete sobre como resolver alguns dos problemas identificados nos capítulos anteriores.

Em termos metodológicos, primeiramente, procedeu-se à investigação e consequente recolha de elementos cartográficos e fotográficos, de forma a analisar o local e perceber as principais alterações que sofreu ao longo da sua história. De forma complementar, realizaram-se algumas visitas ao local para reconhecimento do território, assim como se estabeleceram algumas conversas informais com os habitantes, para perceber o ponto de vista dos mesmos sobre o sítio, as suas memórias e perspetivas sobre o lugar, o que nos permitiu começar a realizar algumas peças desenhadas de análise ao terreno.

Paralelamente a todo o processo crítico e desenhado elaboraram-se elementos tridimensionais que permitiram um melhor conhecimento do território, assim como, apontou para várias formas de resolver um problema; para além disso, este estudo acompanhou também todas as escalas que o projeto irá abranger. Numa última fase, passou-se à execução de elementos de apresentação que vão desde a escala urbana à escala da mão, do detalhe arquitetónico.

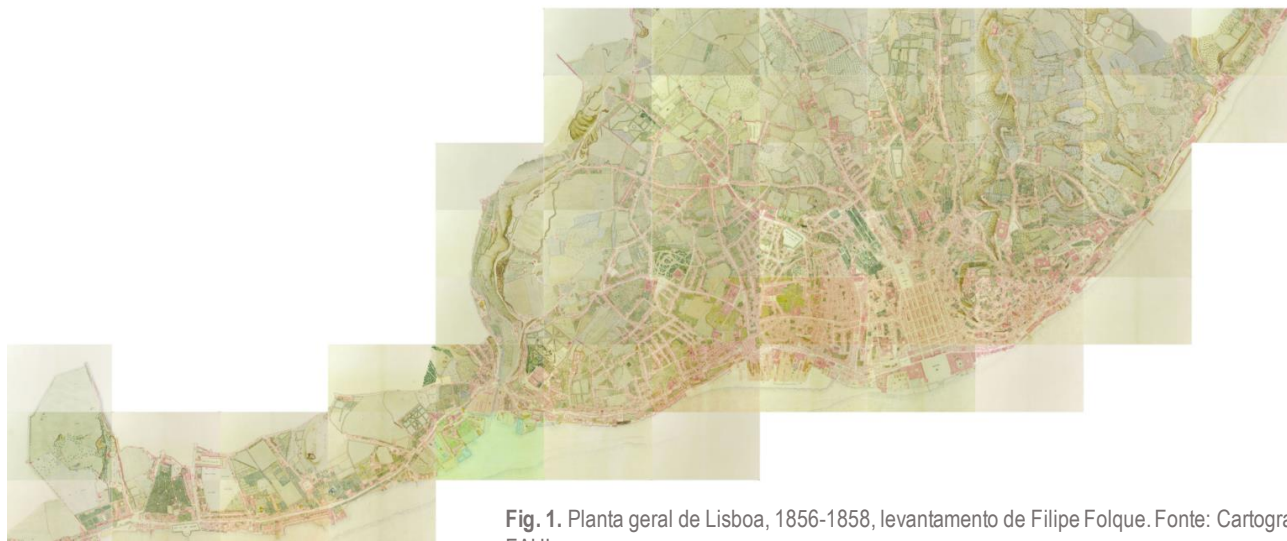


Fig. 1. Planta geral de Lisboa, 1856-1858, levantamento de Filipe Folque. Fonte: Cartografia FAUL.



Fig. 2. Planta do Vale de Alcântara, 1856-1858, levantamento de Filipe Folque. Fonte: Cartografia FAUL.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO E TERRITÓRIO – O PAPEL DO VALE NA CIDADE

Importa começar por esclarecer que este Trabalho Final de Mestrado tem como contexto de estudo e de intervenção mais alargado o Vale de Alcântara. No fundo, a proposta de intervenção procura estabelecer uma ligação lógica entre o Vale de Alcântara, território em estudo, e a cidade onde se insere, Lisboa. Para tal, importa conhecer de que forma as suas primeiras ocupações tiveram relevância na sua evolução morfológica, e consequentemente, na malha urbana da cidade, tendo como ponto de partida, entender o papel que o vale desempenha na cidade.

“(…) nos planaltos, terrenos delgados e pobres deram origem aos primeiros assentamentos e à vida urbana; no fundo dos vales, terras espessas e férteis deram lugar à agricultura e à vida rural.”²

Ao observarmos a planta de Filipe Folque (Figuras 1 e 2) podemos confirmar que o Vale de Alcântara teria então um carácter sobretudo agrícola, o que viria a alterar-se a partir do século XIX em que a cidade começa a expandir-se através dos vales, onde a população se fixava devido à sua exploração (Fig. 3), *“há três vales que sobressaem: os vales de Alcântara, Valverde e Chelas – sensivelmente coincidentes com as actuais Avenida de Ceuta,*

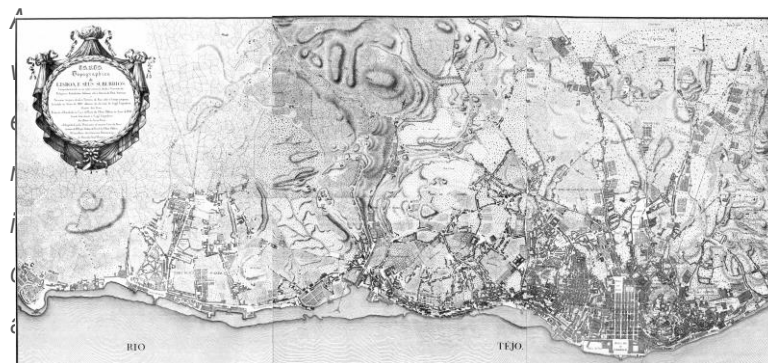


Fig. 3. Planta geral de Lisboa, 1807. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

² GRAÇA, João Luís - **Carrilho da Graça: Lisboa**. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2015. p. 50-51.

da Liberdade e a Estrada de Chelas. (...) Os vales acabam por ser ocupados, não se diferenciando já dos montes.”³. Esta expansão veio interferir com os sistemas naturais destes lugares, mas por outro lado, acabou por lhes conferir uma posição promissora, embora não aproveitada, dada a sua proximidade face ao centro da cidade.

Já no século XX, Lisboa enquanto um dos “principais centros de actividade económica do país”⁴, o que juntamente com o crescimento da população, que se deslocava em busca de melhores condições de vida, instalando-se muitas vezes em habitações de carácter ilegal e de forma desorganizada, fez com que, “as manchas rurais no centro da cidade cobriram-se de construções.”⁵

O Vale de Alcântara, é o principal vale drenante da cidade de Lisboa (Fig. 4) abrangendo a maior bacia hidrográfica da cidade, e ocupa uma área de cerca de 3.500 hectares, sendo “(...) um dos principais corredores de penetração e drenagem das massas de ar para o interior da cidade.”⁶ fazendo fronteira a poente com o parque florestal de Monsanto e a nascente com alguns bairros da cidade de Lisboa como, o Casal Ventoso e Campo de Ourique. A presença da água, e o carácter agrícola próprio dos Vales, antes da expansão da cidade, é visível no Vale de Alcântara. Verificamos que em alguns elementos fotográficos e na cartografia histórica, de Filipe Folque (séc. XIX) (Fig. 1 e 2) e Silva Pinto (séc. XX) (Fig. 5) a Ribeira de Alcântara é representada com grande expressividade.



Fig. 4. Diagrama das bacias hidrográficas da cidade de Lisboa. elaborado pela autora. (2019)



Fig. 5. Planta do Vale de Alcântara, 1904-1911, levantamento Silva Pinto. Fonte: Cartografia FAUL.

³ GRAÇA, João Luís - **Carrilho da Graça: Lisboa**. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2015. p. 56-57.

⁴ FADIGAS, Leonel - **Urbanismo e Natureza, Os desafios**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 84.

⁵ GRAÇA, João Luís - **Carrilho da Graça: Lisboa**. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2015. p. 56-57.

⁶ ALBUQUERQUE, Leonor Cheis - **Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara**. Évora: [S.N.], 2014. Dissertação de Mestrado. p. 39.

“A confluência de cursos de água, pequenos riachos, provenientes de zonas mais distantes como Sete Rios e de áreas mais próximas com as encostas de Monsanto, desaguavam na Ribeira de Alcântara (...)”⁷ o que acabava por contribuir para a existência de um solo mais fértil e produtivo junto à ribeira, imprimindo a toda a área um aspeto mais rural. A presença de algumas pedreiras, a partir do século XV, também era notória, e a sua exploração também teve influência na vinda e instalação de pessoas de origens mais humildes, em busca de trabalho para o vale, sendo que no século XIX a exploração da pedra deixa de desempenhar um papel importante no local.

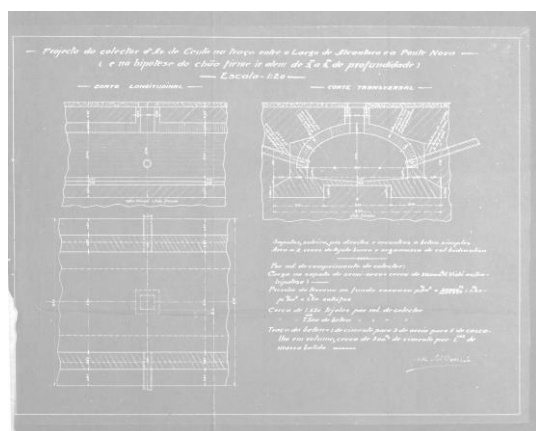


Fig. 6. Projeto para a construção do Caneiro de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Também a época da industrialização está inscrita no vale, mais a sul, desempenhando um papel importante no que toca à evocação de algumas vilas operárias, nomeadamente, a presença da antiga Fábrica da Pólvora, que teve um papel importante na evolução da zona. Com o encanar da Ribeira, no século XIX, (Figuras. 6 e 7) e posteriormente com a construção de uma série de infraestruturas, remetendo já ao século XX, como a Avenida de Ceuta, o Eixo Norte-Sul e os acessos à ponte 25 de Abril. Assim, “(...) em 1932, destinado a financiar obras públicas de melhoramento urbano, rede viária, criação de zonas industriais e promoção da habitação social. (...) O processo de urbanização em Portugal, na primeira metade do século XX, está intimamente ligado à acção do engenheiro Duarte Pacheco, na fase inicial do Estado Novo!”⁸

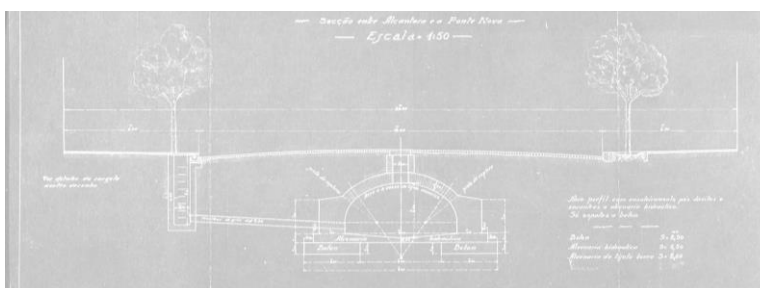


Fig. 7. Projeto para a construção do Caneiro de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

⁷ CALADO, Maria; MATEUS, Henriques; MENDES, Clara; - *Lisboa vista do céu*. Lisboa: ARGUMENTUM, 2013. p. 61.

⁸ FADIGAS, Leonel - *Urbanismo e Natureza, Os desafios*. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 83.

O vale deixa a sua função natural para segundo plano e passa a desempenhar um papel essencialmente relacionado com as deslocações em automóvel, sendo um *“eixo de penetração viária na cidade ao longo do Vale de Alcântara.”*⁹. Com o crescimento da cidade para Norte foram-se instalando populações socioeconómicas mais carenciadas, o que se reflete ainda nos dias de hoje, com a presença de Bairros de casas económicas, habitações clandestinas e habitação social, o que acaba por fazer com que o olhar dos habitantes exteriores ao vale e a estes Bairros, seja um olhar estigmatizante segregador face a este território. O Vale tal como hoje o conhecemos, é visto pelos habitantes de Lisboa, principalmente pelas classes sociais com um status mais elevado, como um lugar onde não é agradável permanecer, denotando-se uma relação de afastamento e uma segmentação social e espacial muito visível.

⁹ CALADO, Maria; MATEUS, Henriques; MENDES, Clara; - **Lisboa vista do céu**. Lisboa: ARGUMENTUM, 2013. p. 61.

1.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO VALE DE ALCÂNTARA

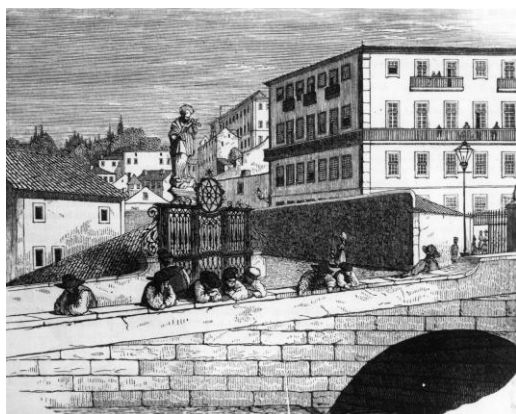


Fig. 8. Gravura da Ponte de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

A história do Vale de Alcântara sempre esteve aliada à agricultura, devido ao seu solo fértil e também à presença de várias ribeiras que desembocavam na Ribeira de Alcântara. Com a ocupação romana, a área do vale ganha uma maior relevância, sendo que um dos vestígios mais importantes deste período foi a ponte romana (Fig. 8) uma vez que pela primeira vez, estabelecia um elo de ligação entre as duas margens.¹⁰

A partir do século XV surge a exploração de pedra cal e lioz, características da cidade de Lisboa, o que veio a desempenhar um papel importante até ao século XIX. Por esta altura, Alcântara assume-se assim com um lugar bem delimitado e com um pequeno grupo de residentes de origens humildes.

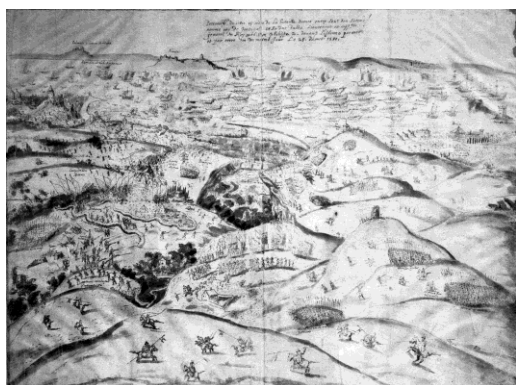


Fig. 9. Gravura da batalha de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Um importante marco para o território, foi a batalha de Alcântara (Fig. 9), datada de 1580 e que coloca em lados opostos o Duque de Alba e os apoiantes de D. Filipe II, com os apoiantes de D. Antônio, Prior do Crato. O domínio Filipino (séculos XVI e XVII) permite o crescimento urbano da zona devido à construção de várias obras como a Quinta Real de Alcântara e alguns conventos.

Já no reinado de D. João IV (1645) constrói-se a Real Tapada de Alcântara e entre 1690-1728 a Fábrica da Pólvora que viria a ser um elemento fulcral para o desenvolvimento da área. Mandado edificar por D. João V, o Aquecimento das Águas Livres, destaca-se no vale pela presença dos arcos em pedra, o que significava para a cidade um elo de ligação entre as duas encostas, e principalmente o abastecimento de água.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Leonor Cheis - Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Évora: [S.N.], 2014. Dissertação de Mestrado. p. 14-37.

Na planta cartográfica de Filipe Folque, datada de 1856/58, podemos observar o crescimento da cidade a sul e o troço final do caneiro já construído, que viria a ganhar outras dimensões mais tarde, com o encanamento geral da ribeira (Fig. 10).

Já no século XX, podemos observar o início da construção de todo um conjunto de infraestruturas, como a Avenida de Ceuta (Fig. 11), que vira a modificar todo o território do vale, não só a sua paisagem, mas principalmente o seu comportamento natural.¹¹



Fig. 10. As obras no Caneiro de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 11. Construção da Avenida de Ceuta em curso. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

¹¹ ALBUQUERQUE, Leonor Cheis - Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Évora: [S.N.], 2014. Dissertação de Mestrado. p. 14-37.

1.2. O VALE E OS SEUS LIMITES



Fig. 12. Início dos trabalhos no Parque Florestal de Monsanto, Ministro Mário Paes de Sousa planta uma árvore. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 13. Início dos trabalhos no Parque Florestal de Monsanto. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

O Vale de Alcântara faz parte do território da cidade de Lisboa, no entanto, é importante caracterizar as suas fronteiras e perceber o que estas representam para o vale e para a cidade, tanto a nível espacial, como no plano social. Parece haver três limites relevantes, a sua fronteira a poente com o parque florestal de Monsanto, a nascente, com a cidade de Lisboa, onde se destaca o Bairro de Campo de Ourique, o cemitério dos prazeres, a encosta do Casal Ventoso, a Rua Maria Pia, o Bairro de Campolide, e por fim, a sul, onde a frente ribeirinha ganha algum destaque.

Com o crescimento das cidades e com a necessidade de fuga ao seu ritmo acelerado também potenciado pela era industrial, surge a necessidade de estas se relacionarem com a sua envolvente, predominantemente rural. Começa-se então a ouvir falar dos Parques Urbanos. *“O retorno à natureza, como fonte de vida e inspiração de um ansiado equilíbrio social, perturbado na Europa no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial (...) é significativo o Plano de Desenvolvimento de Amsterdão, de 1935, que dá origem ao parque municipal Amsterdam Bosch, um ano depois da publicação do decreto que cria o Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, (...)”*¹² (Figuras 12 e 13)

Os parques urbanos inicialmente eram vistos como um lugar de recreio da população e que promoviam a qualidade de vida e a saúde pública, mas esta ideologia de espaço verde evoluiu, *“A componente verde urbana era mais que a criação de um pulmão verde”*¹³, esta noção, levou à conclusão de que não bastava a existência do parque, sendo necessário apostar na composição de espaços verdes que criassem uma estrutura urbana organizada, apelidado hoje de

¹² FADIGAS, Leonel - *Urbanismo e Natureza, Os desafios*. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 117

¹³ *Ibid.* Ref. 12. p. 118.

corredor verde. “Hoje o planeamento tem de ser feito por sistemas que funcionam em campos contínuos.”¹⁴ Esta lógica é-nos introduzida, por exemplo, quando em 1876 Frederick Law Olmsted projeta o Central Park (Fig. 14), definindo assim “a concepção e a integração dos parques como peças da composição urbana (...) A ideia de que era necessário criar, não apenas um grande parque interior da cidade, mas um sistema articulado de parques, atingindo uma escala territorial mais vasta.”¹⁵

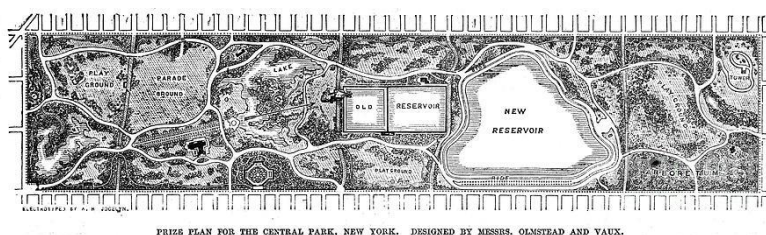


Fig. 14. Projeto para o Central Parque, N.Y., Olmsted. Fonte: <https://pixels.com/featured/central-park-plan-1858-granger.html>

O parque florestal de Monsanto, ocupa atualmente, cerca de 900ha da cidade de Lisboa e caracteriza-se por ser o pulmão verde da cidade, fazendo parte do corredor verde defendido por Gonçalo Ribeiro Telles (2000), que pretendia a ligação do Parque Eduardo VII ao Parque Florestal de Monsanto, de modo a formar uma estrutura ecológica na cidade. Monsanto caracterizava-se outrora por ser um descampado (Fig. 15), com algumas plantações e inseria-se no meio rural, caráter esse que se distendia também ao longo do vale. Já nos finais do século XIX, começam a surgir ideias para a sua plantação, que viria a ser benéfica para a cidade, tanto a nível da saúde como a nível do clima e da temperatura sentida, no entanto, apenas no século XX, impulsionado pelo



Fig. 15. Vista sobre o Vale de Alcântara, ao fundo o sítio do atual Parque de Monsanto. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

¹⁴ RIBEIRO TELLES, G - Ordenamento do Território: não existe uma visão global para o país. [Entrevista concedida a] Pedra & Cal, Arrábida, Encontro Internacional GE-CoRPA/GEOTA, n. 07, p 18-21, set. 2000.

¹⁵ FADIGAS, Leonel - **Urbanismo e Natureza, Os desafios**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 118.

Engenheiro Duarte Pacheco, juntamente com o silvicultor Joaquim Rodrigo, se inicia a sua plantação, com a inserção de várias espécies arbóreas na área referida; acrescente-se que o arquiteto Keil do Amaral ficaria responsável por algumas das construções presentes no parque.

Hoje podemos observar uma barreira física entre o Parque e a cidade, barreira essa criada pelo Vale de Alcântara, devido à quantidade de infraestruturas que este alberga. De facto, *“Não lhes interessa a integração da estrada na paisagem.”*¹⁶. No fundo, *“As novas redes viárias vão destruindo as antigas azinhagas e fazendo desaparecer a identidade do território.”*¹⁷ Seria de esperar uma continuidade dos espaços verdes e de lazer, assim como, de um solo mais permeável que outrora já existiu. Mas *“(…) a relação entre o viver na cidade e o viver no campo pode ser razão e objecto de uma atitude saudável de busca de melhores condições ambientais e de qualidade de vida nas cidades, pode também ser fundamento para modelos de uma nem sempre discreta segregação urbana e social.”*¹⁸



Fig. 16. Construções no Vale de Alcântara.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Considerando a cidade a sua fronteira a nascente, podemos então compreender que o Vale de Alcântara, devido a toda a intervenção que alterou a sua paisagem ruralizada, com a introdução de várias faixas de rodagem, começou a ser utilizado maioritariamente pelos habitantes da cidade como um ponto de passagem e não de permanência. O crescimento de Bairros para classes sociais menos favorecidas fez acentuar o carácter de zona da cidade desqualificada (Fig. 16).

¹⁶ RIBEIRO TELLES, G - Ordenamento do Território: não existe uma visão global para o país. [Entrevista concedida a] Pedra & Cal, Arrábida, Encontro Internacional GE-CoRPA/GEOTA, n. 07, p 18-21, set. 2000.

¹⁷ MENDES, Maria; SÁ, Teresa; CRESPO, José; FERREIRA, Carlos - **A Cidade entre Bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA, 2012. p. 36.

¹⁸ FADIGAS, Leonel - **Urbanismo e Natureza, Os desafios**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 119.

No entanto, começamos a assistir a uma vontade de fazer reverter este processo, com a criação de projetos que visam a implementação de um corredor verde para o Vale de Alcântara, como por exemplo, o PUA (Projeto de Urbanização de Alcântara), que prevê a “*redução do número de faixas de rodagem em artérias como a Avenida 24 de julho e a Avenida de Ceuta, o alargamento dos passeios, a criação de percursos pedonais (...) e mais espaços verdes.*”¹⁹, (Fig. 17) assim como a execução de bacias de retenção (Fig.



Fig. 17. Plano de Urbanização de Alcântara (NPK-Arquitetos Paisagistas Associados), corte transversal do Vale de Alcântara, mostrando a encosta de Monsanto (à esquerda) e a proposta para o Parque da Encosta do Casal Ventoso (à direita).

Fonte:

Sousa Albuquerque, L.C. (2014). Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Escola de Ciência e Tecnologia, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora, Évora. 179 pp.



Fig. 18. Plano de Urbanização de Alcântara (NPK-Arquitetos Paisagistas Associados), Representação da bacia de retenção seca – jardim ripícola. Fonte: Sousa Albuquerque, L.C. (2014). Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Escola de Ciência e Tecnologia, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora, Évora. 179 pp.

¹⁹ SOARES, Marisa. - Versão “minimalista” do Plano de Urbanização de Alcântara ainda não convence moradores. Jornal Público. Lisboa, 24 de setembro 2014. [Acedido a 16 de Março 2020] em : <https://www.publico.pt/2014/09/24/local/noticia/versao-minimalista-do-plano-para-alcantara-ainda-nao-convence-moradores-1670673>

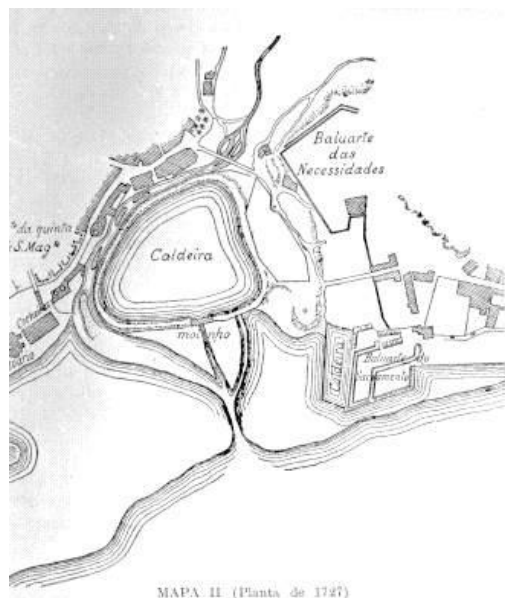


Fig. 19. Caldeira de Alcântara e Moinho de Maré, 1727. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

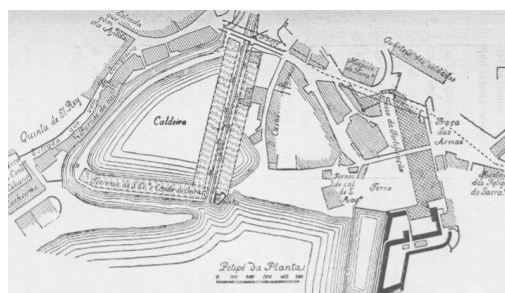


Fig. 20. Troço marítimo do caneiro junto à caldeira de Alcântara. Fonte: Augusto Vieira da Silva – Dispersos, Volume III, Lisboa, Câmara Municipal.

18), devido à quantidade de cheias que se fazem sentir assim que as primeiras águas chegam.

Percebemos que todas as alterações à paisagem, e ao ciclo natural do Vale, originaram uma série de problemas no lugar, que necessita de uma transformação, mas essa transformação deve ser pensada numa escala alargada e não apenas ao nível da escala local. Lisboa necessita de uma estrutura ecológica sem interrupções que garanta continuidades e acima de tudo que respeite o território, pois só assim será possível garantir “níveis de permeabilidade do solo, protecção de nascentes, controle de erosão e de enxurradas, facilitando a gestão racional do ciclo hídrico.”²⁰

A água desempenha um papel fundamental no Vale, atualmente associada às cheias, mas nem sempre esta teve este carácter contraproducente. No passado, a presença da Ribeira e a água eram encaradas como uma mais valia para os habitantes do vale, que para além de permitir a execução de algumas tarefas domésticas, contribuía para a fertilidade dos solos, proporcionando a produção agrícola, enquanto atividade essencial para a subsistência. A Ribeira de Alcântara desagua no estuário do Tejo, o que desde sempre foi e será um elemento de enorme relevo na construção da identidade e memória da cidade. A frente ribeirinha representa então a fronteira Sul do Vale, contudo, podemos notar através das imagens históricas e da cartografia, que foi sofrendo bastantes alterações ao longo dos anos (Fig. 19).

Inicialmente, podíamos observar uma frente natural em que a ribeira desaguava a céu aberto no rio, posteriormente deu-se a execução do aterro (Figuras 19 e 20), onde um troço final da ribeira ficou encanado, permitindo assim o atravessamento de vias, mais tarde por volta dos anos 60, a ribeira foi totalmente encanada, perdendo-se um pouco desta ligação tão óbvia do Vale com a água e

²⁰ FADIGAS, Leonel - **Urbanismo e Natureza, Os desafios**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010. p. 124.

consequentemente, com a sua frente ribeirinha. Nesta frente nasce então Alcântara Mar, que sempre esteve ligada a atividades marítimas e à pesca (Fig. 21). O encanamento da ribeira permitiu que esta margem sul se desenvolvesse e crescesse com a execução de alguns aterros, o que permitiu também a passagem da linha férrea entre Lisboa e Cascais. Alcântara Mar ganha então um carácter ligado à atividade portuária que, “(...) convive com lazer e cultura.”²¹



Fig. 21. Obras na doca de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

²¹ CALADO, Maria; MATEUS, Henriques; MENDES, Clara; - **Lisboa vista do céu**. Lisboa: ARGUMENTUM, 2013. p. 63.

1.3. SOBRE A SUA IDENTIDADE E MEMÓRIA

A paisagem é talvez a palavra chave quando nos referimos à memória no Vale de Alcântara, dela faziam parte vários elementos que caracterizavam o espaço e lhe conferiam uma identidade única. É necessário caracterizar a paisagem do Vale e o seu território tal como outrora foi, para compreendermos a sua verdadeira identidade.

*“Se o meio penetra o homem, é depois o homem que o incarna, o polariza, e testemunha o espírito e a essência do que nele é fundamental e vivo (...)”*²²

A identidade de um lugar advém de um conjunto de características, sejam elas sociais, culturais, históricas, que um território pode ter, e que lhe confere uma determinada distinção. Este acervo de características pode ser transmitido de várias formas de geração em geração, e influenciam a forma como um determinado indivíduo, ou grupo se relaciona com o lugar. *“As características materiais e imateriais de um território, embora mutáveis, além da contribuição para a (re)construção da sua própria identidade, são fundamentais para conferir originalidade e singularidade aos lugares e, consequentemente, os diferenciar doutros lugares e territórios.”*²³ Esta relação entre indivíduo e território, pode fornecer-nos aquilo a que chamamos de memória do lugar, que nos chega através de elementos de carácter visual ou de elementos que não são tangíveis. *“O território tem, por isso, um papel chave no estudo da identidade territorial, considerado por uns como “produtor” de memória (Piveteau) e, por outros, “criador” de um código genético local (Magnaghi), onde entrelaçam recursos e valores que se constituíram no passado, mas*

²² TORGA, Miguel - **Diário – Volumes I a IV**. 5ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 2010. p. 172.

²³ MAZZA, Giampietro; JACINTO, Rui - **Territorialidade e Identidade Territorial: Notas para o Estudo das Comunidades e Áreas de Montanha**. Diálogos (trans)fronteiriços, Patrimónios, Territórios, Culturas. Lisboa: Âncora, 2016. p. 187.

cuja valorização permite conferir um sentido ao presente e ao futuro.”²⁴ A noção de que o passado de um território, pode estar na base de um futuro para o mesmo, é interessante na medida em que, a identidade do lugar está sempre em transformação, mas pode encontrar premissas para as suas transformações naquilo que já foi. Esta noção, permite-me estabelecer que esta relação entre identidade, território e memória, fornece-nos evidências para esboçar aquilo a que chamamos de paisagem. Uma paisagem que por si só pode ser uma paisagem natural, mas que aliada à identidade territorial e à memória pode ser uma paisagem cultural. *“Ecologia e Cultura são, portanto, as duas vertentes que constituem os primeiros pressupostos da forma da paisagem. A arte de dar forma à paisagem exige uma interpretação integrada destes dois “mundos”, que se nos apresentam num mesmo sistema – a Paisagem Cultural.”*²⁵

De modo a compreender o território em estudo, pareceu-nos oportuno identificar alguns elementos, pertencentes à memória do Vale de Alcântara, que atualmente se encontram camuflados, ou quase ausentes na identidade do lugar, mas que a partir deles se pode traçar um futuro, um caminho a seguir.

A ribeira que serpenteava pelo Vale (Fig. 22) era um elemento caracterizador da paisagem, com algumas pontes que permitiam o seu fácil atravessamento, significando também a ligação ao Rio Tejo, onde iria desaguar, fortalecendo a relação com a frente ribeirinha. Servia para abastecimento de água e rega das hortas que existiam junto aos terrenos mais férteis. Tinha um importante papel na vida da população de cariz rural que aqui habitava, pois permitia a execução



Fig. 22. A Ribeira de Alcântara junto à antiga ponte do Tarujo. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 23. Mulheres a desempenhar tarefas domésticas junto à Ribeira de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

²⁴ MAZZA, Giampietro; JACINTO, Rui - **Territorialidade e Identidade Territorial: Notas para o Estudo das Comunidades e Áreas de Montanha**. Diálogos (trans)fronteiriços, Patrimónios, Territórios, Culturas. Lisboa: Âncora, 2016. p. 188.

²⁵ MAGALHÃES, Manuela – Morfologia da Paisagem, IV. In **A Arquitetura Paisagística: Morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial estampa, 2001. p. 69-89.



Fig. 24. Pedreiras assinaladas no Vale de Alcântara.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

de tarefas domésticas como o lavar da roupa (Fig. 23), o que nos transporta para uma paisagem mais ruralizada e para uma organização social mais comunitária.

A existência de algumas pedreiras ao longo do Vale (Fig. 24), também é significativa para a identidade do lugar. A pedra é um material que acaba por estar sempre presente no seu decurso, quer de forma natural sem intervenção do homem, quer em elementos construídos como as diversas pontes que existiam ao longo da ribeira e em algumas casas, feitas com materiais existentes no sítio, quer ainda na sua utilização na construção do Aqueduto das Águas Livres.

O Aqueduto é também por si só um elemento marcante na paisagem, ainda na atualidade, tendo sido mandado edificar no reinado de D. João V, devido à imensa dificuldade no que toca ao abastecimento de água, originando problemas como escassez de água para consumo doméstico. A execução do seu projeto foi entregue ao arquiteto Manuel Maia, por sua vez, Carlos Mardel, ficou responsável pelo reservatório das Amoreiras, sendo que a sua extensão com os ramais de ligação atingiu os 59 km, enquanto que até às Amoreiras atingia os 18 km. Este elemento afirma-se na paisagem do Vale de Alcântara, correspondendo à sua parte visível no Vale, desde o Bairro da Serafina até à entrada do passeio dos arcos, cerca de 940 metros, assentando em 35 arcos, sendo que 21 são de volta perfeita e os 14 centrais em ogiva.

As diversas pontes sobre a ribeira, para além de tornarem evidente a presença do homem, e a necessidade de atravessamento transversal que existia, facilitaram a comunicação entre margens, o que com a introdução do caneiro se perdeu. O próprio nome Alcântara, tem origem Árabe, *Al-quantâra*, que significa a ponte.²⁶

E por último, a paisagem agrícola, com diversas plantações em pequenas parcelas de terreno, exaltando a importância da ribeira no

²⁶ SOARES, Inês Alexandra - Alcântara e a Transição para o Aterro: Habitar o sítio da antiga Fábrica Sol. Lisboa: [S.n.], 2019. Dissertação de Mestrado. p. 30.

local. Tal acabava por conferir ao local um aspeto organizado ainda que um pouco orgânico (Fig. 25). Com efeito, “(...) a identidade reflecte todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória colectiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.”²⁷



Fig. 25. Presença agrícola no Vale de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

²⁷ RODRIGUES, Donizete - **Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica**. Center of Research in Anthropology, Lisboa. p. 5.

1.4. NOTAS CONCLUSIVAS

O território do Vale de Alcântara, tem intrínseco um papel natural para o bom funcionamento da cidade, o qual se foi reconfigurando num papel artificial, também ele na atualidade, relevante para a cidade. Seria de esperar que fosse possível estes dois sistemas, o natural e o artificial funcionarem em harmonia, permitindo uma equilibrada integração de ambos na paisagem.

As intervenções realizadas no Vale de Alcântara, alteraram por completo a sua paisagem, tornando-o num lugar onde não é desejável permanecer e habitar, as excessivas infraestruturas representam também uma barreira, acentuando esse caráter de passagem. O Vale serve assim a cidade, mas acaba por não se integrar nela.

Partindo da ideia de que é urgente intervir neste lugar, para que este se consolide com a restante malha urbana, e que exista uma maior coesão sócio espacial, torna-se necessário inverter o processo de artificialização, conferindo um novo protagonismo à sua função natural.

Atualmente, já não sendo considerado periferia, o Vale tem uma localização muito privilegiada, dada estar próximo do centro da cidade, e dado constituir o seu pulmão verde, o que juntamente com as memórias indeléveis deste lugar acabam por resultar num motivo de intervenção, mas é mais do que uma causa, é uma necessidade para a própria cidade.



Fig. 26. Fotomontagem sobre o Bairro da Liberdade. Fonte: Arquiteta Andreia Salavessa

CAPÍTULO II - O BAIRRO DA LIBERDADE

Sendo o Bairro da Liberdade o território de aproximação escolhido para o projeto, é importante entender o papel do Bairro na cidade atual. As vivências que o lugar permite, e todo o ambiente resultante da sua estrutura física, cultural e social, são aspetos a aferir (Fig. 26 e 27). Sobre o lugar do bairro na cidade, nomeadamente do Bairro da Liberdade importa lembrar que, *“A memória da cidade está intimamente ligada à memória física e cultural destes núcleos (...)”*²⁸.



Fig. 27. Imagem sobre o Bairro da Liberdade. Fonte: Arquiteta Andreia Salavessa

Ou seja, *“O bairro torna-se, por conseguinte, um momento, um sector, da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem.”*²⁹ A cidade de Lisboa é constituída por diversos bairros, e são os bairros que lhe conferem uma identidade muito própria. Estes bairros são por norma bastante diversificados, quer a nível habitacional, quer social, constituem realidades heterogéneas. São elementos que fazem parte ativa da cidade e conferem-lhe vida e autenticidade. *“Como afirma Lefebvre o bairro não define a realidade social, mas é uma unidade necessária, sem bairros, sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, mégalopole. Deixa de haver cidade.”*³⁰

²⁸ MENDES, Maria; SÁ, Teresa; CRESPO, José; FERREIRA, Carlos - **A Cidade entre Bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA, 2012. p. 37.

²⁹ ROSSI, Aldo - **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016. p. 81.

³⁰ *Ibid.* Ref. 28 p. 31.

A vida no bairro acaba por ser o que o distingue, ela varia consoante a sua localização, a sua história, a sua morfologia, e os seus intervenientes, estes são fatores que devemos ter em conta ao intervir nestes lugares.

“O nome do Bairro da Liberdade, situado na freguesia de Campolide, próximo do Aqueduto das Águas Livres, tem duas origens possíveis. É provável que os seus habitantes lhe tenham dado esta designação com o objectivo de transmitir a ideia de que a vida decorria tão livremente no Bairro como a água corria no Aqueduto. No entanto, a hipótese mais convivente remota ao republicano “Carlos da Parreira”, que terá baptizado as primeiras crianças que ali nasceram com os nomes Libertino e Libertina”³¹

O Bairro da Liberdade, pertence à freguesia de Campolide, integra o Aqueduto das Águas Livres e faz fronteira com o Bairro da Serafina, o Eixo Norte-Sul e a Estação de Campolide. Até finais do século XIX, sempre esteve muito ligado à atividade agrícola; o seu afastamento do centro da cidade conferiu-lhe esse estatuto que se enquadrava mais num contexto de matriz mais rural; entre os anos 50 e 60, com o crescimento da cidade devido à indústria, a população de origem rural deslocou-se para Lisboa, e, para a sua periferia, fixando-se aqui imensas famílias que se deslocavam na esperança de uma melhor qualidade de vida (êxodo rural), onde viriam a ocupar pequenas parcelas de terreno com as suas habitações, maioritariamente de génese ilegal, com condições de habitabilidade bastante precárias e com dimensões modestas (Fig. 28, 29 e 30). No Bairro da Liberdade, esta realidade esteve aqui bem presente entre os anos 60 e 70, dominando aqui as habitações marcadas pela proximidade entre elas e com quintais, para além disso, os materiais utilizados eram pobres e degradavam-se muito facilmente. Essa degradação passou a ser bastante marcante e estigmatizante,



Fig. 28. Habitações ao longo do Vale de Alcântara.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 29. Habitações ao longo do Vale de Alcântara.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

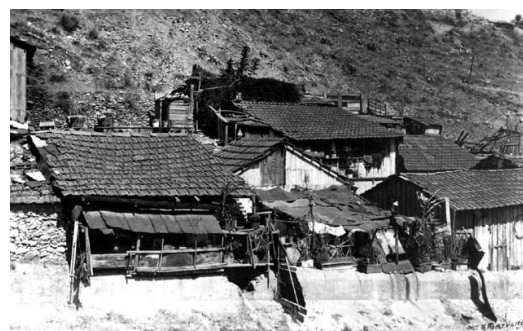


Fig. 30. Habitações ao longo do Vale de Alcântara.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

³¹ MARTINS, João - Bairro da Liberdade: Uma abordagem sobre Habitação Degradada e Realojamento. Lisboa: [S.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. p. 27.



Fig. 31. Bairro da Serafina. 1945. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 32. Casa degradada na Rua B, Bairro da Liberdade. 1968. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

gerando representações negativas e processos de depreciação por parte da população exterior ao bairro. De facto, *“A má qualidade dos materiais apresentados, a ausência de obras de conservação por parte das entidades responsáveis, a falta de recursos e de organização dos moradores são factores que contribuem para uma degradação rápida das casas.”*³² (Fig. 32)

Atualmente, pode-se notar uma separação entre o Bairro da Liberdade e o Bairro da Serafina, começando pelas diferentes formas de habitar existentes, sendo que o Bairro da Serafina se enquadra num conjunto habitacional de casas económicas que remonta ao início dos anos 30. (Fig.31) *“O desenho da maioria dos bairros segue os traçados hipodânicos com casa em lote de jardim ou quintal. Estes bairros estão afastados, por regra, dos tecidos urbanos consolidados, facto justificado pelo valor do solo mais baixo, o que reforça a sua apreensão como entidades urbanas autónomas. As casas em associação germinada ou em back-to-back formam a maioria. O espaço público cinge-se a ruas, vielas ou terreiros e, nos exemplos mais qualificados, um jardim ou um largo.”*³³ E no Bairro da Liberdade são comuns as vilas e pátios e a habitação ilegal, o que faz com que, exista uma certa separação social entre os moradores do Bairro da Serafina e os do Bairro da Liberdade. O Eixo Norte-Sul assim como a estação de Campolide, significam para o Bairro uma barreira física, que cria um afastamento da restante freguesia e da cidade, dificultando a acessibilidade dos seus habitantes ao exterior e vice-versa.

³² MARTINS, João - Bairro da Liberdade: Uma abordagem sobre Habitação Degradada e Realojamento. Lisboa: [S.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. p. 74.

³³ CARVALHO, Ricardo - **A Cidade Social: Impasse. Desenvolvimento. Fragmento.** Lisboa: Tinta da China, 2016.

2.1. EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DO BAIRRO



Fig. 33. Aqueduto das Águas Livres. 1900. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



Fig. 34. Caverna na encosta, Rua dos Sete Moinhos. 1971. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Todas estas características do Bairro da Liberdade, referidas anteriormente, advém de muitos fatores e que se prendem com a forma como o bairro foi crescendo. Assim sendo, importa analisar a forma como a sua morfologia evoluiu ao longo dos tempos e as consequências que essas evoluções trouxeram à vida no bairro.

Inicialmente, remontando aos finais do século XIX, o local onde se encontra o Bairro da Liberdade, caracterizava-se pela presença do Aqueduto das Águas Livres (Fig. 33), por uma ocupação agrícola e pelo declive acentuado que ainda hoje podemos observar. Com efeito, *“Um renque de casinhas baixas, todas iguais, debruava o caminho. (...) Bairro da Liberdade, gente de casebres, pegado com Monsanto, vizinho do Aqueduto (...) E no entanto a encosta da serra começou a povoar-se.”*³⁴

Já no início do século XX, encontram-se relatos sobre as primeiras ocupações no Bairro, este, primeiramente, assumia a designação de Bairro dos Arcos, residindo aí os trabalhadores do Aqueduto. Estas primeiras ocupações eram designadas de grutas pelos trabalhadores, por se situarem em cavidades naturais da encosta de Monsanto. (Fig.34) Também no início do século XX a população começa a fixar-se junto à linha de comboio, permitindo assim o seu crescimento a sul. *“Mas qual é a origem do Bairro? Excluindo os testemunhos orais, não existe nada documentado. Assim, estes indicam, que em 1910, não havia casas na encosta da serra à excepção do Asilo Espie de Miranda, fundado em 1900 (...) Desta forma, as primeiras construções*

³⁴ MARTINS, João - Bairro da Liberdade: Uma abordagem sobre Habitação Degradada e Realojamento. Lisboa: [S.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. p. 24.

*naqueles terrenos, onde crescia trigo datam de 1924, na parte de cima das escadas, a norte dos arcos.*³⁵ (Fig. 35)



Fig. 35. Vista sobre o Bairro da Liberdade. 1938. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

O facto de o crescimento do Bairro se registar de uma forma acelerada, e sobretudo com construção ilegal, levou a que as habitações tivessem parcas dimensões e condições de segurança e higiene, no entanto, e de uma forma geral, estas habitações eram dotadas de um pátio. Nos anos 30, com o Estado Novo, surge então a construção do Bairro da Serafina, sobressaindo um grande contraste ao nível da qualidade da habitação entre os dois Bairros, o que fez com que se tenha estabelecido desde logo uma das fronteiras do Bairro. Ou seja, *“O Bairro da Liberdade cresceu encostado às encostas de Monsanto e apertado pela antiga ribeira de Alcântara, a estação de Campolide e o Aqueduto das Águas Livres.*³⁶

Com a expansão da atividade industrial e com o êxodo rural, por volta das décadas de 60 e 70, nesta zona, que se assumia como zona

³⁵ MARTINS, João - Bairro da Liberdade: Uma abordagem sobre Habitação Degrada-da e Realojamento. Lisboa: [S.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. p. 25.

³⁶ *Ibid.* Ref. 35. p. 29.

periférica da cidade de Lisboa, tornou-se normal o aparecimento de barracas no Bairro da Liberdade, (Fig.36) acabando por assumir algum destaque na paisagem do Bairro, conferindo-lhe um aspeto desorganizado. Atendendo à sua organização e evolução cronológica, este bairro caracteriza-se até aos dias de hoje por uma estrutura habitacional que foi crescendo ao longo de uma encosta, onde o terreno apresenta um grande declive, e onde podemos notar uma organização de linhas perpendiculares à via ferroviária e à ribeira, o que lhe confere o aspeto que hoje conhecemos. O seu afastamento de centro da cidade, reforça a segregação destas populações de classes sociais modestas e que se fixaram nesta zona, o que teve influência na forma como o Bairro foi crescendo e nas apropriações face ao espaço habitado.



Fig. 36. Vista sobre o Bairro da Liberdade. 1968. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

2.1.1. RESTRIÇÕES DO TERRITÓRIO – ESPAÇO PÚBLICO VS. ESPAÇO PRIVADO

Compreendidas algumas das principais características do Bairro da Liberdade, procede-se, agora, à caracterização do seu espaço público e privado, de forma a entender a vida no bairro. Para tal, será importante fazer uma breve reflexão sobre estes dois conceitos.

O espaço público pode ser concebido como “(...) *um território não apropriado por ninguém – um ponto de encontro em que todos podem acampar com os mesmos direitos.*” enquanto que o espaço privado é “(...) *quase sempre um território apropriado por um dos interlocutores (a sua habitação, o seu jardim, os seus bens), onde ele/ela jogará, por assim dizer, «em casa», ao contrário dos outros.*”³⁷

As cidades são compostas por estes dois tipos de espaço, no entanto, aquele que melhor as caracteriza melhor é o seu espaço público, pois é onde as pessoas se encontram e estabelecem interações, enquanto nos espaços privados, os contactos são condicionados, são espaços que não permitem o acesso a todos, perdendo-se o efeito do encontro inesperado. Contudo, na cidade ocidental assistiu-se nos anos 60 a uma mudança de paradigma, onde “as ruas e praças configuram-se, cada vez mais, como canais de comunicação e não como espaços em que é possível encontrar outros.”³⁸ Tal mudança, pode estar relacionada, com os novos ritmos de vida, mas também porque no início do século XX “As intervenções urbanísticas limitavam-se a prever o esgotamento do fluxo de peões



Fig. 37. Praça do comércio. 1959. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

³⁷ MELA, Alfredo - **A Sociologia das Cidades**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 150.

³⁸ *Ibid.* Ref. 37. p. 151.

no espaço deixado vago pelo automóvel.”³⁹ (Fig.37) o que resultou em espaços urbanos com pouca qualidade. No livro “*Cities for People*”, o Arquiteto Jan Gehl, argumenta que esta forma de construir a cidade resulta em “*Espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidente e condições geralmente vergonhosas (...)*”⁴⁰ o que redundou na desvalorização do “pedestrianismo” como meio de deslocamento e no condicionamento das relações sociais. Assim, “*A função tradicional do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os habitantes da cidade foi reduzida, ameaçada ou progressivamente eliminada.*”⁴¹ (Fig.38)

Já por volta dos anos 80 o espaço público volta a assumir outra importância, sendo que desta vez se assume como parte da cultura da cidade, associado também a novos conceitos como o da qualidade de vida. Na verdade, “*o espaço público tende a assumir-se cada vez mais como um elemento de competitividade entre as cidades, já que se elevou o padrão cultural de expectativas e os termos comparativos da qualidade de vida.*”⁴²

O espaço público foi perdendo assim alguma da sua vitalidade, até em virtude da importância crescente das tecnologias da informação e da comunicação, começando-se a assistir a uma maior valorização do espaço privado, o que pode estar ligado à noção de intimidade. Para Castro (2002), “*Este desaparecimento está condicionado pela nova ideologia da transparência e da autenticidade que impõem novas normas de comportamento em público que passam por exibir a personalidade e a vida privada, característica de*



Cars invaded cities in great numbers all over the world in around 1960, marking the start of a process that eroded the conditions necessary for people to engage in city life. Transgressions were so numerous and so egregious that it is almost impossible to see how detrimental the car invasion has been to city quality (Italy, Ireland and Bangladesh).

Fig. 38. Espaço deixado livre pelo automóvel.
Fonte: Gehl, J. (2013). *Cities for People*. ISLAND PRESS. Pg.5

³⁹ CASTRO, Alexandra - Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre Espaços Públicos Urbanos. *Cidades. Comunidades e Territórios*. nº 5 (2002), p.53-67.

⁴⁰ Tradução livre: GEHL, Jan - *Cities for People*. Washington, Covelo,London: Island Press, 2010.

⁴¹ *Ibid.* Ref. 40

⁴² *Ibid.* Ref. 39

comportamentos egocêntricos e narcisistas.”⁴³ Tudo isto aliado a outros fatores como a insegurança levaram a uma fragmentação do espaço público; este, já não é o espaço de encontro social mas sim o espaço de afirmação social, que acaba por “(...) produzir, simultaneamente, uma recuperação e uma redução das relações comunitárias.”⁴⁴

Protection	PROTECTION AGAINST TRAFFIC AND ACCIDENTS — FEELING SAFE <ul style="list-style-type: none"> Protection for pedestrians Eliminating fear of traffic 	PROTECTION AGAINST CRIME AND VIOLENCE — FEELING SECURE <ul style="list-style-type: none"> Lively public realm Eyes on the street Overlapping functions day and night Good lighting 	PROTECTION AGAINST UNPLEASANT SENSORY EXPERIENCES <ul style="list-style-type: none"> Wind Rain/snow Cold/heat Pollution Dust, noise, glare
	OPPORTUNITIES TO WALK <ul style="list-style-type: none"> Room for walking No obstacles Good surfaces Accessibility for everyone Interesting façades 	OPPORTUNITIES TO STAND/STAY <ul style="list-style-type: none"> Edge effect/ attractive zones for standing/staying Supports for standing 	OPPORTUNITIES TO SIT <ul style="list-style-type: none"> Zones for sitting Utilizing advantages: view, sun, people Good places to sit Benches for resting
	OPPORTUNITIES TO SEE <ul style="list-style-type: none"> Reasonable viewing distances Unhindered sightlines Interesting views Lighting (when dark) 	OPPORTUNITIES TO TALK AND LISTEN <ul style="list-style-type: none"> Low noise levels Street furniture that provides “talkscapes” 	OPPORTUNITIES FOR PLAY AND EXERCISE <ul style="list-style-type: none"> Invitations for creativity, physical activity, exercise and play By day and night In summer and winter
Delight	SCALE <ul style="list-style-type: none"> Buildings and spaces designed to human scale 	OPPORTUNITIES TO ENJOY THE POSITIVE ASPECTS OF CLIMATE <ul style="list-style-type: none"> Sun/shade Heat/coolness Breeze 	POSITIVE SENSORY EXPERIENCES <ul style="list-style-type: none"> Good design and detailing Good materials Fine views Trees, plants, water

Fig. 39. Keyword list: 12 quality criteria concerning the pedestrian landscape. Fonte: Gehl, J. (2013). Cities for People. ISLAND PRESS. Pg.239

A cidade necessita então de espaço onde a vida possa acontecer, é preciso criar espaços onde o encontro social decorra de forma espontânea. De facto, “Caminhar é o início, o ponto de partida. O homem foi criado para caminhar, e todos os eventos da vida, grandes e pequenos, desenvolvem-se quando caminhamos entre

⁴³ CASTRO, Alexandra - Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre Espaços Públicos Urbanos. Cidades. Comunidades e Territórios. nº 5 (2002), p.53-67.

⁴⁴ Ibid. Ref. 43

outras pessoas.”⁴⁵ O Arquiteto Jan Gehl diz-nos ainda que quanto melhor for o espaço da cidade, quantas mais condições este tiver, para que atividades opcionais aconteçam, como caminhar, andar de bicicleta, praticar desporto, entre outras, maior será o desenvolvimento social, (Fig. 40) pois “Se há vida e actividade no espaço da cidade, há também muitos intercâmbios sociais. Se o espaço da cidade estiver desolado e vazio, nada acontece.”⁴⁶

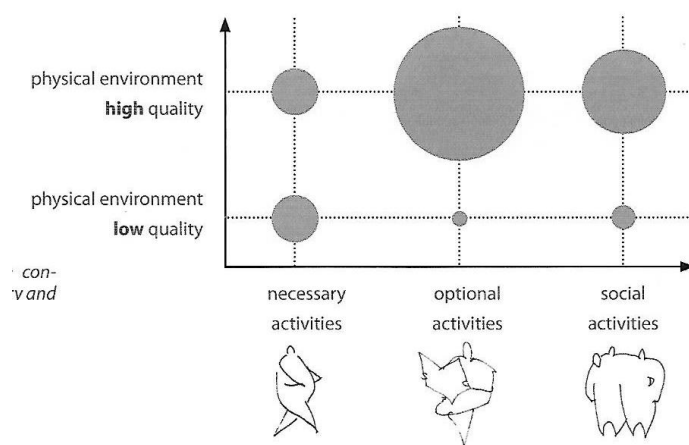


Fig. 40. Representação gráfica da ligação entre a qualidade exterior e as atividades ao ar livre. Fonte: Gehl, J. (2013). Cities for People. ISLAND PRESS. Pg.21

No caso concreto do Bairro da Liberdade, por se tratar de um ambiente mais comunitário, podemos reparar que esta separação do espaço público vs. espaço privado não é assim tão nítida, contrastando com algumas das ideias acima explicitadas. No ambiente característico deste bairro as pessoas conhecem-se e estabelecem fortes relações de sociabilidade, apropriam-se dos passeios, e convivem na rua (Fig. 41), à porta de suas casas, existe uma relação mais próxima entre o dentro e o fora. Aqui é frequente existirem habitações no próprio rés-do-chão (Fig. 41 e 42), o que não acontece por norma no centro da cidade, o que faz com que as próprias pessoas estabeleçam essa relação de proximidade com a



Fig. 41. Pessoas a conviver na rua, Bairro da Liberdade. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html

⁴⁵ Tradução livre: GEHL, Jan - Cities for People. Washington, Covelo, London: Island Press, 2010.

⁴⁶ Ibid. Ref. 45



Fig. 42. Bairro da Liberdade. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html



Fig. 43. Pátio interior numa vila, Bairro da Liberdade. Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html

rua. “E quando voltamos a falar de bairro volta-se a pensar em lugar de memórias, em felicidade, em proteção.”⁴⁷ Esta característica está presente em diversos bairros populares e históricos, onde as pessoas associam ao lugar as suas vivências, as suas memórias e o sentem como se o mesmo lhes pertencesse.

Existe também no bairro, vários pátios interiores que são partilhados por mais do que uma habitação (Fig.43), o que facilita o estabelecimento de relações de proximidade entre a vizinhança. Esta noção de espaço privado que se prolonga para o espaço público, é visível neste local, sendo que a própria rua não representa apenas um elemento de passagem, mas também de convívio. No entanto, com o envelhecimento geral da população e com a chegada de novas pessoas ao bairro, começa a ser notória a falta de áreas de transição que poderiam imprimir uma nova vitalidade ao lugar.

⁴⁷ SOARES, Nuno - Dossier Bairros: Nuno Pires Soares, Tipologia de Bairro(s) em Lisboa. *estudo prévio*, revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da UAL. N.º 22494, Lisboa. ISSN 2182-4339. Acedido a [17, de Julho, 2020] Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/27/dossier-bairros-nuno-pires-soares--tipologia-de-bairros-em-lisboa>

2.2. NOTAS CONCLUSIVAS

O Bairro da Liberdade, apresenta-se com uma localização bastante promissora, no entanto, parece estar um pouco esquecido e até à margem da cidade de Lisboa. Todavia, caracteriza-se pela construção de baixa altura e habitação unifamiliar, o que lhe confere uma ambiência muito própria. Mas quando o observamos com mais atenção reparamos que o bairro se encontra geograficamente isolado da cidade, o que aliado ao facto, de os residentes pertencerem maioritariamente a grupos sociais desfavorecidos, tal reforça a sua posição afastamento social e geográfico face à restante malha.

Estamos perante uma situação que se configura como uma oportunidade de intervenção, e para tal, importa ter em conta a história do lugar, a morfologia do próprio terreno, a sua função natural e os modos de vida das pessoas que habitam o bairro na atualidade, de forma a possibilitar a sua integração socio espacial.

A análise descrita sobre o Bairro da Liberdade, e a pesquisa levada a efeito junto dos seus habitantes, procurou compreender a forma como se habita o local e entender de que modo se pode intervir neste lugar de forma a promover a qualidade de vida dos moradores e qualificar o lugar, sem descaraterizar ou desrespeitar os modos de vida dominantes e as pré-existências.

CAPÍTULO III. O HABITAR

“(...) o ser-no-mundo existe e se determina como aquele que habita. (...) O hábito, o habitual e o habitar não se separam, (...)”⁴⁸ ou seja, habitar transporta consigo uma necessidade de permanência, de se estar num determinado lugar, mas mais do que estar, ser, no sentido em que não é necessário a existência de uma “casa”⁴⁹, ou de um espaço físico, mas sim, a criação de laços, de proximidade que se traduzem num sentimento de proteção e amparo, de familiaridade e de conforto.

Então, para habitarmos, não basta existirmos no mundo, a palavra por si só requer permanência temporal neste mundo, sendo necessário o estabelecimento de ligações a coisas que não têm de ser palpáveis, mas que têm de nos transmitir segurança. Habitar não requer por si só a existência de uma casa. De igual modo, podemos estabelecer uma comparação com o sentido do termo habitar, para Heidegger⁵⁰, com o que nos leva a sentir a casa como sendo o nosso lar, através do pensamento de K. Dovey, que é apenas uma consequência da forma como vivenciamos a casa, das relações que lá se estabelecem, das recordações que nos transmite. *“O lar é então um sistema altamente complexo de relações ordenadas com o lugar, uma ordem que nos orienta no espaço, no tempo e na sociedade.”⁵¹*

⁴⁸ SARAMAGO, Ligia - Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger. *O que nos faz pensar*, Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. ISSN 0104-6675. v.20, n.30, (2011), p. 73-83.

⁴⁹ BACHELARD, Gaston - **A Poética do Espaço**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [“*todo o espaço realmente habitado traz a essência da noção da casa (...) Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos.*” “*Sem ela, o homem seria um ser disperso.*”]

⁵⁰ SARAMAGO, Ligia - Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger. *O que nos faz pensar*, Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. ISSN 0104-6675. v.20, n.30, (2011), p. 73-83.

⁵¹ **Tradução Livre:** ALTMAN, Irwin; CAROL, M. - Home and Homelessness: Introduction, Kimberly Dovey. *Home Environments. Human Behavior and Environment: Advances in Theory and Research*. New York. V.8, (1985). p. 84-85

Transcendendo esta necessidade da existência de uma habitação para se habitar, então isso significa que *“Não habitamos porque construímos.”*⁵² Podemos considerar que existem diversos momentos e formas de habitar. Ao construirmos algo, temos sempre como finalidade o habitar, então estes dois conceitos, habitar e construir, não dependem um do outro, mas até certo ponto encontram-se, na medida em que *“Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir. Habitar e construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins. (...) construir já é em si mesmo habitar.”*⁵³ Ou seja, se habitar pressupõe permanência, a construção permite que tal aconteça, e é esta construção, que nos oferece um ambiente propício a vivências, acabando por significar no nosso dia a dia o seguro, o permanente, ou seja, aquilo que designamos de um hábito.

⁵² Tradução de Marcia Schuback: NESKE, Günther – Bauen, Wohnen, Denken. Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”. *Vorträge und Aufsätze*. 1951.

⁵³ *Ibid.* Ref. 52

3.1. DIVERSIDADE DE ESTRUTURAS FAMILIARES E MODOS DE HABITAR

Convém relembrar que associado ao conceito do habitar, podemos entender que existem diferentes modos de habitar, a mesma habitação pode suscitar comportamentos semelhantes, ou não, dependendo, das tais relações de pertença e modelos culturais, que se estabelecem com ela. “(...) diferentes origens (geográficas e sociais) e diferentes trajetórias, experiências e destinos pessoais vão configurando uma diversidade dos modos de vida que comandam as lógicas de apropriação da casa e da cidade.”⁵⁴ Este processo de apropriação, está então ligado ao modo de vida do ser humano, o qual se deriva de uma série de condicionantes acaba por originar diferentes formas de apropriação e de vinculação.

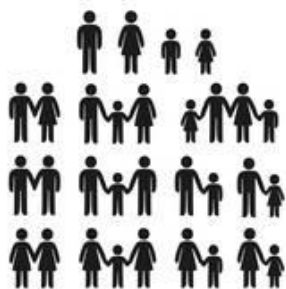


Fig. 44. Diferentes estruturas familiares Fonte: https://www.123rf.com/photo_85116581_stock-vector-family-icons-set-adults-and-children-stick-figure-symbols-traditional-families-and-same-sex-partners.html

Será então necessário, compreender, de que forma as diferentes estruturas familiares influenciam o modo de habitar, e onde essas diferenças se refletem. Atualmente, quando pensamos em estruturas familiares, emerge desde logo uma certa diversidade de formatos e de modos de vida. O facto de já não existir um modelo único e tradicional de família, como existia outrora (Fig. 44), significa que as formas de habitar e de apropriação do espaço também são cada vez mais diversificadas. Tal mutação, reflete-se no próprio conceito de habitação que tem vindo a acompanhar esta evolução. De facto, “(...) na medida, em que não existe um modelo único de família e de habitação, mas sobretudo vários, podendo-se, assim falar numa diversidade de composições familiares e de normas residenciais bem

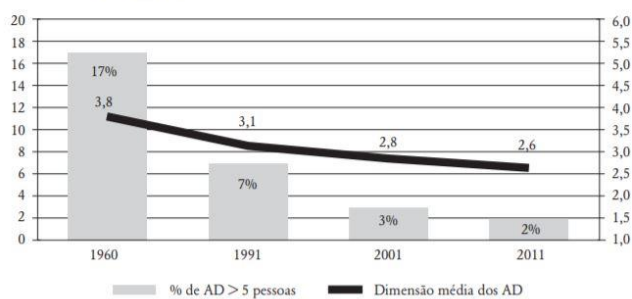
⁵⁴ GUERRA, Isabel; PINTO, Teresa; QUEDAS, Maria – Apropriação do Alojamento e Modos de Vida: “clandestinos” e “legais”. Congresso Português de Sociologia, 3, 2008 – *Práticas e Processos da Mudança Social*: actas. Associação Portuguesa de Sociologia.

como numa diversidade de modos ou estilos de vida associados à vivência num habitat.”⁵⁵

A família, por volta do século XIX, assume então um papel fundamental no desenvolvimento da casa, o espaço doméstico começa a ser visto como, “(...) palco da vida familiar íntima, com menos habitantes e latitude para o comportamento individual e pessoal.”⁵⁶ Surgiu, então, uma necessidade de intimidade e privacidade que até então não se observava, pois a família, antes do século XIX, consistia num grupo de pessoas que conviviam no mesmo espaço, incluindo os empregados. As habitações começam por apresentar dimensões mais reduzidas, devido à diminuição do número de efetivos por família (Fig. 45 e 46), o que se manifesta também no próprio interior da casa. Como se observa no gráfico da figura 45 a percentagem de famílias com mais de 5 pessoas diminui entre 1960 e 2011, de 17% para 2%, assim como no gráfico da figura 46, se observa que o número de pessoas sós em Portugal tem vindo a aumentar significativamente de 1991 a 2011.

A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011

Figura 2.2 – Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

Fig. 45. Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011. Fonte: INE, Famílias nos Censos 2011, Diversidade e Mudança. Anabela Delgado e Karin Wall (coordenadoras). Quadro 2.2. Pág. 47.

⁵⁵ SERRA, Ana; SALVADO, Moura – Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de *Habitat*. Congresso Português de Sociologia, 5 – **Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**. Actas. Atelier: Cidades, Campos e Territórios

⁵⁶ MOREIRA, Ana - À Procura dos Novos Modos de Habitar. Lisboa: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado. p. 20.

Quadro 5.1 – Evolução das pessoas sós em Portugal, 1991-2011

Ano		No total da população residente			No total de agregados domésticos		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Vivem sozinhas	Partilham alojamento
1991	n	435 864	130 737	305 127	435 864	397 325	38 539
	%	4,4	1,3	3,1	13,8	12,6	1,2
2001	n	631 762	218 866	412 896	631 762	572 615	59 147
	%	6,1	2,1	4,0	17,3	15,7	1,6
2011	n	866 827	321 856	544 971	866 827	825 800	41 027
	%	8,2	3,0	5,2	21,4	20,4	1,0

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.

Fig. 46. Evolução das pessoas sós em Portugal, 1991-2011. Fonte: INE, Famílias nos Censos 2011, Diversidade e Mudança. Anabela Delgado e Karin Wall (coordenadoras). Quadro 5.1. Pág. 128.

“O homem está longe de ser o único animal construtor sobre a Terra. Na realidade, partilha essa característica com inúmeras espécies que executam para vigilância, abrigo ou para procriação, estruturas artificiais de que se servem temporária ou continuamente.”⁵⁷ A habitação, o espaço casa, mais concretamente, tem vindo a sofrer bastantes alterações ao longo dos anos, não só na sua configuração espacial, mas também a nível sensorial, ou seja, na perceção e expectativa que se tem e se cria em relação ao espaço casa. Partindo do princípio que, *“(...) As casas são como as pessoas. A frase é banal, outras são mais rebuscadas. Mas é uma espécie de segunda pele. Quer dizer, as pessoas têm uma alma interior, mas também têm uma alma exterior. Não é por acaso que, quando eu faço assim ou assim, estou a incomodar-te e não te estou a tocar. Portanto, as casas são como as pessoas: diferentes, manipuláveis, mexem-se.”⁵⁸*

Existem então novas e diversas formas e modos de habitar, entre o espaço público e o privado, o interior e o exterior. Importa projetar espaços cada vez mais flexíveis, que permitam vários usos e apropriações.

⁵⁷ CABIDO, José Jacob – Reflexões sobre o Interior Doméstico, as mentalidades e os espaços. Lisboa: [S.n.], 1995. Dissertação de Doutoramento. p. 10.

⁵⁸ LOPES, Carlos - Arquitectura e Modos de Habitar N° 1 – Eduardo Souto Moura. Edições CIAMH, 2013.



Fig. 47. Schlesisches Tor (Bonjour Tristesse), Berlim. Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros>



Fig. 48. Campo di Marte, Veneza Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros>



Fig. 49. Bairro Schilderswijk West, Haia Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2016-01-31-Siza-regressa-aos-bairros>



Fig. 50. Bairro da Bouça, Porto Fonte: <https://portoalities.com/pt/10-obras-imperdiveis-de-siza-vieira-no-porto/>



Fig. 51. Arquiteto Siza Vieira junto ao Bairro construído em Haia Fonte: <https://expresso.pt/sociedade/2017-11-13-Os-vizinhos-de-Siza-vao-para-o-CCB>

3.1.1. HABITAR NO COLECTIVO vs. RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

Sabe-se à partida, que uma das mais relevantes características da sociedade é a sua heterogeneidade. Cada vez mais os agregados familiares são distintos, o que pode interferir nos modos de habitar e consequentemente nas suas relações de vizinhança. Em 2016 Portugal participou na 15ª Bienal de Arquitetura de Veneza, dando destaque aos projetos no domínio da habitação social, do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, nas cidades de Veneza, Berlim, Haia e Porto. Estes projetos são referidos pelos curadores como “(...) verdadeiros lugares de vizinhança, tema central na atual agenda política europeia, em prol de uma sociedade mais inclusiva e multicultural.”⁵⁹ O Arquiteto ao ser convidado a visitar os locais (Fig. 47 a 51), lembrou que “(...) conviveu com os diferentes residentes, entre antigos e novos vizinhos, percebendo a evolução dos seus habitats, mas também as principais transformações sociais e urbanas ali ocorridas, (...) processos de imigração, guetização, gentrificação e turistificação.”⁶⁰

Na primeira metade do séc. XX a habitação coletiva passa a ser um dos principais temas da arquitetura, contribuindo para tal alguns fatores, como o crescimento demográfico nos meios urbanos, devido ao crescimento da atividade industrial, aliada à deslocação da população dos meios rurais para a cidade, o processo de reconstrução após a 1ª guerra mundial, entre outros fatores. A conjugação destes fatores requeria uma melhor gestão do espaço da cidade, uma maior concentração populacional e a consequente partilha de espaços públicos.

Este aumento da população nos centros urbanos e a aposta na construção de habitação coletiva maioritariamente em altura e o

⁵⁹ GRANDE, Nuno; CREMASCOLI, Roberto - Lugares de Vizinhança. *Vizinhança. Onde Álvaro encontra Aldo*. XV Bienal de Arquitectura de Veneza, 2016.

⁶⁰ Ibid. Ref. 59

desenraizamento de alguns segmentos da população, transporta consigo alguns problemas, com impacto nas relações de vizinhança que cada vez mais se tornam difusas e se perdem na vida urbana. A heterogeneidade referida inicialmente, pode ser um dos problemas para as deficientes relações de vizinhança, pois “(...) a coexistência de grupos sociais muito diversificados num mesmo espaço, constata a dificuldade de gestão das relações sociais entre grupos.”⁶¹ Pinçon (1981), refere que este fenómeno prende-se, principalmente “(...) com o facto da proximidade física não corresponder a uma proximidade social e de, na ausência de um grupo dominante, se assistir ao confronto de práticas e valores diversificados (...)”⁶². Será então necessário, encontrar um ponto de equilíbrio, mitigando-se estas tensões e conflitos. Para Mayol (1980), deve existir uma relação de “(...) “conveniência”, ou seja, “(...) um compromisso, através do qual cada um, renunciando à anarquia dos impulsos individuais, fornece contributos à vida colectiva, no sentido de retirar benefícios simbólicos necessariamente diferenciados no tempo”⁶³.

Foquemos o nosso olhar em lugares onde estas relações aparecem mitificadas, como é o caso por exemplo os meios rurais, onde supostamente prevalecem fortes laços de vizinhança e onde se estabelecem laços de confiança, interconhecimento, partilha e reciprocidade. Para Espanha (1993) “(...) a actividade agrícola representava um elemento básico de reprodução económica das famílias e impunha formas de organização do trabalho que reforçavam a importância do grupo doméstico e dos laços de vizinhança e sociabilidade.”⁶⁴ Até que ponto na atualidade faz sentido reativar alguns destes valores e práticas? Fará sentido pensar na agricultura,

⁶¹ CASTRO, Alexandra – Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. Cidades – Comunidades e Territórios. Nº 5, (2002). p. 58.

⁶² Ibid. Ref. 61. p. 58.

⁶³ Ibid. Ref. 61 e 62. p. 59.

⁶⁴ GUERRA, Joana - “O Efeito Vizinhança”. Conselho Local de Acção Social – Sessão aberta. 2010.

sendo esta potenciadora da tal relação de “conveniência”? Para Nunes (1995) *“Esta herança é extensível às relações de vizinhança. E ainda que «destinada a desaparecer pelo fenómeno da urbanização é hoje recuperada e transcodificada como um fenómeno que pode carregar consigo a resposta aos problemas de solidariedade social»”*.⁶⁵

⁶⁵ GUERRA, Joana - “O Efeito Vizinhança”. Conselho Local de Acção Social – Sessão aberta. 2010.

3.1.2. MIX SOCIAL COMO MODO DE HABITAR

As áreas suburbanizadas das cidades, podem ser a solução para a criação de uma maior harmonia entre a cidade e o campo. No entanto, são zonas onde se nota uma grande segregação espacial e social, o que acaba por originar outros problemas. Assim, “(...) *as populações mais ricas, por um lado, e as populações mais pobres, por outro, estão cada vez mais concentradas, ou mesmo segregadas.*”⁶⁶ Esta segregação espacial cria problemas, como a falta de acessibilidade a equipamentos, serviços, oportunidades de vida, etc. por parte das classes mais desfavorecidas, o que se traduz numa problemática bem visível nos dias de hoje em Lisboa, ao observarmos alguns bairros ou zonas da cidade totalmente esquecidos, nos quais se opera uma espécie de aglomeração no mesmo local de pessoas em situação de vulnerabilidade. “*De um certo ponto de vista, é normal, com efeito, que as populações que têm as mesmas aspirações ou os mesmos modos de vida se agrupem em territórios comuns. Mas de um outro ponto de vista, esta dinâmica é a própria negação da cidade porque esta só existe e só se desenvolve graças à sua diversidade.*”⁶⁷ Temos então a necessidade de procurar novos conceitos que possam atenuar esta diferenciação de classes e estas desigualdades.

O *mix* social, aparece aqui então como uma solução para uma melhor integração das várias classes sociais e também um maior desenvolvimento da cidade e não apenas de pequenos centros urbanos. Em contrapartida, as opiniões sobre este conceito são muito distintas. O sociólogo Gans (1961), adverte-nos para o perigo inerente ao se forçar a heterogeneidade, sendo que muitas vezes a população prefere a homogeneidade, pois “(...) *a partilha de valores e interesses comuns tem maior probabilidade de promover laços sociais*

⁶⁶ ASCHER, François – Novos princípios do urbanismo. 3ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2012. p. 157.

⁶⁷ Ibid. Ref. 66. p. 158.

*mais profundos do que a interação social superficial.*⁶⁸ Também em Lisboa, ao observarmos o que acontece na Alta de Lisboa (Fig. 52), onde foi operacionalizado este conceito, podemos constatar que, “Os habitantes da venda livre não convivem com os de realojamento, (...)”⁶⁹, mesmo nos espaços de lazer assiste-se à sua utilização, sem entanto, as diferentes classes se misturarem, tal facto pode ser justificado com a falta de acompanhamento social na integração da população mais carenciada e também por “(...) a população quase exclusivamente constituída por indivíduos de etnia cigana a estar isolado do resto dos blocos, o que ao contrário do que se pretende, cria um gueto, promovendo a segregação em vez da pretendida coesão social.”⁷⁰ Para o Arquitecto Jorge Cancela, este insucesso justifica-se pelo facto de muitos dos equipamentos que estavam previstos não terem chegado a ser executados.⁷¹



Fig. 52. Plano de Urbanização para a Alta de Lisboa
Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Planta-Geral-do-PUAL-Fonte-UPAL_fig2_284162411

Por outro lado, Ascher (2012) defende a mixidade social como uma aposta urbana e societal, referindo que, “(...) em primeiro lugar, as populações modestas devem ter acesso às localizações urbanas das populações abastadas; em segundo lugar, é preciso proceder de tal forma que, tanto quanto possível, categorias sociais diferentes se encontrem, se conheçam e confrontem as suas expectativas, os seus valores e as suas representações do mundo.”⁷² O autor considera que este *mix* social pode ser procurado a várias escalas, não sendo necessário restringi-lo a cada edifício.

⁶⁸ Tradução livre: AMÍLCAR, Anselmo – Social Mix, Utopia or Reality: Portuguese Cases. *Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Lisboa. Nº 02 (2013), Debates, Cescontexto.

⁶⁹ CAMELO, Rui – O Plano de Urbanização do Alto do Lumiar ou Alta de Lisboa – o actual estado do projecto. Lisboa: [S.n.], 2011. Seminário/Projecto em Geografia Humana.

⁷⁰ *Ibid.* Ref. 69

⁷¹ *Ibid.* Ref. 69 e 70

⁷² ASCHER, François – Novos princípios do urbanismo. 3ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2012. p. 159.

A implementação do *mix* social, pode também ocorrer à escala dos equipamentos públicos, ou seja, integrando uma maior quantidade destes em zonas acessíveis a todos os grupos sociais, o que pode gerar um melhor funcionamento da cidade através da criação de dinâmicas de deslocamento de diferentes classes sociais para o mesmo lugar, criando relações e coesão nesse mesmo lugar.

3.1.3. HABITAR NA CIDADE vs. HABITAR COM A NATUREZA

Interessa então compreender, de que forma será possível concretizar essa aproximação desejável entre o rural e o urbano. Partindo do princípio de que, “(...) a cidade do século XXI é uma cidade que está integrada no campo. (...) Já não há fronteiras entre o campo e a cidade, daí ter que se pensar num planeamento global.”⁷³ Cada vez mais, a cidade é marcada por um ritmo mais acelerado, devido às alterações que os avanços tecnológicos proporcionaram, mas também existem desafios atuais relacionados com a sustentabilidade, com as alterações climáticas, com as catástrofes e com os riscos ambientais, que as cidades têm de enfrentar. Posto isto, numa altura em que o verde urbano é cada vez mais valorizado, é importante entender como é que este pode ser reintegrado na sociedade urbana.

“O uso do verde urbano, especialmente no que diz respeito aos jardins, constituem-se em um dos espelhos do modo de viver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas.”⁷⁴ Os jardins são a primeira expressão do verde nas cidades, inicialmente projetados para “(...) dar prazer à vista e ao olfato.”⁷⁵ Sendo que no século XIX começam a surgir com funções utilitárias; contudo, no final desse século, Ebenezer Howard, surge com uma proposta que consistia em juntar as vantagens de se viver na cidade e no campo, em busca de um modelo de cidade com uma maior qualidade de vida, criando o conceito de cidade-jardim. Para justificar esta necessidade

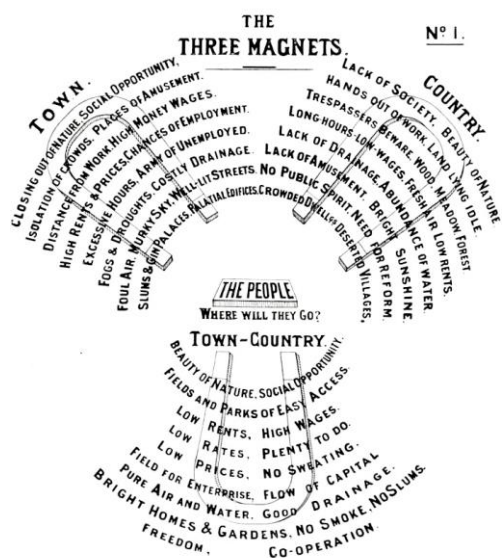


Fig. 53. The Three Magnets, Ebenezer Howard.
Fonte: <https://www.gutenberg.org/files/46134/46134-h/46134-h.htm>

⁷³ RIBEIRO TELLES, G - Ordenamento do Território: não existe uma visão global para o país. [Entrevista concedida a] Pedra & Cal, Arrábida, Encontro Internacional GE-CoRPA/GEOTA, n. 07, p 18-21, set. 2000.

⁷⁴ LOBODA, Carlos; ANGELIS, Bruno – Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. *Âmbiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*. Guarapuava. Nº 1 (2005). ISSN 1808-0251. p.125-139.

⁷⁵ *Ibid.* Ref. 74. p. 125-139.

criou um diagrama, intitulado *“The Three Magnets”*⁷⁶. (Fig. 53) Em 1902 funda a primeira cidade-jardim, Letchworth, nos arredores de Londres (Fig. 54 e 55). No entanto, este conceito acabou por não resultar, sendo gerador de uma maior suburbanização; contudo, estavam lançados os fundamentos para criar uma cidade mais próxima do campo. *“(…) cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização.”*⁷⁷

Os espaços verdes urbanos, onde se inserem os parques urbanos, têm cada vez mais destaque nas discussões da atualidade e podem ter um papel importante nesta harmonia necessária entre cidade e natureza, eles reduzem o impacto causado pela intensa urbanização, e apresentam benefícios tanto a nível ambiental, climático, como social, significando uma fuga ao caos que muitas vezes se sente nas cidades. Estes sítios têm como finalidade *“melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, essas áreas tornam-se atenuantes da paisagem urbana.”*⁷⁸ O conceito de qualidade de vida engloba em si múltiplos fatores, não é algo estático, e envolve fatores subjetivos e objetivos, podendo se manifestar em graus de intensidade muito distintos.⁷⁹ O ambiente é sem dúvida um dos fatores determinantes, no que toca à definição de qualidade de vida, e assume-me como essencial para o bem estar



Fig. 54. Letchworth, Ebenezer Howard. Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>



Fig. 55. Letchworth, Ebenezer Howard. Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>

⁷⁶ BRAGA, Ana - As Cidades Jardins: Solução do problema urbano. 2008. Acedido a 20 de Março 2020, em: <https://ascidadesjardins.blogspot.com/>

⁷⁷ HOWARD, Ebenezer - Cidades-Jardins de Amanhã. 2ª Edição. São Paulo: AN-NABLUME EDITORA, 1996. p. 110.

⁷⁸ LOBODA, Carlos; ANGELIS, Bruno – Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. *Âmbiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*. Guarapuava. Nº 1 (2005). ISSN 1808-0251. p.125-139.

⁷⁹ PINTO, Teresa - Noções e Percepções de Qualidade de Vida: Que pistas para uma intervenção na cidade?. *Cidades – Comunidades e Territórios*. Lisboa. Nº 15 (2007), p. 29-54.

físico e mental dos indivíduos, “O urbanismo contemporâneo gera a necessidade da existência de espaços verdes para que exista a possibilidade de fugir do ruído e da poluição, de forma a regressar à natureza.”⁸⁰

Existe então uma necessidade de conexão com a natureza (Fig. 56), que pode ser conseguida através da inclusão destas áreas verdes nas cidades, remetendo para esta ideia de aproximação ao campo, onde está intrínseca a existência desta relação.



Fig. 56. Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa Fonte: <https://expresso.pt/cultura/2020-05-11-Curador-por-um-dia-do-Museu-Gulbenkian>

⁸⁰ SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo - A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades. *O Espaço Geográfico em Análise*. Curitiba. V. 29 (2013). ISSN 2177-2738. p.177-193.

3.2. NOTAS CONCLUSIVAS

Podemos então concluir que, o conceito habitar transporta consigo a necessidade de compreender a sua evolução, temporal e sociocultural, e consequentemente os modos de vida, cada vez mais diversificados em sociedade. A sociedade contemporânea vive em constante e acelerada mudança, o que exige que a arquitetura, consiga acompanhar estas transformações sociais e que afetam as estruturas familiares, os seus valores e estilos de vida.

A valorização do verde, como pressuposto para uma melhor qualidade de vida deve estar presente em todas as intervenções arquitetónicas, respeitando o território e a sua função natural, o que nos transporta para uma atual necessidade de ligação ao natural, que é vista e entendida como essencial para operar o bem-estar físico e social e um maior equilíbrio no planeta.

Importa que o arquiteto na sua prática valorize esta relação entre cidade e natureza e atue numa perspetiva humanista e sistémica, e que permita que os indivíduos habitem no meio e com ele, fortalecendo as suas relações de simbiose. O que aqui está em causa é uma conceção também ética sobre a cidade, no sentido em que a cidade e os seus habitantes, de forma responsável se possam relacionar sustentável e equilibradamente com o ecossistema.

“E a arquitectura é feita para nós a utilizarmos. Não é nenhuma das Belas Artes. Acho que esta também é a tarefa mais nobre da arquitectura, o facto de ela ser uma arte para ser utilizada. Mas o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma. A forma remete para o lugar, o lugar é este e a utilização é esta.”⁸¹

⁸¹ ZUMTHOR, Peter - Atmosferas. Lisboa: Editorial Gustavo Gili, 2006.

CAPÍTULO IV. PROJECTO – HABITAR NO PARQUE

A proposta projetual, que aqui se apresenta procura operacionalizar todos os tópicos e conceitos abordados anteriormente, assim como, evidenciar as potencialidades do Vale de Alcântara e refletir sobre novas soluções para revitalizar o espaço, consequentemente, integrando-o na restante malha urbana da cidade de Lisboa. Para tal, foi necessário compreender todo o território do Vale e da sua envolvente, e perceber um conjunto de necessidades atuais, evidenciando-se uma vontade crescente, por parte da população, de uma maior ligação à natureza, de uma maior preocupação com a pegada ecológica, que, com a situação pandémica atual se tornou ainda mais emergente. Para o arquiteto Gonçalo Byrne, *“O choque da pandemia despertou muito a sensibilidade das pessoas para estas questões.”*⁸² Acrescenta ainda que *“No espaço público, deverão ser acelerados projetos que já estavam a ser implementados, não só em Lisboa, mas também noutras cidades, como a criação de hortas coletivas, vias para bicicletas, replantação de árvores e passeios amplos” (...)* *“a pandemia está a criar uma urgência nas necessidades de transformação das cidades.”*⁸³

Há que pensar em novas formas de cidade, em soluções para as pessoas poderem se encontrar, trocar experiências, e pese embora o facto de os parques urbanos não serem a única solução, podem desempenhar um papel importante nesta mudança. A criação de sítios ao ar livre onde as pessoas possam permanecer começa a tornar-se imperativo nas grandes cidades. Para o arquiteto Rem Koolhaas, *“a reunião de mais de 50% da população mundial em metrópoles que*

⁸² LUSA - Pandemia veio acelerar mudanças em curso no país, afirma arquitecto Gonçalo Byrne. *RTP Notícias*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/pandemia-veio-acelerar-mudancas-em-curso-no-pais-afirma-arquiteto-goncalo-byrne_n1240996

⁸³ *Ibid.* Ref. 82

ocupam apenas 2% da massa terrestre mundial foi um problema muito antes de alguém saber o significado da expressão distanciamento social.”⁸⁴ e com a pandemia assiste-se a um aumento significativo de pessoas “a desejar viver num lugar mais vazio e de repente a perguntar-se de onde vinham os seus alimentos.”⁸⁵

Podemos observar alguns casos onde esta vontade de trazer de volta a natureza à cidade já era visível, e com ela criar novos ambientes, de fuga ao stress citadino e cada vez mais sustentáveis. Na revitalização do Rio Cheonggyecheon, em Seoul, Coreia do Sul, o rio fazia parte do sistema de drenagem da cidade, por volta de 1940 com o aumento populacional, a população começa a fixar-se junto ao mesmo, o que acabou por originar problemas sanitários, aliados à densificação da cidade e da população surge uma nova necessidade, a de criar novas infraestruturas e redes viárias, o que acabou por culminar no seu total encanamento, construindo-se sobre ele um viaduto com extensão de cerca de 6km.⁸⁶ (Fig.57 e 58)



Fig. 57. Revitalização do Rio Cheonggyecheon, Seoul. Fonte:

<https://medium.com/@isadoralealfarias/h%C3%A1-no-renascimento-do-c%C3%B3rego-cheonggyecheon-em-seoul-cor%C3%A9ia-do-sul-uma-das-melhores-b1fb748ede8d>



Fig. 58. À esquerda o viaduto sobre o rio, à direita a renaturalização, Seoul . Fonte: <https://ecourbana.wordpress.com/2008/09/15/seul-limpa-rio-poluido-em-tempo-recorde/>

Devido aos grandes custos de manutenção destas infraestruturas, e alguns problemas de instabilidade nas estruturas

⁸⁴ Tradução da autora: LUSCOMBE, Belinda - Architect Rem Koolhaas Says Redesigning Public Spaces Was Necessary Before the Pandemic. *TIME*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: <https://time.com/5836599/rem-koolhaas-architecture-coronavirus/>

⁸⁵ *Ibid.* Ref. 84.

⁸⁶ Uma impressionante renovação urbana em Seul. (2014, 24 de Fevereiro). Cidades Sustentáveis. Acedido a 3 de julho de 2020, em: <https://www.masterambiental.com.br/noticias/cidades-sustentaveis/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul/>

principais do elevado, surgiu a oportunidade de revitalização e recuperação do canal. Numa atitude de renaturalização e requalificação da zona, reconstruiu-se cerca de 5,8 km do rio, ladeado de 400 hectares de parque, para tal foi necessário o repensar da rede de transportes urbanos e a remoção de 620 mil toneladas de betão. O projeto previa ainda o controlo de possíveis cheias, e para tal as margens do rio sofreram um aumento de 20%. Esta ação teve um impacto significativo a nível ambiental, onde se verificou uma melhoria de 35% na qualidade do ar, a temperatura e o efeito ilha de calor na cidade diminuiu entre 3,30°C a 5,90°C, e a velocidade do vento ao atravessar o corredor verde aumentou de 2,2% a 7,8%, aumentando também a biodiversidade existente.⁸⁷



Fig. 59. Renaturalização do rio cheonggyecheon, Seoul . Fonte: <https://viatrolebus.com.br/2015/11/o-exemplo-de-seul-na-teoria-do-transito-induzido/>

Também em Valência, Espanha, o Parque Urbano do Rio Túria, que atualmente assume uma extensão de cerca de 10 km, surge, depois de vários relatos sobre as cheias causadas pelo rio no Outono e depois da última grande inundação no ano de 1957 ter causado vítimas e alguns estragos. Tal acontecimento levou à necessidade de desviar o caudal do rio, o que resultou num espaço vazio urbano, sobre o qual começaram a surgir propostas de intervenção. A primeira proposta para que este se tornasse num parque urbano verde, e fosse de encontro à vontade popular, surge

⁸⁷ ALVIM, Angélica; RAMOS, Rodrigo; ALVES, Karina – Projetos urbanos em frentes d'água. *Vitruvius magazine*. 222.01 (2018). ISSN 1809-6298.

em 1974, concebida por um grupo de estudantes “Vetges Tu” (Fig. 60), desenrolando-se através de um eixo verde afastando as circulações



Fig. 60. Cartaz da proposta elaborada pelo grupo de estudantes “vetges tu”.
Fonte: AZEVEDO, Afonso Duarte – Do Rio ao Jardim: O Exemplo do Turia – Valência. Porto: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado.



Fig. 61. Imagem dos jardins do Parque Túria, Valência.
Fonte: <https://livinginiberia.com/2015/09/29/jardim-do-turia-valencia-espanha/>

automóveis do centro da proposta e dando prioridade a diversos percursos cicláveis e pedonais sem obstáculos. A principal intenção do projeto consiste na *“revalorização da imagem da cidade antiga, através da melhoria dos parafeitos do antigo rio algumas frentes urbanas, e a integração das pontes históricas nas novas linhas de água.”*⁸⁸ Em 1982, Ricard Bofil cria um plano diretor, onde divide o leito do rio em 18 zonas, ficando ele próprio responsável pelo desenho dos jardins formais perto do *Palau de la Musica*. Cada zona tem a sua própria identidade, onde podemos distinguir a Cidade das artes e das ciências biomórficas projetadas pelo arquiteto Calatrava, a zona Norte que ficou a cargo do grupo Vetges Tu, sendo que, para além da componente artística e científica o parque caracteriza-se pela presença de ciclovias, zonas de eventos, fontes, e muitas estruturas

⁸⁸ AZEVEDO, Afonso Duarte – Do Rio ao Jardim: O Exemplo do Turia – Valência. Porto: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado. p. 68.

de especial destaque como por exemplo, a Ponte Alameda de Santiago Calatrava.⁸⁹

Em Lisboa, ainda que a uma escala mais pequena, também começamos a assistir a uma vontade de criação de espaços de lazer mais sustentáveis e ecológicos, como é o caso por exemplo o projeto para a Praça de Espanha, (Fig. 62) onde as circulações automóveis irão dar lugar à criação de um parque urbano verde e de lazer, recuperando a ligação pedonal entre a Gulbenkian e Sete Rios, e algumas linhas de água “vão emergir e dar lugar a uma ribeira ladeada por vegetação (...) Um dos objetivos é colocar a natureza à porta da cidade e restabelecer continuidades perdidas (...)”⁹⁰ Esta renaturalização prevê também zonas de estar como uma praça, vias pedonais e cicláveis, assim como promove a existência de um ecossistema húmido, que possibilitará alterações positivas a nível ambiental.



Fig. 62. Renaturalização da Praça de Espanha, Lisboa. Fonte: <https://www.lisboa.pt/nova-praca-de-espanha>

⁸⁹ PHELPS, Brian – **Metropolis**. June, 2012. [Consulta 25 Agosto 2020] How Valencia Turned A Crisis (And a River) Into a Transformative Park. Disponível em: <https://www.metropolismag.com/architecture/landscape/how-valencia-turned-crisis-river-into-park/>

⁹⁰ TOMÁS, Carla - A Praça de Espanha vai ser um grande jardim com um ribeiro ao meio. *Jornal Expresso*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-01-13-A-Praca-de-Espanha-vai-ser-um-grande-jardim-com-um-ribeiro-ao-meio>

Tendo como pano de fundo as intervenções apresentadas, decidimos apostar numa ação de renaturalização do Vale de Alcântara, transformando-o num Parque Urbano de produção agrícola, para tal, será necessário encontrar outro tipo de solução para inúmeras infraestruturas existentes que impossibilitam o atravessamento do Vale, assim como, inutilizam e impermeabilizam demasiado espaço, como a Avenida de Ceuta, o Eixo Norte-Sul, a Estação de Campolide; para além disso, tal exige pensar em novos limites de frente urbana, onde deverá existir habitação, mas também outro tipo de serviços, que permitam trazer vitalidade ao Vale.

Optamos por repensar o lugar como poderia, ou deveria ter sido intervencionado, sem comprometer a sua relação com a restante cidade, enquanto que se exaltam algumas preocupações da atualidade como a sustentabilidade e as inquietações com o meio ambiente nas cidades, tem-se o intuito de requalificar todo o vale à escala urbana e refletir sobre o seguinte: de que modo um processo de renaturalização num lugar, pode ter influência a uma escala maior. Uma vez identificado o principal problema no Vale, o esquecimento da sua função natural, assim como foi referido no capítulo I, e a sua transformação tendo como objetivo apostar nas acessibilidades e não nas pessoas, torna-se necessário criar então um meio termo em que, a cidade seja devolvida à população e o automóvel passe a desempenhar um papel secundário no desenho do Vale.

Propõe-se uma continuação do Parque Florestal de Monsanto, com a implementação de vários percursos que permitam o atravessamento pedonal de forma a existir uma maior ligação não só entre margens, mas também com a cidade. Tal permite, por um lado, que os habitantes ou visitantes de Lisboa possam habitar o Parque de várias formas, por outro, a sua revitalização através de um processo de inversão do tempo, com a renaturalização de todo o Vale.



Fig. 63. Imagem aérea sobre o Vale de Alcântara. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.



Fig. 64. Esquízo de intenções para a intervenção no Vale de Alcântara. Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.1. PARQUE URBANO DO VALE DE ALCÂNTARA

O Parque Urbano, surge como elemento revitalizador do Vale de Alcântara, ligado à produção agrícola, como outrora já o foi. Para tal, o projeto tem como premissa principal o trazer de novo à superfície a Ribeira de Alcântara, que desempenhará um papel fundamental no desenho do Vale e na criação de diversos momentos, quer de lazer, cultivo ou mesmo de trabalho (Fig.64). O Parque tem como objetivo, melhorar a permeabilidade do solo, assim como, trazer vida a esta zona da cidade. Este processo de voltar atrás no tempo e reestruturar o Vale à imagem daquilo que ele já foi, surge também numa tentativa de integrar o Vale no restante tecido da cidade, recorrendo à memória face a este lugar como ponto de partida e como elo de ligação.

Para que tal aconteça, à semelhança do projeto, referido anteriormente, do Rio Cheonggyecheon, é necessário por um lado, repensar no que fazer com as infraestruturas existentes e encontrar novas soluções, que continuem a permitir os acessos; por outro, que permitam tornar o fundo do Vale permeável. (Fig. 65). Neste contexto, propõe-se a execução de um túnel, que substituiria o atual Eixo Norte Sul, estendendo-se do Bairro da Liberdade ao início da Ponte 25 de Abril, o que permitiria libertar o solo, deixando de representar uma barreira física entre margens, ao mesmo tempo, que tornaria as acessibilidades mais diretas. As linhas férreas passariam também para o subsolo, nos locais onde se considerou fazer sentido, propondo-se ainda a criação de uma estação intermodal a Norte do Vale, onde se realizariam as distribuições necessárias. Propõe-se a demolição da Avenida de Ceuta, de forma a trazer de volta a Ribeira de Alcântara, e para tal, prevê-se a reconstrução das duas ruas que em tempos existiram, a rua da Fábrica da Pólvora, e a Travessa da Horta Navia. Estas alterações, além de permitirem um maior controlo de tráfego rodoviário no centro do vale, também permitem tornar o solo permeável, o que terá

influência direta no controlo das cheias que atualmente representam um dos maiores problemas em Alcântara.

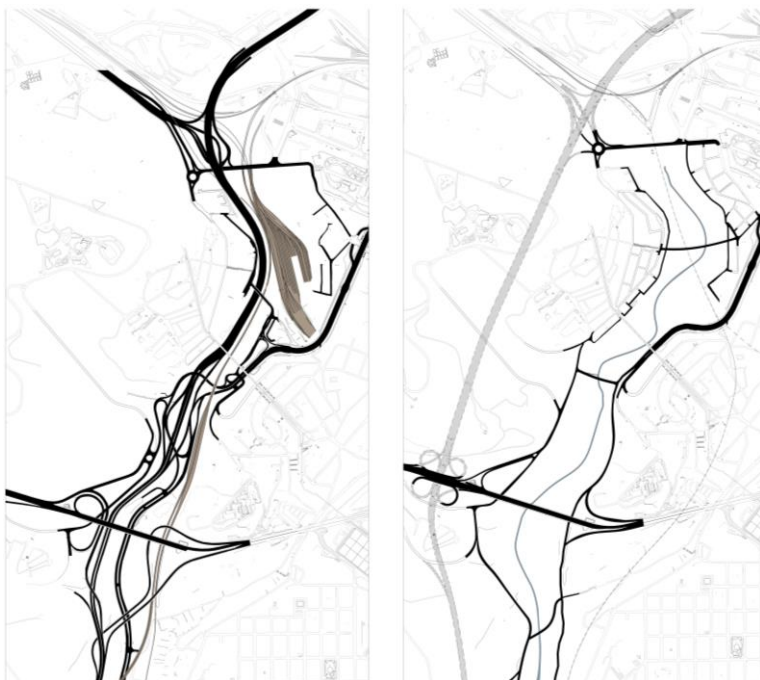


Fig. 65. À esquerda o aglomerado de estradas atuais, à direita a proposta libertando o fundo de vale. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

É então proposto um programa para todo o Vale de Alcântara, com base no estudo realizado, onde tivemos oportunidade de perceber melhor as suas funções geológicas e geográficas. À semelhança de projetos colocados já em prática, como por exemplo, o Parque Urbano de Aranzadi, em Pamplona, Espanha (Fig. 66). Para a sua implementação foi organizado um concurso de ideias, acabando por vencer a proposta da equipa Alday-Jover Arquitectos SLP. O parque é o segundo maior espaço verde da cidade de Pamplona e, foi desenhado com diversos espaços onde o lazer, a urbanidade e a agricultura ambos têm lugar. Embora não tenha sido a proposta vencedora interessou-nos aqui fazer menção à proposta desenhada pelo atelier PROAP, onde também a agricultura serviu como um elemento regenerador do lugar, *“cremos que, no cenário global contemporâneo, onde o custo dos bens essenciais tende a*



Fig. 66. Parque de Aranzadi, Pamplona. Fonte: <https://arqa.com/arquitectura/paisaje-medioambiente/parque-de-aranzadi-pamplona-espana.html>



Fig. 67. Esquízo diagramático identificativo das zonas de produção agrícola e de lazer. Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

subir consecutivamente, talvez nos encontremos num momento importante de redefinição urbana, na qual o papel da agricultura adquira preponderância, até na sobrevivência e entreaajuda comunitárias. (...) Porque um parque urbano/agrícola é, indubitavelmente, e a todos os níveis, uma das ferramentas mais fortes de regeneração urbana.”⁹¹

Decidiu-se então, implementar vários momentos, zonas distintas, desde zonas de produção agrícola, uma área mais intensiva junto à ribeira, (Fig. 67) seguida da inserção de hortas urbanas, o que ajudará a controlar futuras situações de cheias, zonas de lazer e de prática de desporto, onde se incluem a criação de percursos ao longo do Vale e uma possível ligação a Monsanto, assim como, zonas verdes onde a vegetação poderá ser mais ou menos densa. O objetivo é criar zonas ao longo do Vale, à semelhança do que aconteceu nos Jardins do Túria, em que se possa e se sinta vontade de permanecer, como espaços onde seja possível praticar desporto, espaços destinados a eventos, zonas cicláveis, entre outros, trazendo de novo vida ao lugar.

As zonas destinadas à agricultura, foram pensadas para que desempenhassem um papel importante e marcante na paisagem através das diferentes culturas praticadas, assim, se decidiu que seguiriam um desenho retangular comprido, orientadas transversalmente à ribeira, aliando ao sentido funcional, o sentido estético, contribuindo assim para o desenho da paisagem do vale. (Fig.68 e 69).

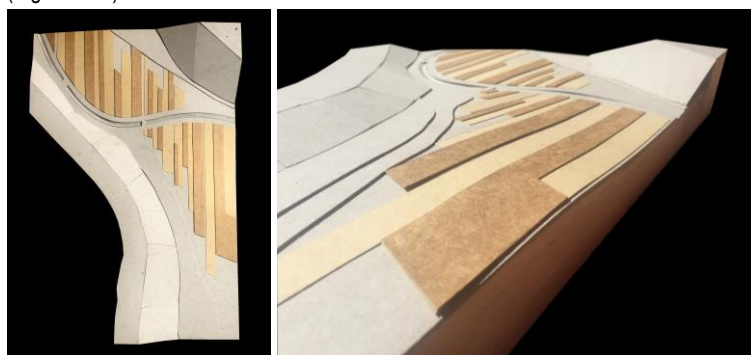


Fig. 68 e 69. Maquete de estudo do fundo de vale, zona agrícola. Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

⁹¹ PROAP. Parque de Aranzadi – Concurso Internacional de Ideas para la Redacción del Proyecto y Posterior Gestión de la Obras del Parque de Aranzadi. Acedido a 6 de Julho de 2020, em: <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/aranzadi-park-2/>

Observou-se alguns exemplos de zonas agrícolas e parcelas de terreno, como podemos atentar nas seguintes imagens, ao longo de todo o país, junto à zona de Aveiro, Rio Lis, Rio Alcobaça, Rio Tejo e Rio Côa, que assumem grande destaque na paisagem. Também no Egito, junto ao Rio Nilo, se pode observar um traçado muito organizado e característico.



Fig. 70. Imagem aérea, zona de Aveiro. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.

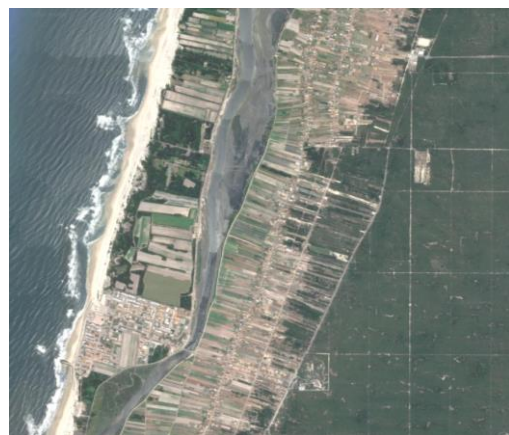


Fig. 71. Imagem aérea, zona de Aveiro. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.



Fig. 72. Imagem aérea, junto ao Rio Lis. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.



Fig. 73. Imagem aérea, junto ao Rio Alcobaça. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.



Fig. 74. Imagem aérea, junto ao Rio Tejo. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.



Fig. 75. Imagem aérea, junto ao Rio Tejo. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.



Fig. 76. Imagem aérea, junto ao Rio Côa. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.

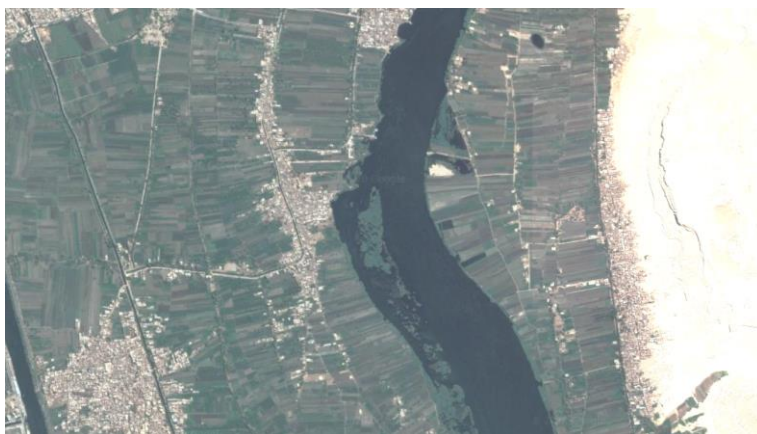


Fig. 77. Imagem aérea, junto ao Rio Nilo. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth.

Estas áreas agrícolas funcionariam através de uma cooperativa, instalada na antiga Fábrica da Pólvora, que ficaria responsável pela manutenção/aluguer dos espaços, onde se poderia cultivar diversas culturas, quer para consumo próprio, quer para venda, como por exemplo ervas aromáticas, frutas e árvores de fruto, alimentos como alfaces, tomates, entre outros. Para o bom funcionamento do parque, é também necessário, a criação de uma rede de equipamentos variados, proporcionando à população um conjunto de oportunidades e de espaços de encontro, nesse sentido, propõe-se a reabilitação dos edifícios correspondentes à Estação de Alcântara Mar, e à Estação de Campolide, com o objetivo de ambas albergarem um mercado, onde podem ser comercializados os produtos agrícolas do próprio Vale, tendo como premissa dinamizar social e economicamente toda a área. Devido à proximidade com o Instituto Superior de Agronomia, algumas zonas agrícolas serão destinadas ao ensino e investigação, com o intuito de desenvolver também uma componente pedagógica e científica associada ao vale.

Também outros equipamentos estão previstos como, uma biblioteca, uma escola primária e Jardim de Infância, um centro de dia, parques infantis, entre outros. Tudo isto, irá permitir que o Vale como Parque Urbano, passe a ser utilizado não só pelos seus habitantes, mas também por todos os moradores da Cidade, podendo assim significar o começo de uma fuga ao ritmo de vida acelerado da Cidade, contribuindo, em simultâneo, para o prolongamento do corredor verde que liga a Avenida da Liberdade a Monsanto.



Fig. 78. Zona de intervenção a uma escala mais aproximada. Fonte: Imagem retirada da ferramenta google earth; editada pela autora. (2019).

4.1.1. CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA FRENTE URBANA

Definido o Parque, é agora necessário definir os seus limites edificados, uma proposta de frente urbana que colmate as pré-existências, delimitando assim as duas frentes de Parque. Para tal, foi necessário a aproximação a uma zona específica do Vale, com o intuito de desenhar um conjunto arquitetónico que resolvesse alguns problemas identificados anteriormente, e que ao mesmo tempo representasse a ideia global para toda a frente de Parque, podendo replicar-se e adaptar-se a outras diferentes zonas. Posto isto, a zona escolhida para a intervenção a uma escala mais detalhada, encontra-se assinalada a amarelo, junto ao Bairro da Liberdade, Campolide (Fig. 78). O terreno, à semelhança do que acontece ao longo do vale, apresenta-se com um declive acentuado, e neste momento tem apenas um acesso pedonal que permite o atravessamento para a outra margem do Vale. Neste lugar, podemos observar como o excessivo número de infraestruturas, referidas no subponto anterior, resultaram numa impossibilidade de relação direta entre a cidade e o Bairro em questão, contribuindo para um afastamento físico e social da restante malha urbana.

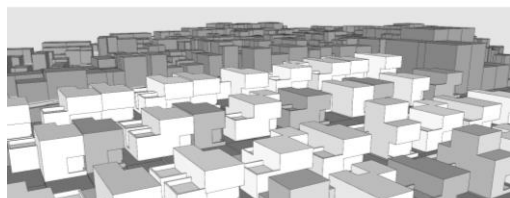


Fig. 79. Elemento de estudo 3D da composição formal da nova frente urbana. Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

A proposta de frente urbana, tem como princípio repensar o lugar e integra-se no conjunto de alterações, já referidas, que possibilitarão a existência do Parque Urbano do Vale de Alcântara. A frente urbana, será construída ao longo de patamares respeitando as condições de declive do terreno, e pretende aproximar-se da escala já existente do Bairro, optando-se por uma proposta de casas unifamiliares, conferindo-lhe uma nova imagem (Fig.79). Visto que terá uma relação privilegiada com o Parque Urbano pretende-se que as próprias habitações estabeleçam e mantenham em evidência essa relação, possibilitando diferentes formas de se habitar na cidade.

Observando assim o traçado já existente, podemos reparar que a organização em planta se estabelece sobretudo na transversal com a cota inferior do Vale, dando especial destaque à escadaria que acaba por formar um eixo organizador de todo o Bairro da Liberdade. Neste contexto, decide-se respeitar esta organização e cria-se uma malha também ela no sentido transversal, que pretende aproximar-se da escala do lugar, e criar alguma densidade (Fig.80), esta malha à medida que desce a encosta e se aproxima do fundo de vale, aumenta as suas dimensões, com o propósito de permitir uma maior diversidade tipológica e social (Fig. 81). Em virtude de se tratar de uma construção em encosta, pretende-se a criação de vários atravessamentos entre as habitações colocados de forma estratégica em diversos pontos, o que permitirá uma maior permeabilidade e aproveitamento dos espaços públicos. A nível formal, esta intervenção em planta sugere-nos um cenário bastante organizado, ganhando uma maior organicidade quando lhe damos volume tal como acontece no projeto elaborado pelo atelier FALA, para o concurso de habitação social de alvenaria, para o Bairro da Boavista em Lisboa. (Fig. 82 e 83)



Fig. 80. A malha definida para o projeto Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

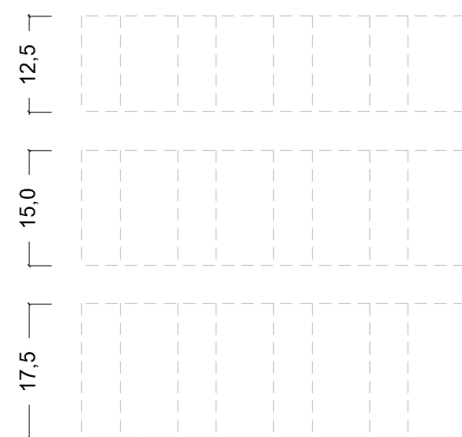


Fig. 81. Diferentes dimensões da malha. Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

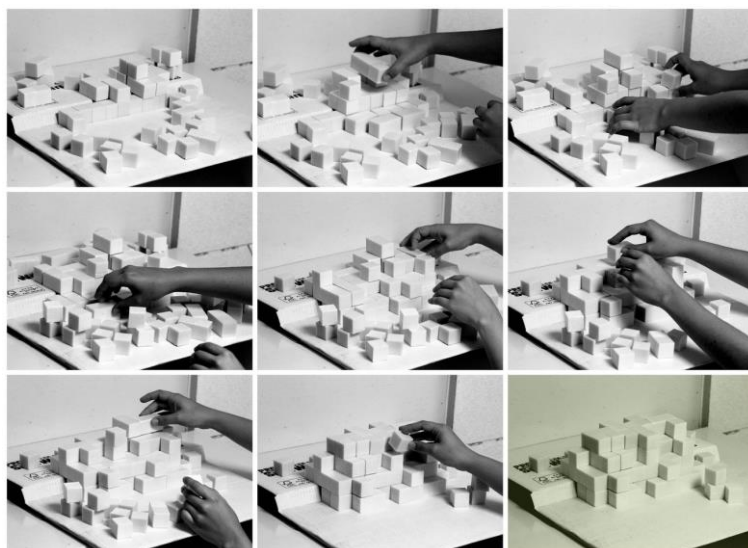


Fig. 82. Projeto para o concurso de habitação social de alvenaria, Atelier FALA. Fonte: <https://www.designboom.com/architecture/alvenaria-social-housing-by-fala-atelier/>



Fig. 83. Projeto para o concurso de habitação social de alvenaria, Atelier FALA. Fonte: <https://www.designboom.com/architecture/alvenaria-social-housing-by-fala-atelier/>

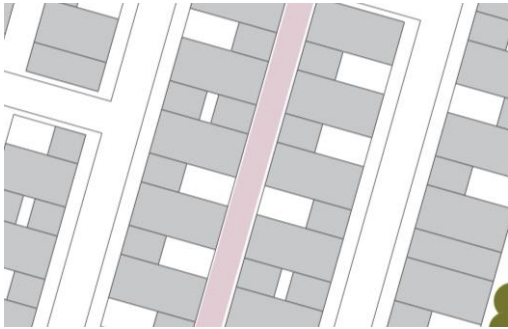


Fig. 84. Rua pedonal entre habitações identificada.
Fonte: Elaborado pela autora (2020)



Fig. 85. Quinta da Malagueira, Évora. Fonte:
<https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>



Fig. 86. Quinta da Malagueira, Évora. Fonte:
<https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>

A criação de uma rua, entre as habitações, exclusivamente de carácter pedonal, (Fig. 84) tem como objetivo permitir o encontro e as sociabilidades entre vizinhos, e tendo como objetivo aproximar os habitantes do exterior das suas habitações.

A relação entre as duas margens será uma das preocupações, visto que depois de algumas conversas informais com os moradores, percebeu-se que esta falta de relação é um dos principais problemas, e será conseguida através de pequenas passagens transversais sobre a Ribeira (como outrora já existiu) o que permitirá uma maior vivência do espaço, pretendendo-se que esta falta de relação deixe de ser um fator segregador e estigmatizante. A este propósito, faz sentido retomar aqui, o projeto da Quinta da Malagueira, em Évora, de Álvaro Siza Vieira. Neste projeto “*A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social*”⁹². A pertinência de se fazer referência ao projeto da Quinta da Malagueira deve-se, à sua organização espacial, à solução tipológica encontrada pelo arquiteto e e ao facto de se tratar de um Bairro direccionado para pessoas com poucos rendimentos.

À semelhança da proposta projetual para o Vale de Alcântara, interessou a sua organização horizontal que se enquadra na malha ortogonal pré-existente, e o facto de se tratar de habitações unifamiliares com um ou dois pisos e ainda, o facto da valorização da linha de água existente e de todo um conjunto de pré-existências que permitiram a criação de diversas zonas no Bairro. Importa salientar “*(...) a conservação da densidade de plano anterior para mil e duzentas habitações, a preservação da faixa verde que acompanhava uma linha de água, ainda presente, e a construção de habitações baixas e alta densidade. Manifestou-se assim a intenção,*

⁹² SIZA, Álvaro – Imaginar a Evidência. 1ª Edição. Lisboa: Edições 70 Lda, 2017. p. 107.

decididamente inovadora no País, de preservar o território e experimentar novas soluções para a habitação.”⁹³



Fig. 87. Quinta da Malagueira. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/883218/quinta-da-malagueira-de-alvaro-siza-pelas-lentes-de-fernando-guerra>

⁹³ SIZA, Álvaro – Imaginar a Evidência. 1ª Edição. Lisboa: Edições 70 Lda, 2017. p. 105.

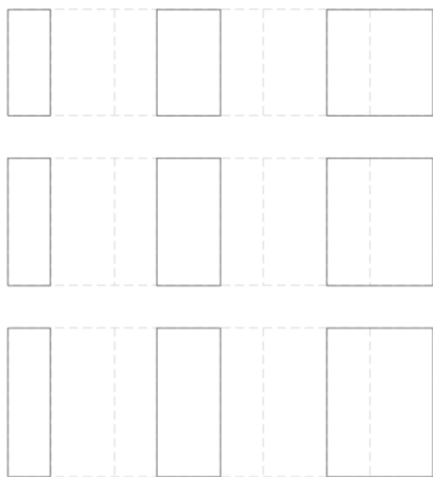


Fig. 88. Diagrama representativo dos diferentes tipos de lotes. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

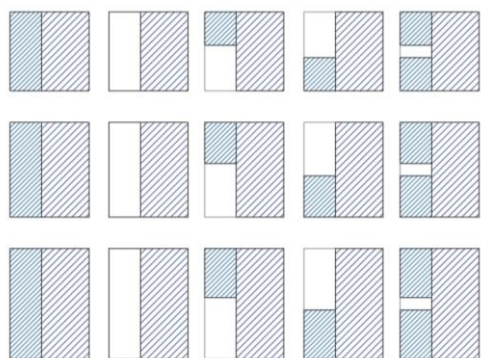


Fig. 89. Diagrama representativo de possíveis variações formais e tipológicas. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

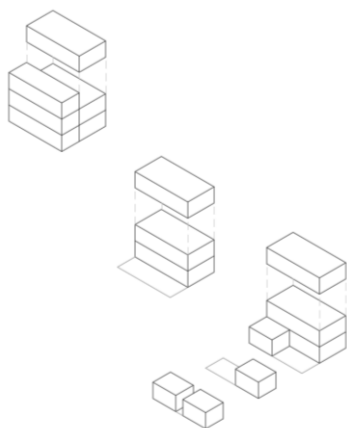


Fig. 90. Diagrama volumétrico das possíveis ampliações da casa. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

4.2. DIFERENTES TIPOLOGIAS DA CASA

Tal como nos projetos referidos anteriormente, foi proposto um desenho urbano de baixa altura e grande densidade, de modo a permitir a integração e a consolidação com as pré-existências, enquanto se pretendia uma aproximação à escala do Bairro. O desenho das tipologias tem como objetivo integrar vários tipos de estruturas familiares, potenciando uma vida em comunidade mais diversificada. Para tal foi necessário através da métrica definida criar um sistema de lotes que permitisse a agregação das habitações criando um sistema morfológico urbano consistente.

Partindo então da métrica desenhada, surge uma proposta urbana ortogonal que resulta num desenho de lotes contínuos que vão aumentando a sua dimensão no comprimento à medida que estes se aproximam da frente do Parque (Fig. 88). Os acessos, foram pensados de forma a permitir o menor fluxo de tráfego entre as habitações, sendo que o próprio desenho cria desencontros visuais, de forma a desacelerar o ritmo automóvel e possibilitar uma maior vivência mais humanizada por parte da população no espaço público.

As dimensões dos lotes, podem ser de 5m, 7.5m ou 12.5m na sua largura, e variam no seu comprimento à medida que se desce a encosta, 12.5m, 15m e 17.5m. A partir desses lotes (Fig. 87), pensou-se em diferentes evoluções tipológicas (Fig. 89) partindo de um desenho base da casa. A casa base foi pensada para os lotes que têm 7.5m de largura, sendo que pode ter 2 ou 3 pisos, esta casa pode ser ampliada através de pequenas agregações de módulos quando o lote se estende aos 12.5m de largura, no entanto, visto que existe a possibilidade de a casa poder funcionar apenas no lote dos 7.5m foi previsto uma casa singular e de exceção que segue as mesmas diretrizes da casa base para quando o lote de 5m de largura não é ocupado pelas agregações (Fig. 90). Esta forma de crescimento tipológico,

condicionado à partida pela dimensão do lote teve como referência, embora os contextos nacionais sejam diferentes, o projeto para a Quinta Monroy, no Chile, do arquiteto Alejandro Aravena, onde o arquiteto prevê que as ampliações aconteçam dentro da própria estrutura definida (Fig. 91). Esta possibilidade de crescimento é definida à partida, aquando da compra do lote, o futuro morador pode decidir a alternativa que melhor se enquadrar na sua estrutura familiar.



Fig. 91. Quinta Monroy, Chile. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/01-28605/quinta-monroy-elemental>

O desenho base da casa desenvolveu-se a partir do exterior, primeiro foram pensados os espaços exteriores e a pertinência destes para o projeto, visto que devido à condição de se estar a construir em contexto de parque urbano, esses espaços simbolizam a ligação da casa ao parque (Fig. 92). Todas as casas têm ligação a uma rua onde o carro pode circular e a uma outra rua exclusivamente pedonal, a diferentes cotas devido à construção por patamares, (Fig.93); desenhou-se então um sistema de quintais e terraços onde é possível aos habitantes aproximarem-se da rua e se sentirem confortáveis, e onde podem ter as suas pequenas hortas, que acabam por permitir pontos de encontro entre vizinhos e onde se estabelecerão relações comunitárias. Estes quintais foram propostos depois de um estudo acerca das tipologias existentes no próprio Bairro. A entrada é feita através do quintal, na frente da rodovia, sendo que as agregações podem funcionar independentes da casa, permitindo

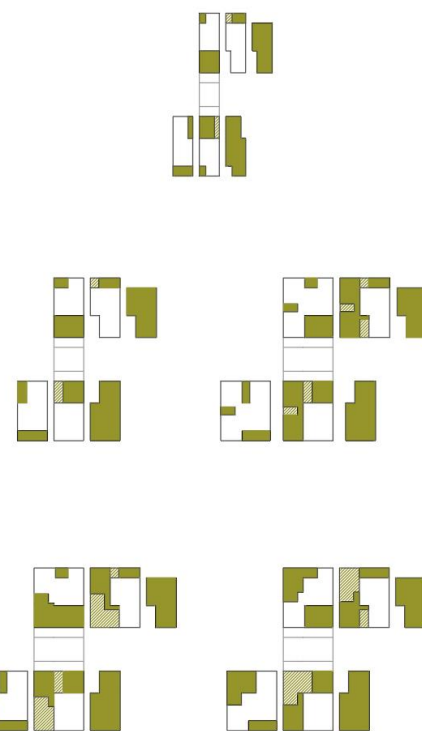


Fig. 92. Diagrama representativo dos espaços exteriores das diferentes tipologias e possíveis espaços verdes. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

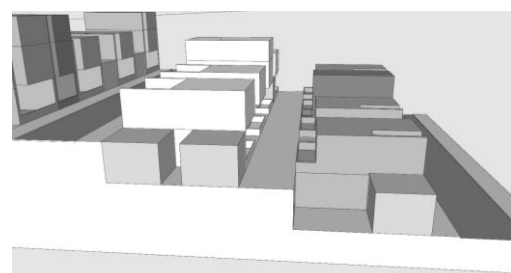


Fig. 93. Representação gráfica do sistema de patamares proposto. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

assim o seu aluguer ou aproveitamento do espaço para alguma outra atividade, (atelier ou oficina), ao mesmo tempo que podem servir simplesmente para responder às evoluções nas estruturas familiares.

Assim a oferta tipológica varia do T1 ao T5 dependendo do número de pisos e da dimensão do lote. A criação deste sistema tipológico permite-nos uma maior heterogeneidade visual, conferindo alguma organicidade ao conjunto arquitetónico, assim como, permite a exploração de um maior número de variações tipológicas, o que consequentemente, permite a acomodação de um número mais diversificado de estruturas familiares. A diversidade pretendida, é conseguida através da forma como se organiza a métrica estabelecida, que à medida que desce a encosta aumenta, consequentemente, as dimensões das casas, e os custos das mesmas, o que vai permitir que famílias com possibilidades diferentes habitem a proposta arquitetónica. Pretende-se então, que este mix social funcione através dos espaços exteriores das habitações, que podem simbolizar espaços de encontro entre moradores e principalmente através da existência da uma rede de equipamentos proposta ao longo de todo o vale, onde os moradores podem conviver e partilhar as suas experiências.

Visto que a regra organizadora do projeto se assume da seguinte forma, via rodoviária – habitação – via pedonal – habitação – via rodoviária, o que devido ao vencimento de cotas resulta na entrada principal da casa por pisos diferentes, pensou-se num formato de casa base que pudesse facilmente se adaptar a esta condição. (Fig.94)

Então a casa base foi desenhada para o lote de 7.5m de largura, sendo composta por dois pisos e um terraço, incluído na cobertura. A entrada é feita através de um quintal maior, com dimensões suficientes para o carro, caso seja desejável, neste piso encontramos uma zona destinada à confeção de comida, e um pequeno pátio interior, permitindo uma maior iluminação e um pequeno espaço de estar mais intimista, sendo que no segundo piso da casa existe uma zona de estar e uma outra de dormir, e ainda um quintal de dimensões

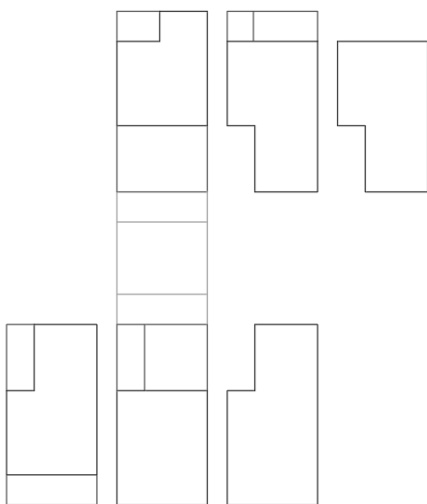


Fig. 94. Planta esquemática da casa base. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

mais reduzidas que faz a transição para a rua pedonal, onde as pessoas podem circular mais à vontade; esta rua foi pensada para que fosse um sítio onde se pudessem estabelecer diferentes relações sociais, e inclusive onde as crianças poderiam brincar mais à vontade e conhecerem-se umas às outras. A tipologia pode ainda ter um terceiro piso com uma zona de dormir passando a ter 2 ou 3 quartos. O terraço surge com pequenos canteiros, onde os moradores podem ter as suas hortas, ou outro tipo de plantações, e um pequeno espaço de estar, o aproveitamento das coberturas permite uma maior aproximação ao parque não só a nível visual mas também devido à existência de espaços verdes. (Fig. 95)

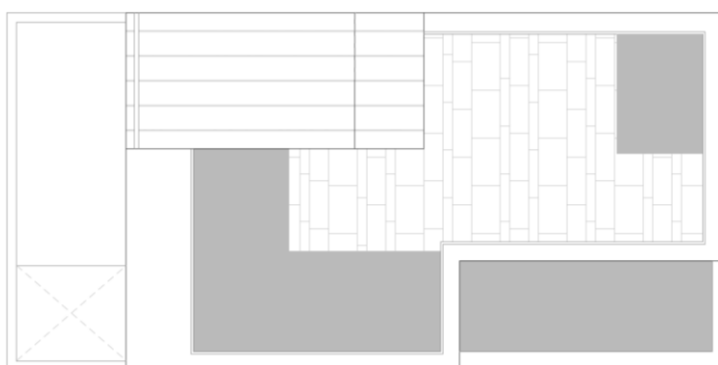


Fig. 95. Planta de cobertura da casa base. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A estas casas podem-se fazer agregações (Fig. 96), se o morador, tiver adquirido não só o lote de 7.5m, mas também o lote de 5m de largura, ficando então com um lote de 12.5m de largura. As agregações estão pensadas apenas com 1 piso, e podem permitir a ampliação da casa em zonas de dormir, de estar, de trabalho, de refeição, inclusive podem funcionar de forma independente visto que a sua ligação à casa é sempre feita pelo piso correspondente à zona de confeção de comida. Pode-se optar por se fazer uma ou duas agregações, resultando nas seguintes configurações formais já descritas.

Quando o morador, decide ficar apenas com o lote médio, de 7.5m de largura, para o lote de 5m de largura não significar um vazio

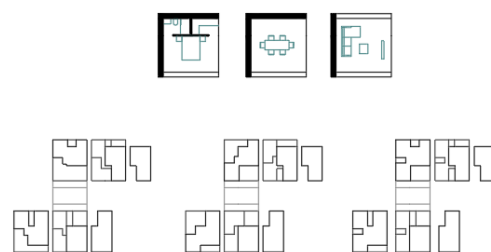


Fig. 96. Planta esquemática da casa base com as agregações. Fonte: Elaborado pela autora (2020)

urbano, foi prevista a construção de uma casa exceção de três pisos seguindo os mesmos princípios da casa base.

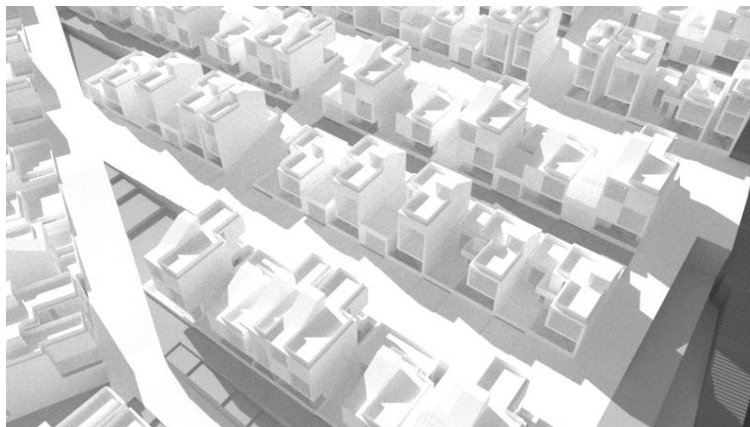


Fig. 97. Conjunto de várias tipologias. Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.1. MATÉRIA E DETALHE

Tal como o Arquiteto Peter Zumthor afirma, *“O que considero o primeiro e maior segredo da arquitectura, é que consegue juntar as coisas do mundo, os materiais do mundo e criar este espaço. (...) Os materiais são infinitos – imaginem uma pedra que podem serrar, limar, furar, cortar e polir, e ela será sempre diferente. E depois pensem nesta mesma pedra em quantidades muito pequenas ou em quantidades enormes, será outra vez diferente. E a seguir exponham-na à luz, e ela será mais uma vez diferente. Apenas um material e já tem mil possibilidades.”*⁹⁴

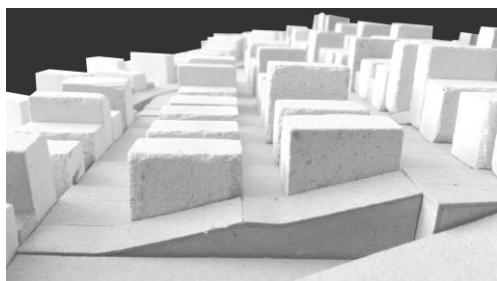


Fig. 99. Maqueta de conjunto. Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É pretendido através da matéria criar uma ideia de conjunto arquitetónico que facilmente se possa integrar com a restante malha, assim como, criar uma distinção entre o interior e o exterior, para tal foram pensadas soluções distintas, para o exterior foi pensado uma solução em betão à vista, e para o interior a utilização da pedra, permitindo ao se entrar na casa experienciar o conforto próprio do material.

Assim sendo, foi definida a utilização de betão corrente para os alçados, com estereotomia na horizontal, conseguida através da cofragem em madeira, de ripas de 0.10m por 3m. Decidiu-se, ainda, acentuar a horizontalidade, devido ao carácter da proposta e ao cariz do próprio bairro. A utilização da madeira sendo um elemento natural que deixa a sua marca no betão, acaba por permitir ao betão um aspeto menos rígido e uma maior aproximação ao contexto de Parque, o que também é acentuado devido à presença de vários espaços exteriores nas habitações onde se prevê a existência de elementos naturais, como hortas ou jardins.

A utilização da pedra no interior surge como uma referência identitária do lugar (*como referido no tópico 1.3*), visto tratar-se de uma zona do Vale onde existiam pedreiras, e também pela presença

⁹⁴ ZUMTHOR, Peter - Atmosferas. Lisboa: Editorial Gustavo Gili, 2006.

incontornável do aqueduto, remetendo para o sentido da existência deste material no lugar. Assim, definiu-se que todo o interior seria revestido a pedra calcária, e que existiria uma continuidade deste material, através do pavimento, do interior para o exterior. Foram efetuados alguns estudos de estereotomias que permitissem, ao se entrar, acentuar a profundidade da casa, e assim se definiu a estereotomia a partir de três dimensões diferentes dando alguma heterogeneidade ao conjunto. A separação entre o interior e o exterior será marcada por diferentes acabamentos, sendo que no interior se prevê um acabamento amaciado e no exterior um acabamento bujardado, transparecendo a ideia de um acabamento mais natural no exterior e uma sensação de maior conforto dentro das quatro paredes.

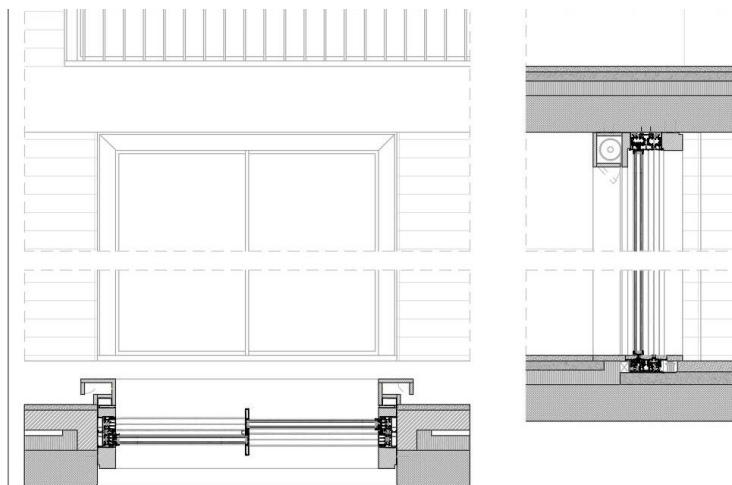


Fig. 99. Pormenor de vão. Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para os vãos, foi desenhada uma moldura em madeira, (Fig. 99) que funcionalmente, acaba por conter o sistema de blackout e iluminação indireta. A presença da madeira no emoldramento dos vãos tem o propósito de reforçar a ideia de olharmos o exterior através de um quadro e com uma maior proximidade, o que acaba por significar a transição entre a pedra, que também é um elemento natural, para o betão que não sendo natural, tem impresso em si a estereotomia da madeira criando assim uma relação evidente.

4.3. NOTAS CONCLUSIVAS

Depois de estudado e compreendido o território do Vale de Alcântara e a sua envolvente, decidiu-se que faria sentido o desenho de um Parque Urbano para o lugar, que viesse colmatar algumas das pré-existências ao mesmo tempo que se repensava em novas soluções que pudessem inverter o processo de artificialização que o território sofreu ao longo dos anos, fruto da ação do homem. O objetivo principal, foi aliar a ecologia ao urbanismo, numa tentativa de respeitar e valorizar a sua função natural, que há muito foi esquecida, valorizando, em simultâneo, a memória do lugar, trazendo de volta algumas das referências identitárias deste, como a ribeira e a produção agrícola. A existência de um Parque Urbano desta dimensão seria uma mais valia para a cidade, não só a nível ambiental, promovendo a qualidade de vida de todos os cidadãos, como também a nível social, pois passaria a ser uma zona de encontro e um espaço relacional para a cidade. A componente produtiva do vale, associada à agricultura, pretende aproximar o campo da cidade, numa tentativa de sensibilizar a população para problemas atuais e que se prendem p.e. com a diminuição da pegada ecológica, assim como pode significar espaços e momentos de encontro onde se estabelecem relações comunitárias de entreajuda e de partilha.

Esta ação complexa de renaturalização, pretende também a criação de continuidades com o Parque Florestal de Monsanto, permitindo à cidade a criação de uma estrutura ecológica mais consistente. Nesse sentido, consideramos como oportuna a criação de percursos pedestres e cicláveis, zonas de lazer, de estar, zonas onde é possível exercitar a mente e o corpo, oferecendo oportunidades de permanência que hoje não existem ao longo do vale. Para que a proposta do Parque pudesse resultar, e ser viável, foi necessário equacionar de que forma podíamos criar densidade suficiente para dinamizar a zona, e permitir uma integração dos bairros pré-existentes na malha urbana,

surgindo então a necessidade de criação de uma frente urbana, que viria integrar as pré-existências que atualmente se encontram segregadas e isoladas da restante cidade. Ao mesmo tempo que se pensava nesta nova frente urbana, surgiu também a necessidade de dinamizar a zona à escala dos equipamentos, providenciando-se então uma rede de equipamentos, que permitiria criar uma maior dinâmica e permitiria o encontro social entre os antigos e os novos residentes, fortalecendo assim relações de sociabilidade. Aliar a componente natural, à componente artificial, para que estas duas pudessem funcionar em equilíbrio foi o principal objetivo desta proposta urbana, tentando colocar esta premissa em evidência a todas as escalas. Numa altura em que a sociedade enfrenta desafios vários, associados às alterações climáticas e à pandemia global, entre outros, a revalorização da relação com a natureza ganha uma pertinência acrescida.

CONCLUSÃO

Este Trabalho Final de Mestrado, procura ser uma resposta ponderada e reflexiva face à necessidade de mudança ao nível do desenho das cidades, no que toca à procura de uma maior harmonia entre aquilo que é natural e o que é artificial. A nossa análise sobre o Vale de Alcântara, evidenciou claramente a necessidade de voltar a integrar a natureza em contexto urbano. O aglomerado de infraestruturas presentes ainda hoje no Vale de Alcântara revela bem a importância que o automóvel tem vindo a desempenhar na vida quotidiana das pessoas e consequentemente na organização da cidade, assim como, a dificuldade que os decisores políticos, gestores e planificadores da cidade têm em romper com este paradigma obsoleto.

Primeiramente, procurou-se enquadrar historicamente o papel do território em estudo na restante cidade. Recorreu-se a elementos cartográficos e fotográficos, de forma, a entender todo o território, o modo como evoluiu e a relação que o território em análise estabelece com a restante cidade. Tendo como ponto de partida a memória face ao lugar, foi possível perceber que a paisagem do vale contrasta com a situação atual, sendo relevante enaltecer a importância da sua função natural para a restante estrutura urbana. Tornou-se então óbvio a excessiva artificialização presente no vale que o afasta da restante cidade e torna impossível a existência de vida no lugar.

Uma das principais premissas deste projeto Final de Mestrado passou por reconhecer a importância da valorização do território natural na cidade, bem como, a importância da memória identitária de um lugar no ato de intervir.

Uma vez compreendido o território, procurou-se uma aproximação a um lugar dentro do vale, com o intuito de propor uma possível intervenção de reabilitação urbana, que depois se poderia replicar em diversas zonas do vale, visto tratar-se de um território com

características comuns, ao longo da sua extensão. Esta ação teve o intuito de perceber a pertinência de se intervir naquela zona em concreto, e perceber de que forma se devia intervir para não colocar em causa alguns valores presentes no lugar, pensando sempre numa solução urbana integradora e não segregadora, que reunisse todas as condições de habitabilidade, e procurasse uma habitabilidade de vivência nos espaços públicos.

No desenvolvimento da componente prática deste trabalho, procurou-se operacionalizar algumas das ilações derivadas da análise que se efetuou sobre o território, assim como, da exploração de alguns conceitos que vieram sustentar algumas das opções projetuais.

Em virtude da análise sobre as suas condições naturais, foi evidente que se teria de intervir numa ação de renaturalização do lugar, onde o espaço verde, desempenharia um papel fundamental na estruturação ecológica da cidade e na revitalização social do lugar. Para tal, foi necessário compreender o papel do espaço verde na cidade e a pertinência dos Parques Urbanos como elementos revitalizadores de um lugar. Assim sendo, ficou bem patente a relevância destes espaços no dia a dia das pessoas, e a importância que estes podem desempenhar na promoção do seu bem-estar físico e psicológico. Pensou-se então numa abordagem que pudesse aproximar algumas das características do mundo rural e retomá-las na intervenção sobre a cidade; por exemplo, a aposta na agricultura, surge no trabalho não só devido às questões da memória, mas também podendo ela funcionar como um motor de coesão social e comunitário, assumindo-se o parque não apenas como sendo um espaço de lazer, mas como espaço de produção, dotado de espaços produtivos onde a partilha e o encontro social pudesse acontecer com um propósito comum.

Este Parque Urbano, proposto para a extensão do Vale de Alcântara tinha o intuito de devolver este espaço da cidade às pessoas, qualificando o espaço público através dos elementos de memória e de identidade do lugar, assim como, revitalizar a sua

envolvente que se apresenta nos dias de hoje desfragmentada e afastada da restante cidade. Emergiu, então, como prioridade, a necessidade de criar uma nova frente urbana, que viria colmatar a existente criando a densidade necessária para revitalizar o lugar. Ao mesmo tempo, procurou-se aproximar e envolver as habitações num ambiente mais natural, de modo a estarem em sintonia com o seu contexto de Parque Urbano.

Foi objetivo desde o início, que ao se percorrer todas as escalas do projeto a presença da natureza fosse sempre o eixo central desta proposta de intervenção. A própria escolha dos materiais teve subjacente essa preocupação, ou seja, a criação de um ambiente interior em que a pedra fosse a protagonista, recorrendo-se, ainda, ao uso do betão, onde a sua estereotomia faria a alusão ao elemento natural (madeira), com o intuito de reforçar esta vontade de aproximar aquilo que é artificial do natural.

Por último, a pertinência desta temática, surge da observação das cidades atuais que seguem a um ritmo acelerado e dinâmicas não sustentáveis, onde escasseiam espaços e oportunidades de desaceleração, de encontro e de sociabilidade. Neste contexto, a memória e os elementos identitários do lugar assumiram-se como ferramentas regeneradoras e agregadoras de um lugar desfragmentado. Procurou-se, assim, responder ao atual desafio de tornar as cidades lugares de inclusão e de conexão, proporcionando-se espaços e lugares de estar, permanência e de encontro com a natureza e/com entre os seus habitantes.

A feitura deste Trabalho Final de Mestrado inscreveu-se num momento de viragem e de mudança global, o que constituiu um desafio acrescido para todos nós. Neste contexto, importa que a arquitetura possa encontrar a sua relação de simbiose com a natureza, (re)desenhando cidades que possam desenvolver-se no âmbito de uma relação harmoniosa e equilibrada entre as suas condições naturais e a necessidade de artificialização por parte do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

- ASCHER, François – **Novos princípios do urbanismo**. 3ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.
- BACHELARD, Gaston - **A Poética do Espaço**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CALADO, Maria; MATEUS, Henriques; MENDES, Clara; - **Lisboa vista do céu**. Lisboa: ARGUMENTUM, 2013.
- CARVALHO, Ricardo - **A Cidade Social: Impasse. Desenvolvimento. Fragmento**. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- FADIGAS, Leonel - **Urbanismo e Natureza, Os desafios**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2010.
- GEHL, Jan - **Cities for People**. Washington, Covelo, London: Island Press, 2010.
- GRAÇA, João Luís - **Carrilho da Graça: Lisboa**. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2015.
- HOWARD, Ebenezer - **Cidades-Jardins de Amanhã**. 2ª Edição. São Paulo: ANNABLUME EDITORA, 1996.
- LE CORBUSIER – **Maneira de pensar o urbanismo**. 4ª edição. Lisboa: Europa-América Lda, 2008.
- LOPES, Carlos - **Arquitectura e Modos de Habitar Nº 1 – Eduardo Souto Moura**. Edições CIAMH, 2013.
- MAGALHÃES, Manuela – Morfologia da Paisagem, IV. In **A Arquitetura Paisagista: Morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial estampa, 2001.

- MELA, Alfredo - **A Sociologia das Cidades**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- MENDES, Maria; SÁ, Teresa; CRESPO, José; FERREIRA, Carlos - **A Cidade entre Bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA, 2012.
- ROSSI, Aldo - **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.
- SIZA, Álvaro – **Imaginar a Evidência**. 1ª Edição. Lisboa: Edições 70 Lda, 2017.
- TORGA, Miguel - **Diário – Volumes I a IV**. 5ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- ZUMTHOR, Peter - **Atmosferas**. Lisboa: Editorial Gustavo Gili, 2006.

ARTIGOS e JORNAIS

- ALTMAN, Irwin; CAROL, M. - Home and Homelessness: Introduction, Kimberly Dovey. *Home Environments. Human Behavior and Environment: Advances in Theory and Research*. New York. V.8, (1985).
- ALVIM, Angélica; RAMOS, Rodrigo; ALVES, Karina – Projetos urbanos em frentes d'água. *Vitruvius magazine*. 222.01 (2018) ISSN 1809-6298.
- AMÍLCAR, Anselmo – Social Mix, Utopia or Reality: Portuguese Cases. *Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Lisboa. Nº 02 (2013), Debates, Cescontexto.
- BRAGA, Ana - As Cidades Jardins: Solução do problema urbano. 2008. Acedido a 20 de Março 2020, em: <https://ascidadesjardins.blogspot.com/>

- CAMELO, Rui – O Plano de Urbanização do Alto do Lumiar ou Alta de Lisboa – o actual estado do projecto. Lisboa: [S.n.], 2011. Seminário/Projecto em Geografia Humana.
- CASTRO, Alexandra - Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre Espaços Públicos Urbanos. *Cidades. Comunidades e Territórios*. nº 5 (2002), p.53-67.
- GRANDE, Nuno; CREMASCOLI, Roberto - Lugares de Vizinhança. *Vizinhança. Onde Álvaro encontra Aldo*. XV Bienal de Arquitectura de Veneza, 2016.
- GUERRA, Isabel; PINTO, Teresa; QUEDAS, Maria – Apropriação do Alojamento e Modos de Vida: “clandestinos” e “legais”. Congresso Português de Sociologia, 3, 2008 – **Práticas e Processos da Mudança Social**: actas. Associação Portuguesa de Sociologia.
- GUERRA, Joana - “O Efeito Vizinhança”. Conselho Local de Acção Social – Sessão aberta. 2010.
- LOBODA, Carlos; ANGELIS, Bruno – Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. *Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*. Guarapuava. Nº1 (2005). ISSN 1808-0251. p.125-139.
- LUSA - Pandemia veio acelerar mudanças em curso no país, afirma arquitecto Gonçalo Byrne. *RTP Notícias*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/pandemia-veio-acelerar-mudancas-em-curso-no-pais-afirma-arquiteto-goncalo-byrne_n1240996
- LUSCOMBE, Belinda - Architect Rem Koolhaas Says Redesigning Public Spaces Was Necessary Before the Pandemic. *TIME*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: <https://time.com/5836599/rem-koolhaas-architecture-coronavirus/>

- MAZZA, Giampietro; JACINTO, Rui - **Territorialidade e Identidade Territorial: Notas para o Estudo das Comunidades e Áreas de Montanha**. Diálogos (trans)fronteiriços, Patrimónios, Territórios, Culturas. Lisboa.
- NESKE, Günther – Bauen, Wohnen, Denken. Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”. *Vorträge und Aufsätze*. 1951.
- PHELPS, Brian – **Metropolis**. June, 2012. [Consulta 25 Agosto 2020] How Valencia Turned A Crisis (And a River) Into a Transformative Park. Disponível em: <https://www.metropolismag.com/architecture/landscape/how-valencia-turned-crisis-river-into-park/>
- PINTO, Teresa - Noções e Percepções de Qualidade de Vida: Que pistas para uma intervenção na cidade?. *Cidades – Comunidades e Territórios*. Lisboa. Nº 15 (2007), p. 29-54.
- PROAP. Parque de Aranzadi – Concurso Internacional de Ideas para la Redacción del Proyecto y Posterior Gestión de la Obras del Parque de Aranzadi. Acedido a 6 de Julho de 2020, em: <http://www.proap.pt/pt-pt/proyecto/aranzadi-park-2/>
- RIBEIRO TELLES, G - Ordenamento do Território: não existe uma visão global para o país. [Entrevista concedida a] Pedra & Cal, Arrábida, Encontro Internacional GECORPA/GEOTA, n. 07, p 18-21, set. 2000.
- RODRIGUES, Donizete - **Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica**. Center of Research in Anthropology, Lisboa.
- SARAMAGO, Ligia - Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger. *O que nos faz pensar*, Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. ISSN 0104-6675. v.20, n.30, (2011), p. 73-83.

- SERRA, Ana; SALVADO, Moura – Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de *Habitat*. Congresso Português de Sociologia, 5 – **Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção**. Actas. Atelier: Cidades, Campos e Territórios.

- SOARES, Marisa. - Versão “minimalista” do Plano de Urbanização de Alcântara ainda não convence moradores. Jornal Público. Lisboa, 24 de setembro 2014. [Acedido a 16 de Março 2020] em : <https://www.publico.pt/2014/09/24/local/noticia/versao-minimalista-do-plano-para-alcantara-ainda-nao-convence-moradores-1670673>

- SOARES, Nuno - Dossier Bairros: Nuno Pires Soares, Tipologia de Bairro(s) em Lisboa. *estudo prévio*, revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da UAL. Lisboa. Nº 22494. ISSN 2182-4339. Acedido a [17, de Julho, 2020] Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/27/dossier-bairros-nuno-pires-soares-.tipologia-de-bairros-em-lisboa>

- SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo - A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades. *O Espaço Geográfico em Análise*. Curitiba. V.29 (2013). ISSN 2177-2738. p.177-193.

- TOMÁS, Carla - A Praça de Espanha vai ser um grande jardim com um ribeiro ao meio. Jornal *Expresso*. 2020. Acedido a 3 de Julho de 2020, em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-01-13-A-Praca-de-Espanha-vai-ser-um-grande-jardim-com-um-ribeiro-ao-meio>

- Uma impressionante renovação urbana em Seul. (2014, 24 de Fevereiro). Cidades Sustentáveis. Acedido a 3 de julho de 2020, em: <https://www.masterambiental.com.br/noticias/cidades-sustentaveis/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul/>

DISSERTAÇÕES

- ALBUQUERQUE, Leonor Cheis - Estudo da Paisagem do Vale de Alcântara. Évora: [S.N.], 2014. Dissertação de Mestrado.
- AZEVEDO, Afonso Duarte – Do Rio ao Jardim: O Exemplo do Turia – Valência. Porto: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado.
- CABIDO, José Jacob – Reflexões sobre o Interior Doméstico, as mentalidades e os espaços. Lisboa: [S.n.], 1995. Dissertação de Doutoramento.
- RODRIGUES, Joana – Construção por Agregação: Um Paradigma Arquitetónico, a propósito do parque urbano do Rio Seco. Lisboa: [S.n.], 2017. Dissertação de Mestrado.
- MARTINS, João - Bairro da Liberdade: Uma abordagem sobre Habitação Degradada e Realojamento. Lisboa: [S.n.], 2010. Dissertação de Mestrado.
- MOREIRA, Ana - À Procura dos Novos Modos de Habitar. Lisboa: [S.n.], 2013. Dissertação de Mestrado.
- SOARES, Inês Alexandra - Alcântara e a Transição para o Aterro: Habitar o sítio da antiga Fábrica Sol. Lisboa: [S.n.], 2019. Dissertação de Mestrado.

OUTROS DOCUMENTOS

- CML – Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030, Acedido em:
https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/ambiente/qualidade_ambiental/documentos/PGDL2_Relatorio_FINAL.pdf?fbclid=IwAR1ZXJr2PjT0tbvkbeXo52VodBxutfzC40ON1JuGahdL7FS2LLWuyYeLfjc

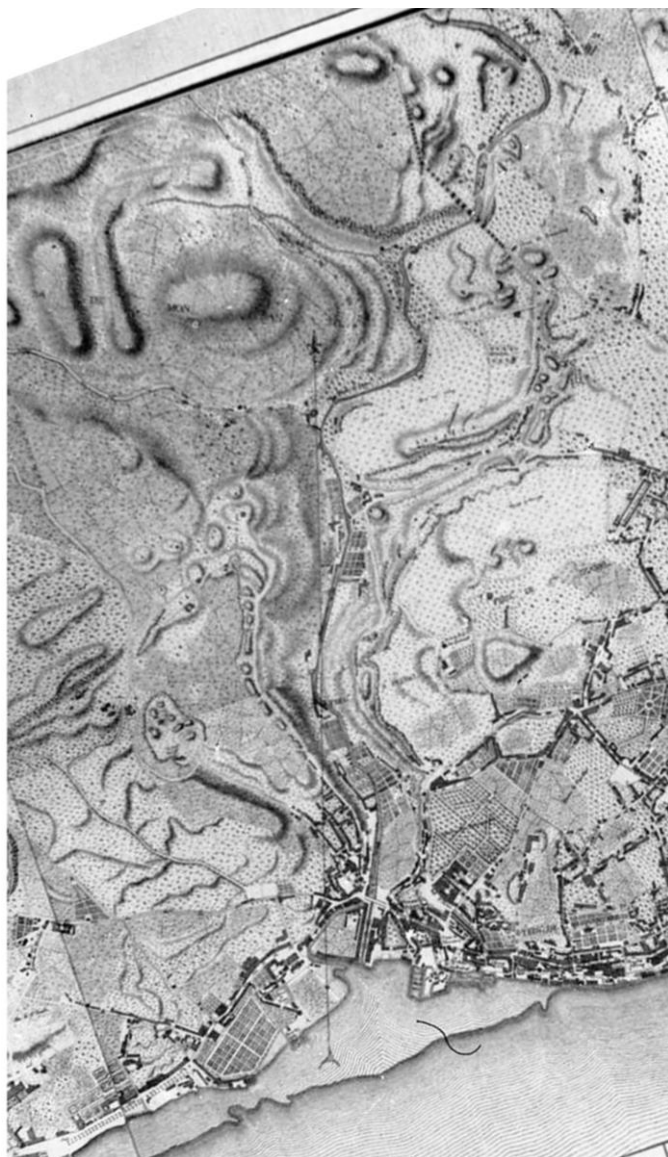
- CML – Plano de Urbanização de Alcântara, Acedido em:
<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-urbanizacao/planos-de-urbanizacao-em-vigor/plano-de-urbanizacao-de-alcantara/antecedentes?fbclid=IwAR3ACSJNoxPUcbel5zAFDy55O15asngkHa2qmbIFDtNnID6VikzZgGfm4Ss>
- CML – Plano Diretor Municipal de Lisboa. Acedido em:
https://www.lisboa.pt/fileadmin/download_center/normativas/regulamentos/urbanismo/Regulamento_PDM.pdf?fbclid=IwAR12z5Qf2EhtFOqbi2DP8Th-EenaHrC8WqPcKd0GUmRNWE6iW_n-NdHII6A

ANEXOS

INVESTIGAÇÃO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA



1806. Hugo Carvalho. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1806. Hugo Carvalho. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1834. Hugo Carvalho. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



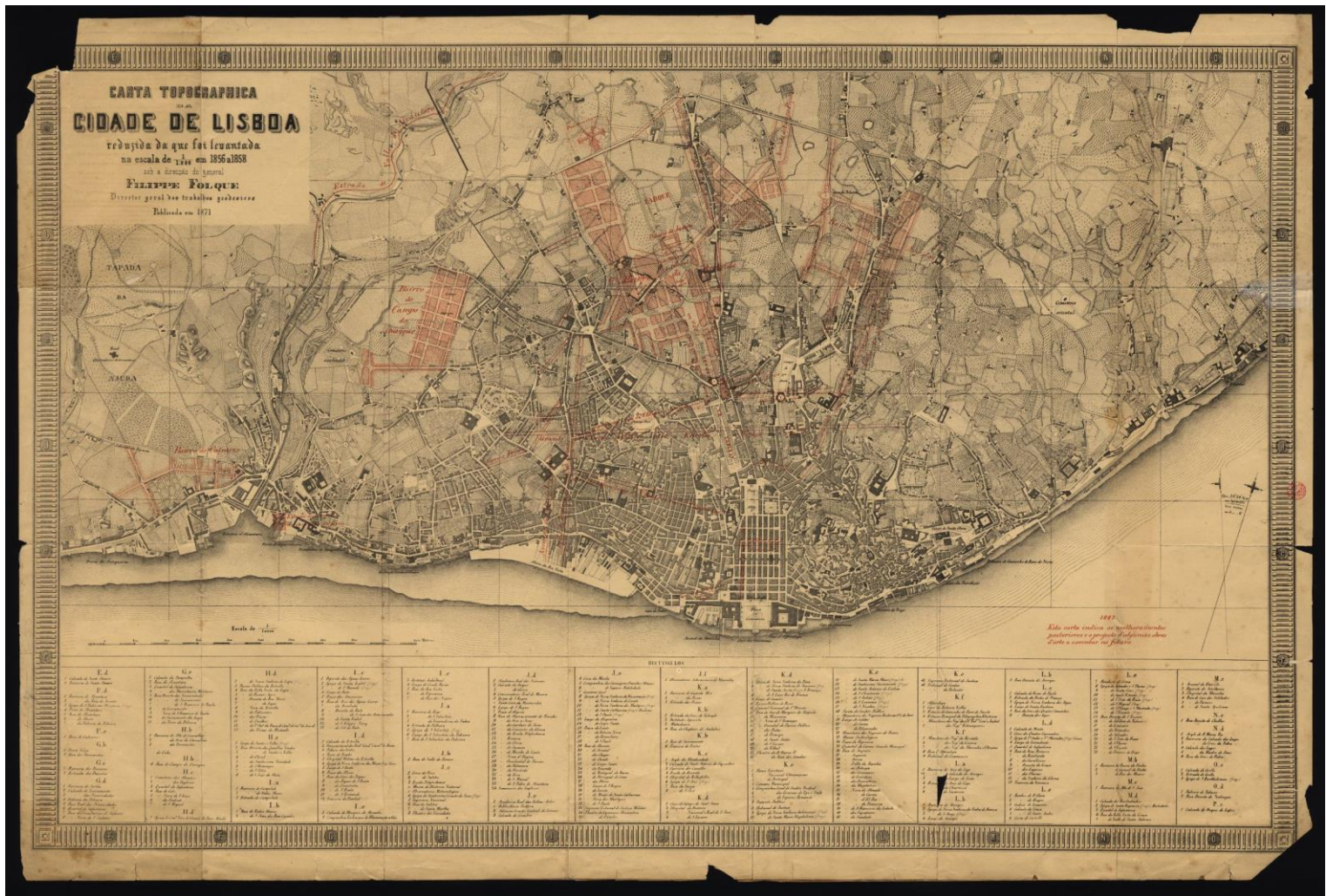
1834. Hugo Carvalho. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



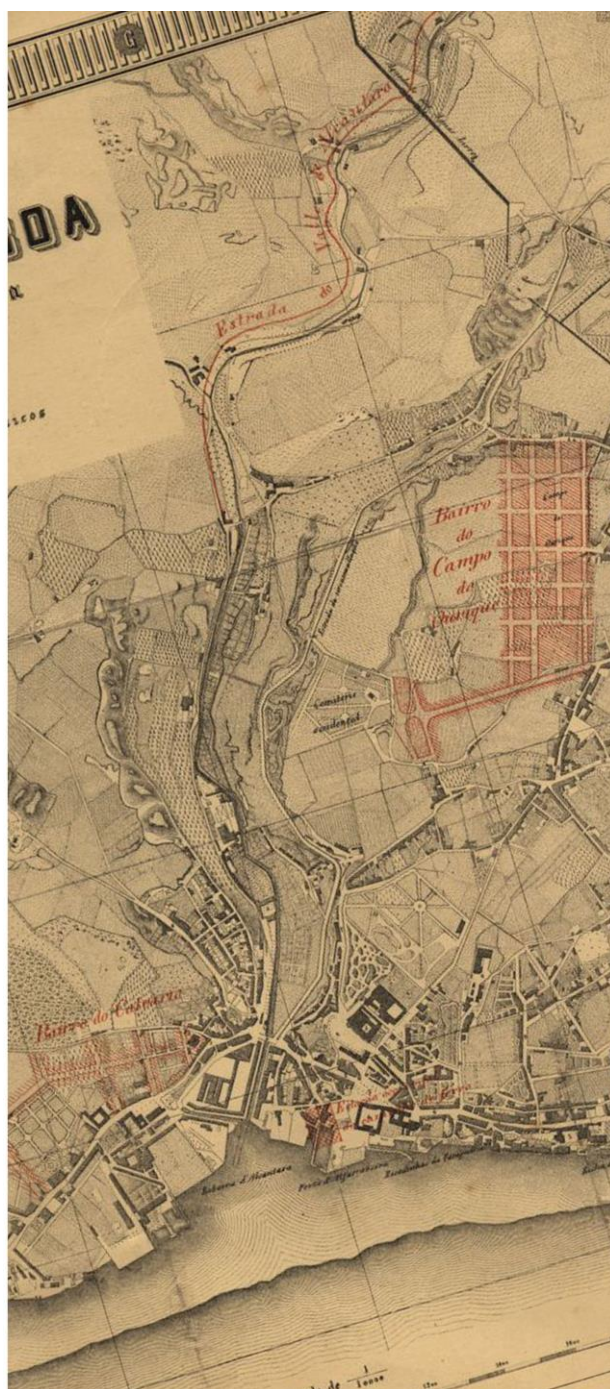
1857. Filipe Folque. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1857. Filipe Folque. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1871. Filipe Folque. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1871. Filipe Folque. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1875. Publicada por João Carlos Sousa. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



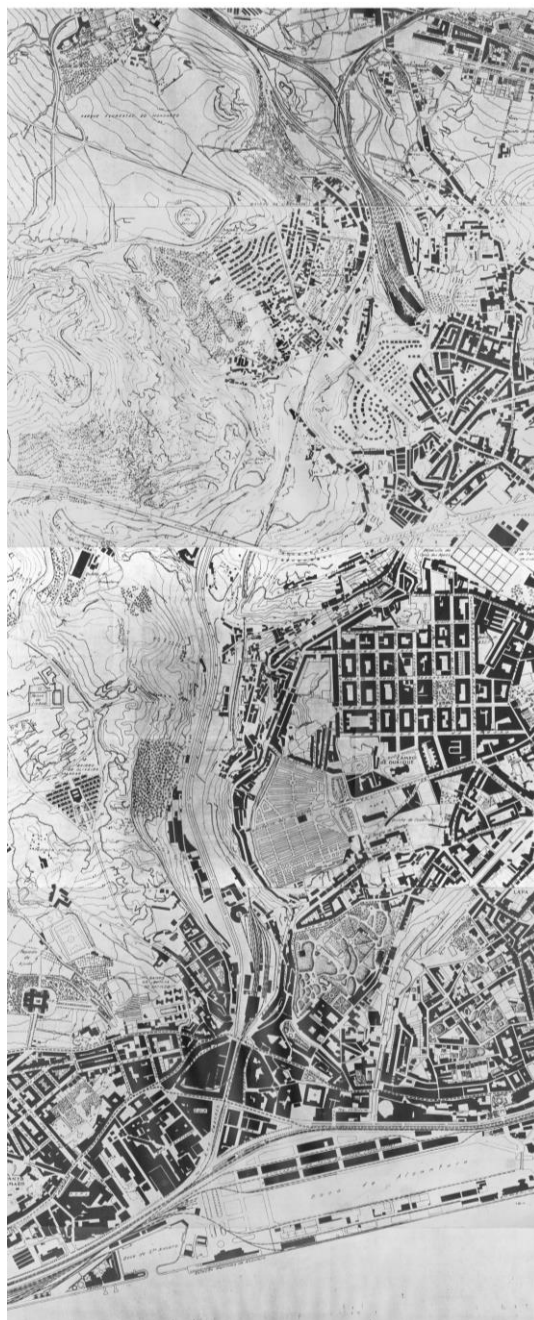
1875. Publicada por João Carlos Sousa. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1909-1911. Silva Pinto. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1909-1911. Silva Pinto. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.



1940-1950. Autor desconhecido. Cartografia Faculdade de Arquitetura UL.

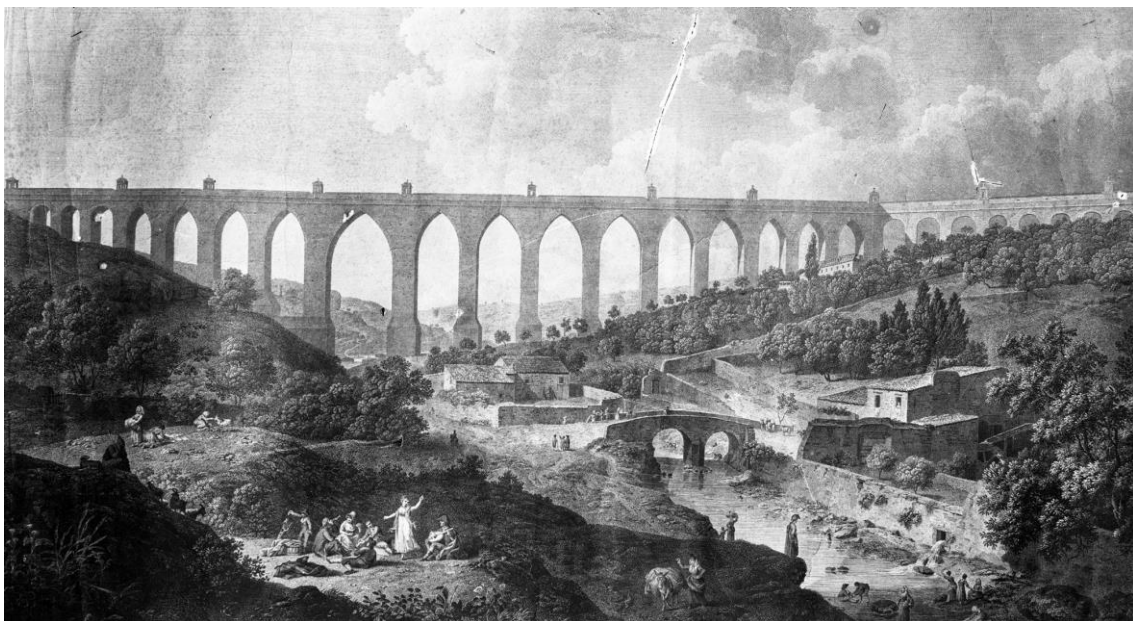
INVESTIGAÇÃO FOTOGRÁFICA HISTÓRICA

(Todas as imagens que se seguem foram retiradas do Arquivo Municipal)















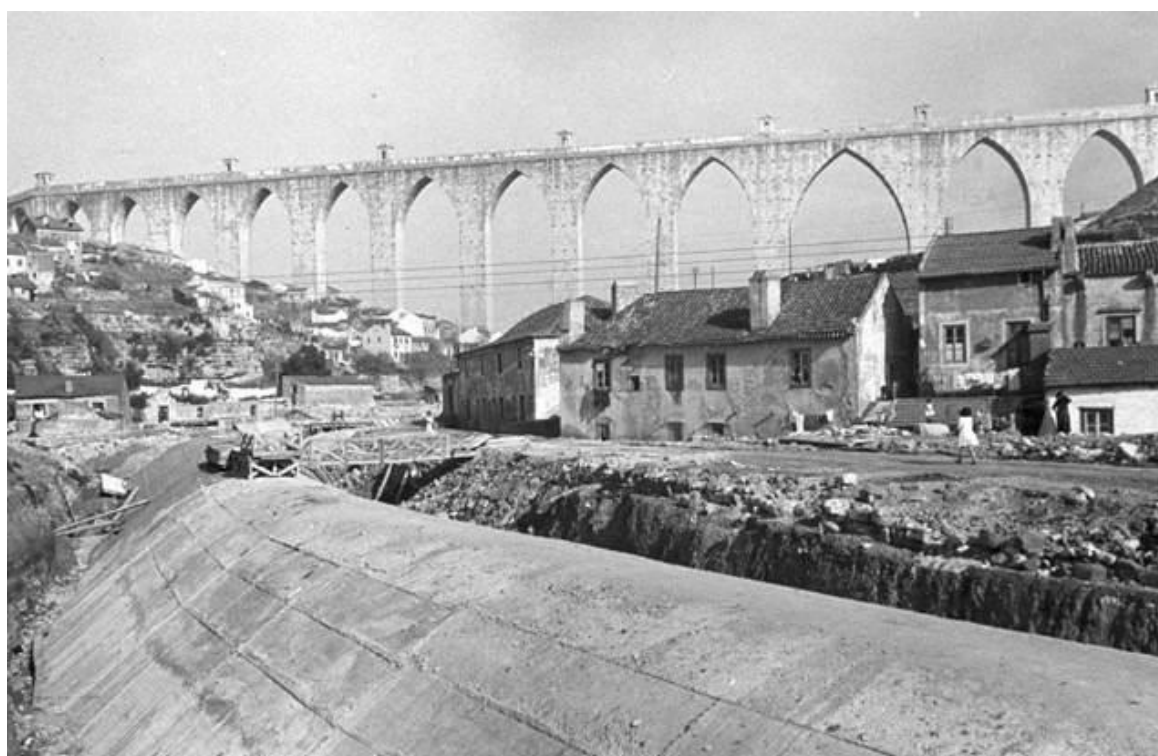




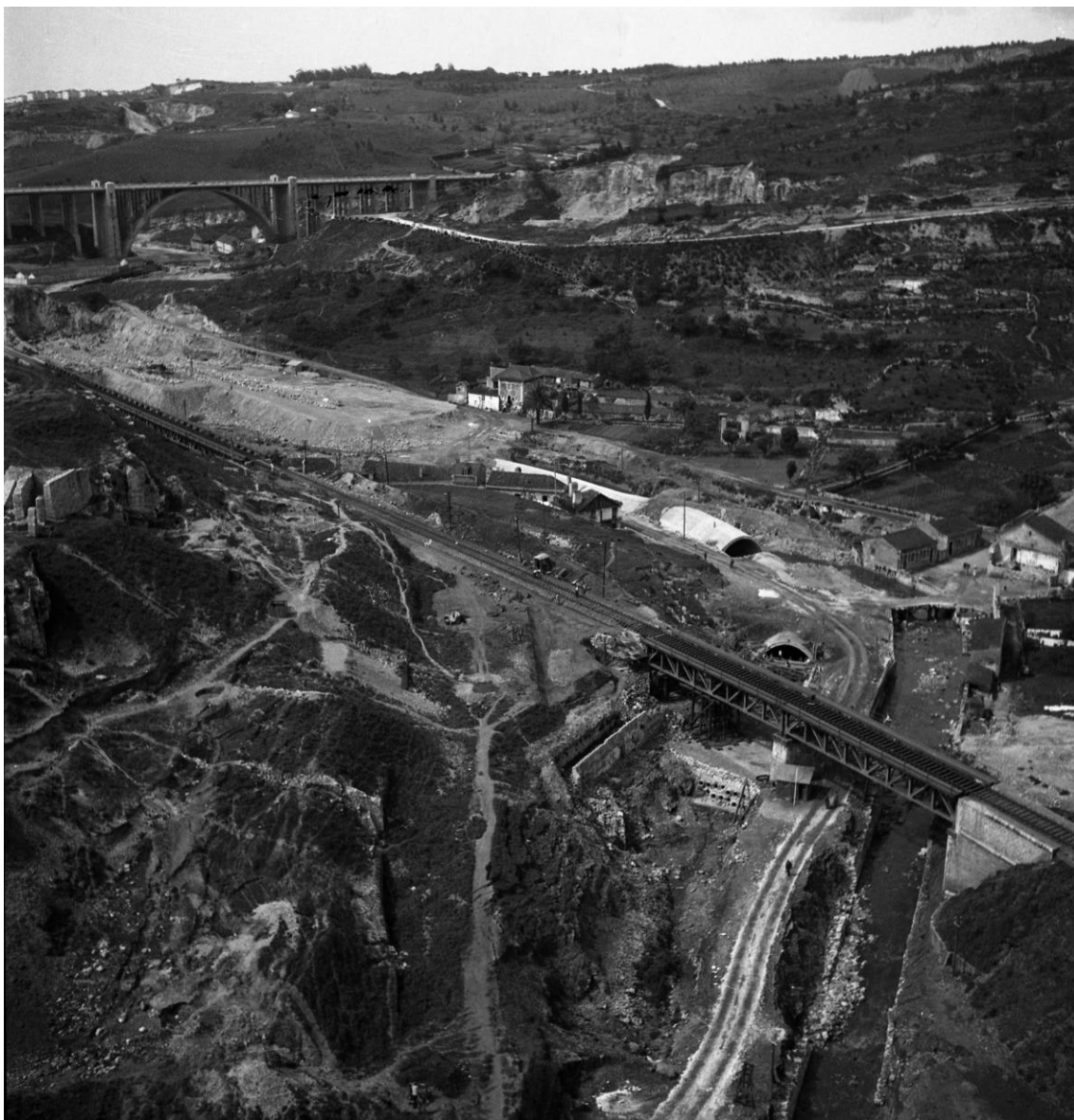






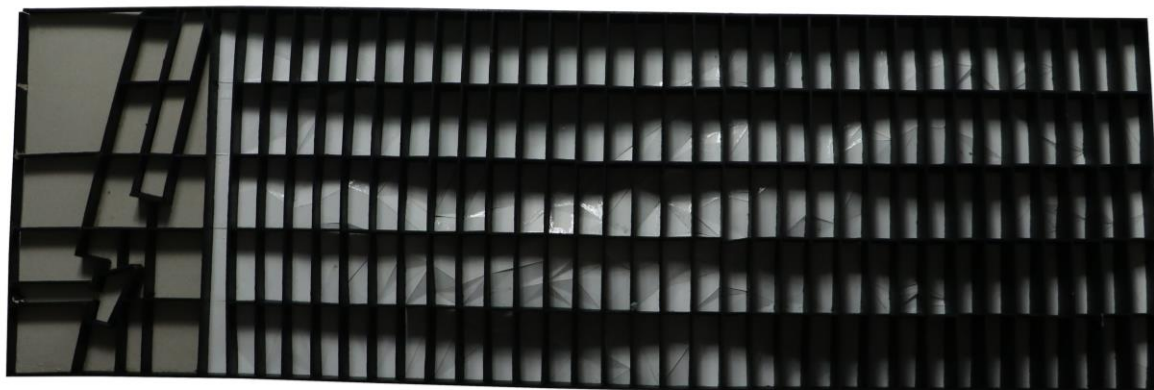
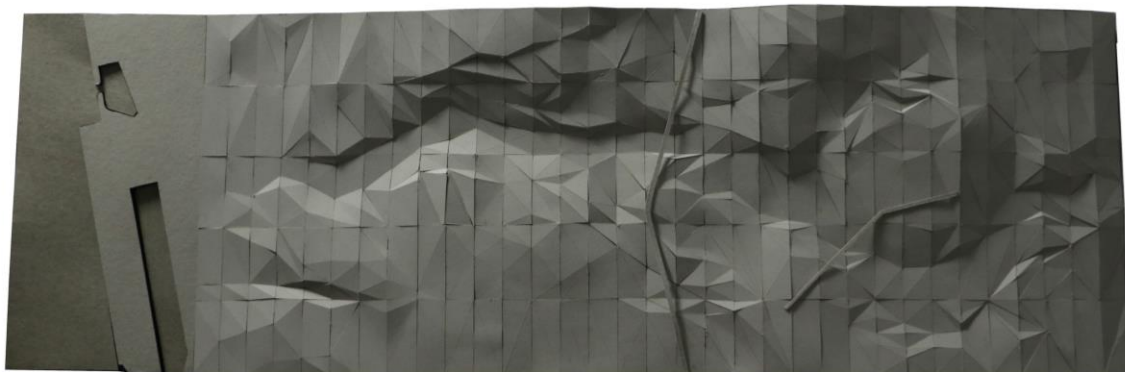


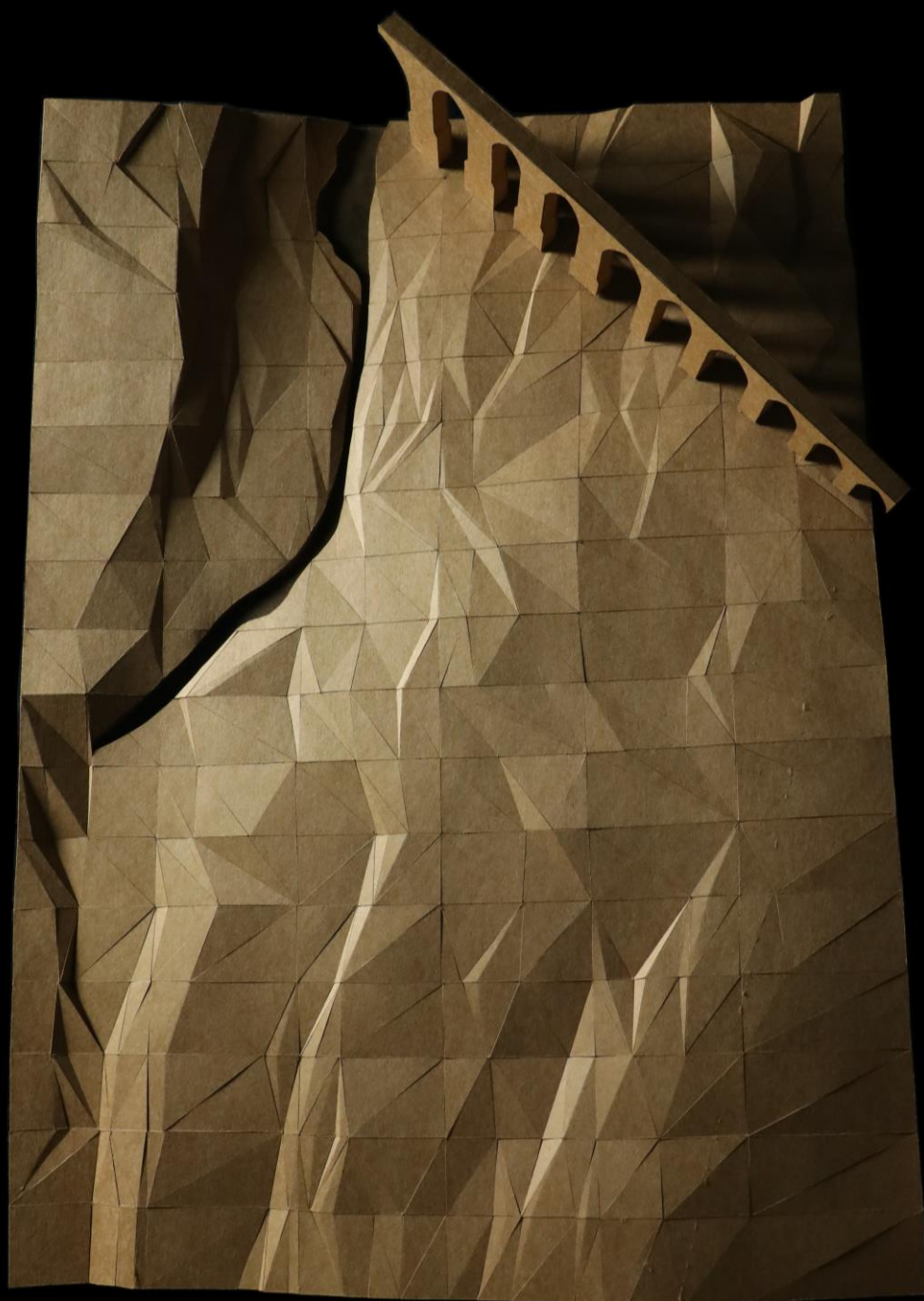




MAQUETES DE TRABALHO



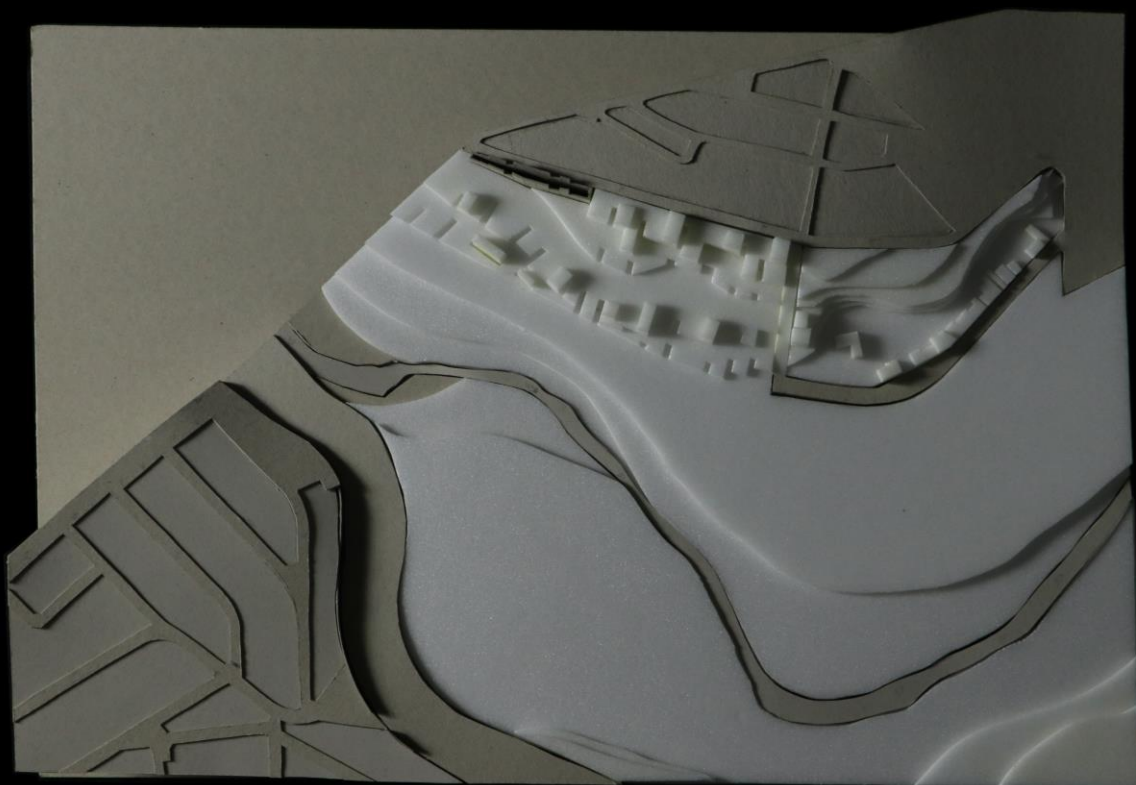




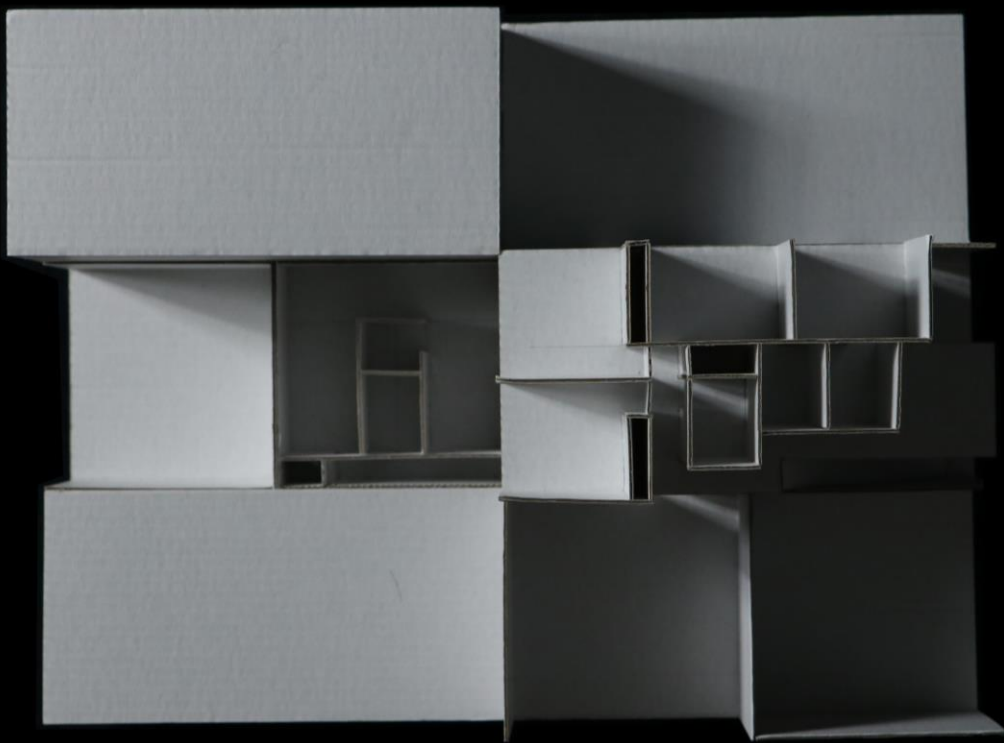


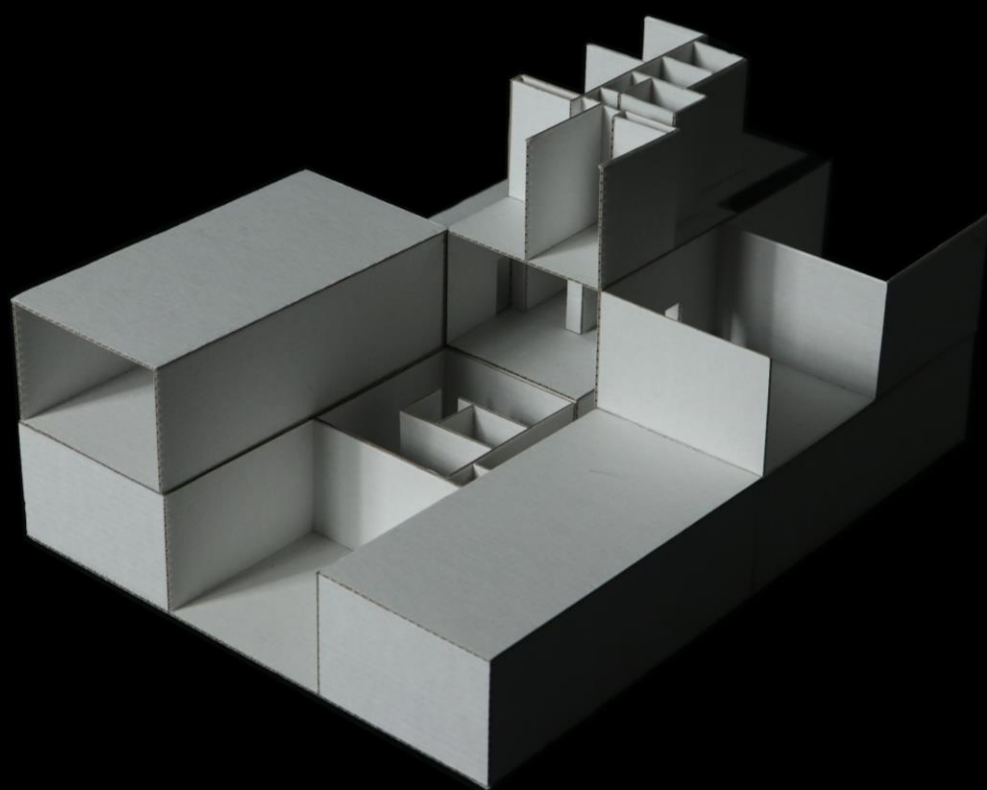




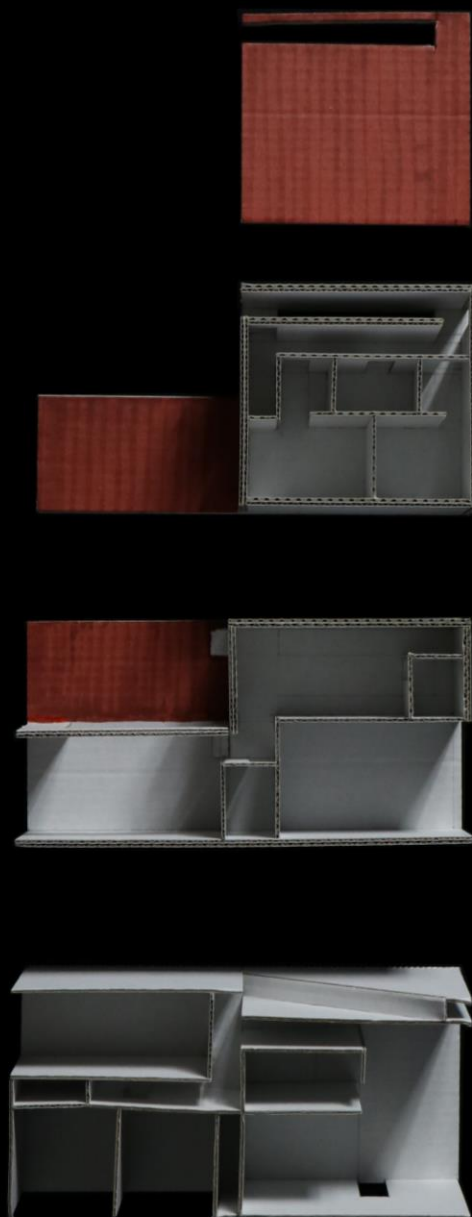


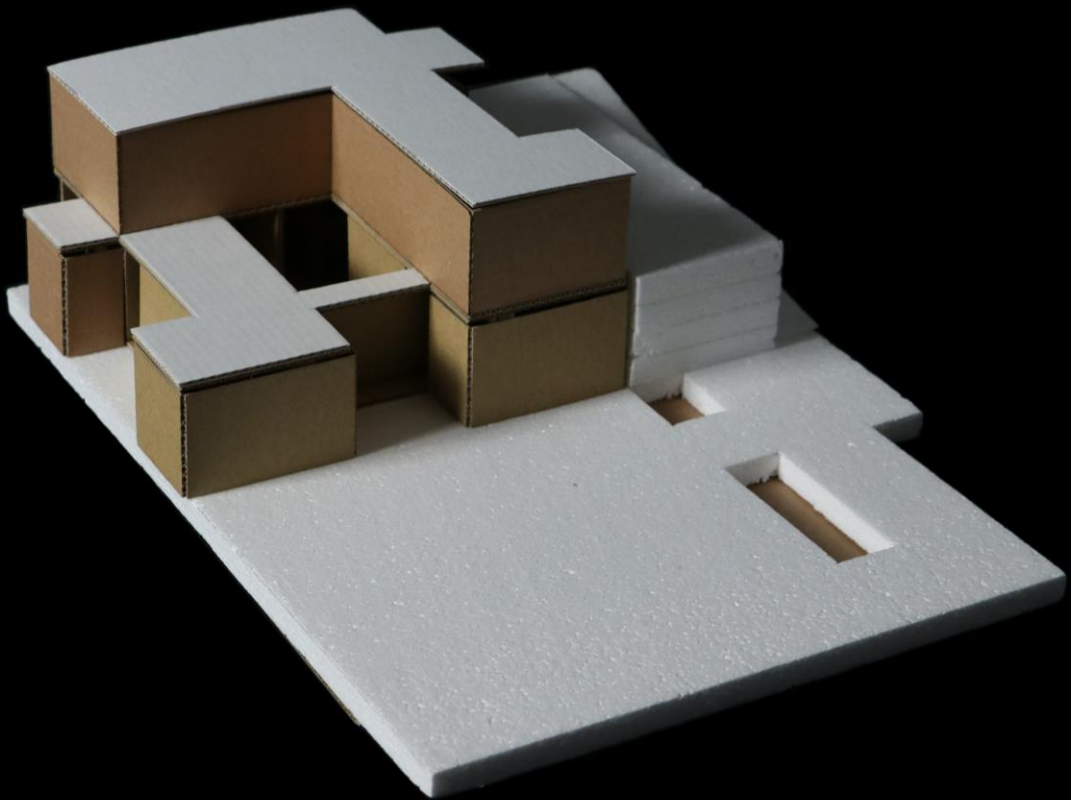


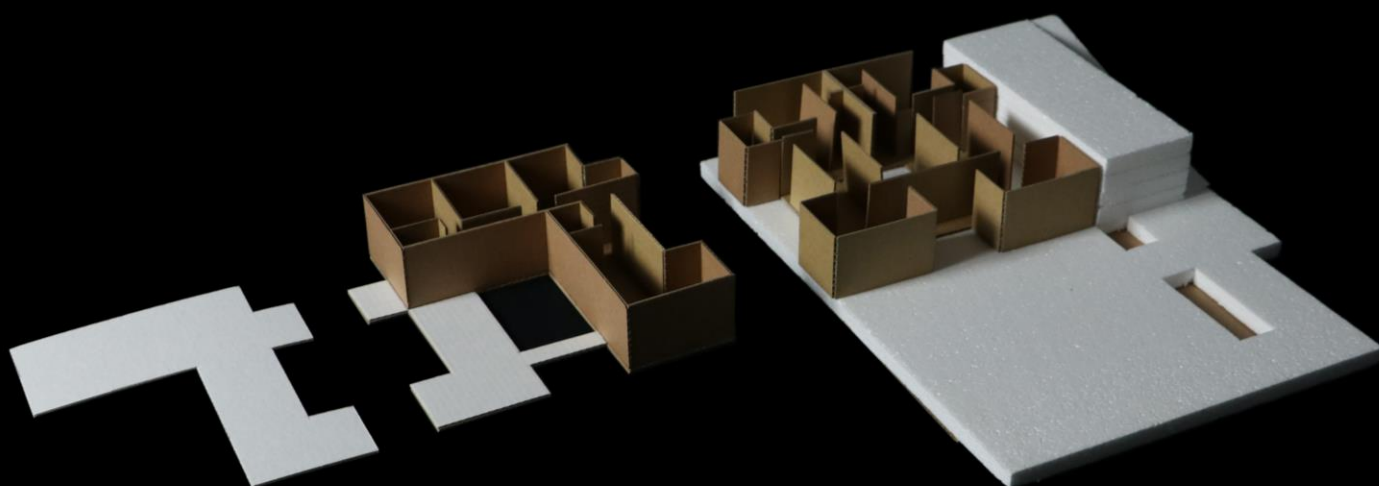


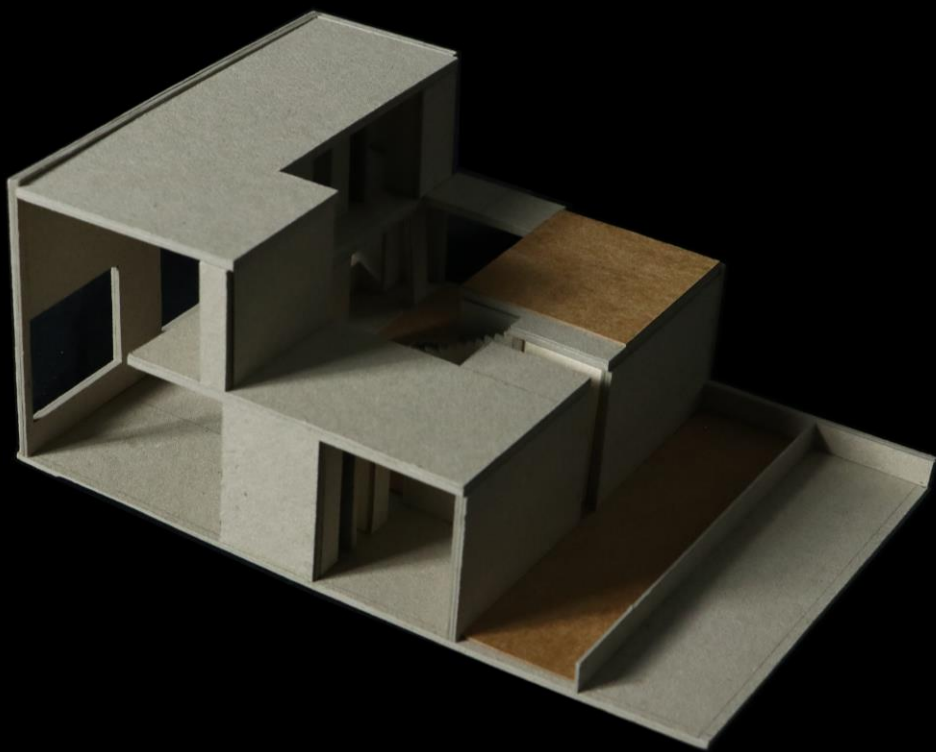


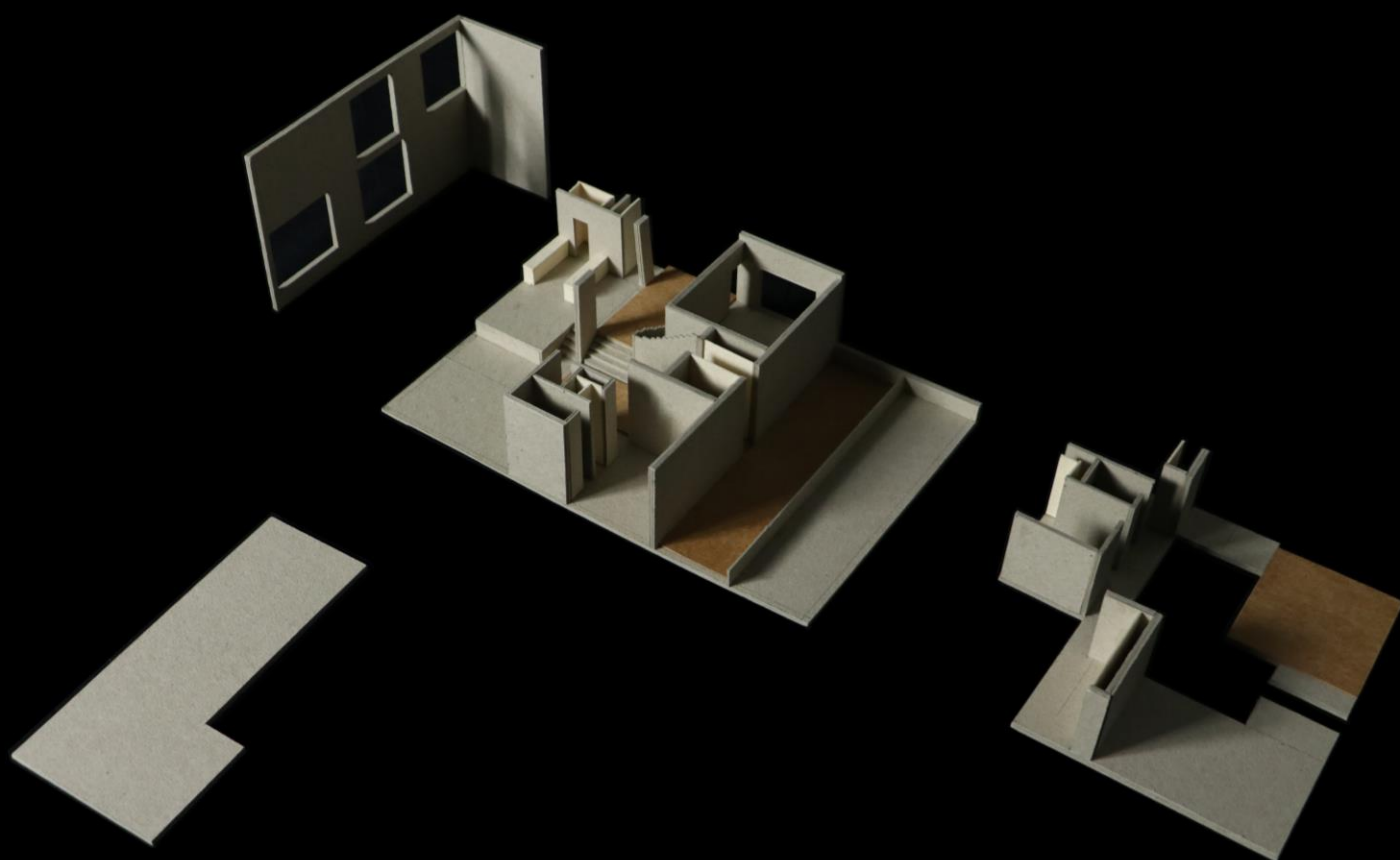


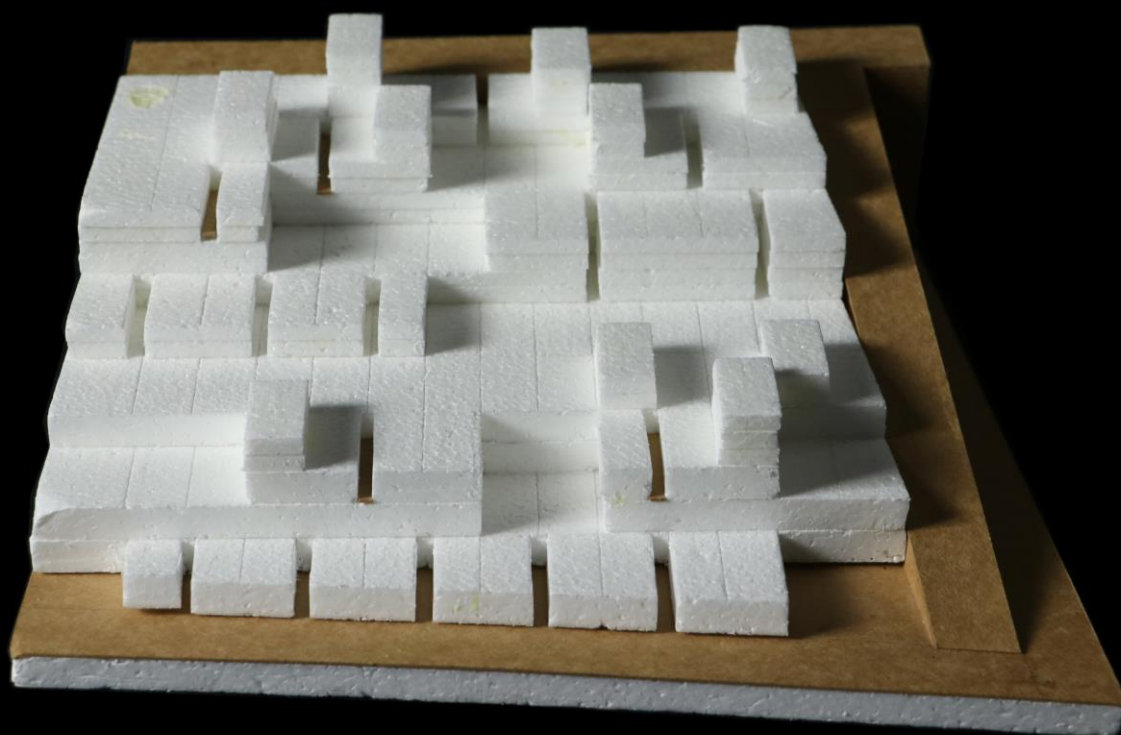


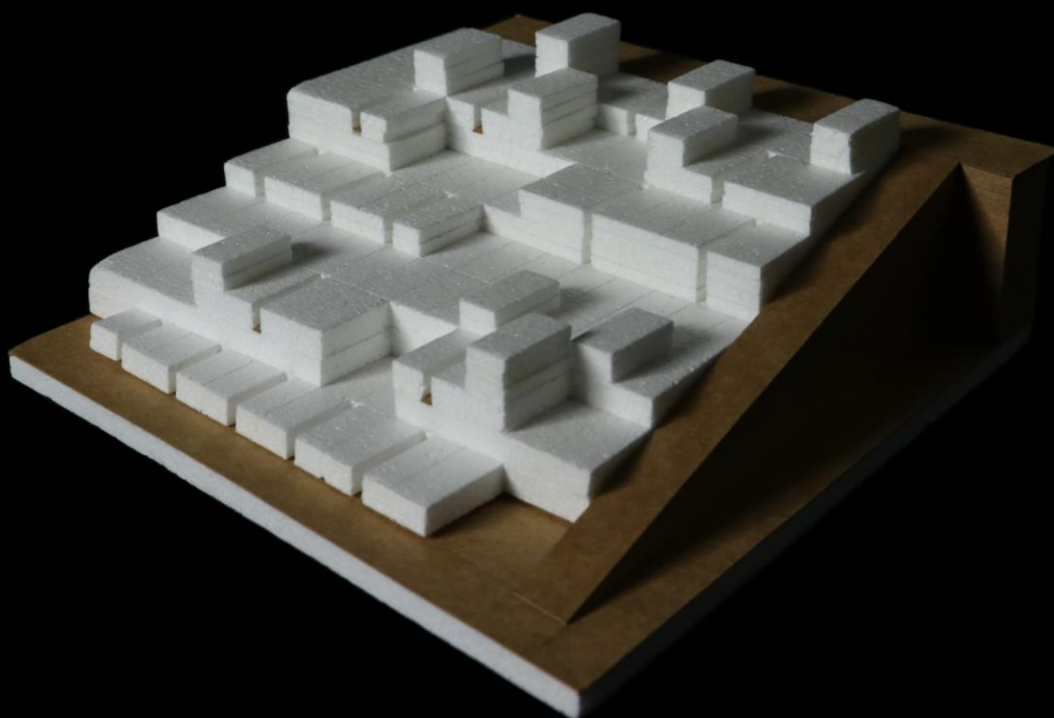
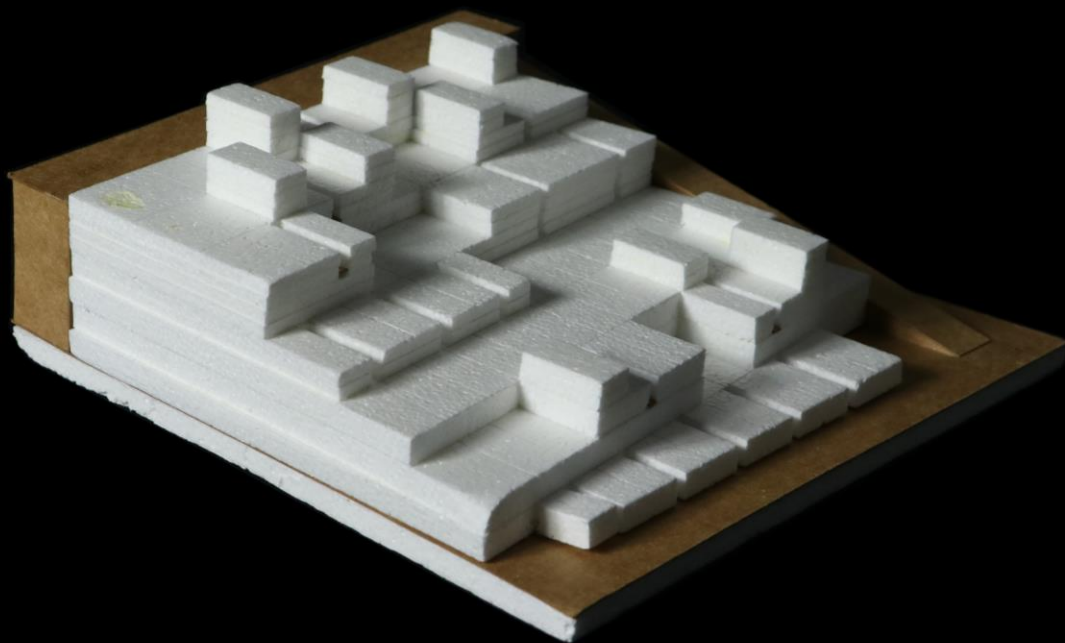


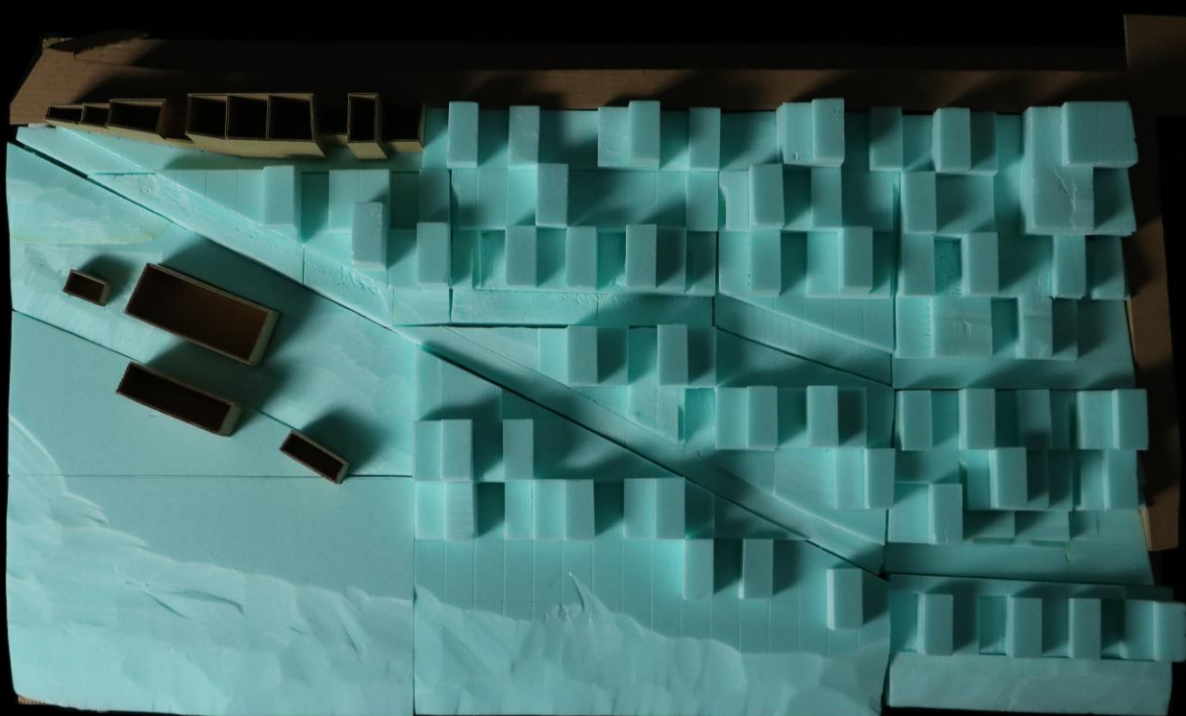


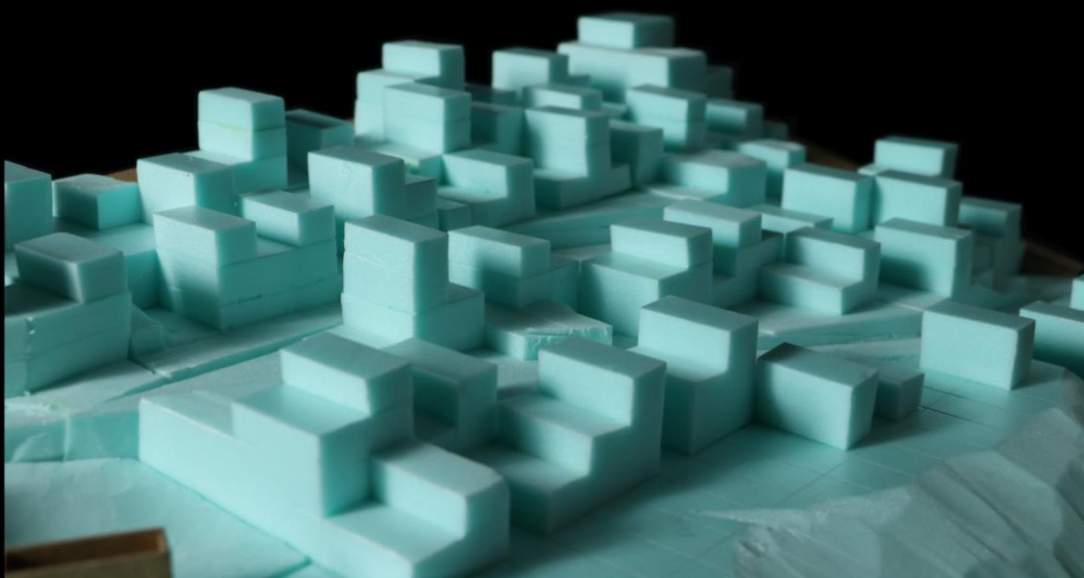




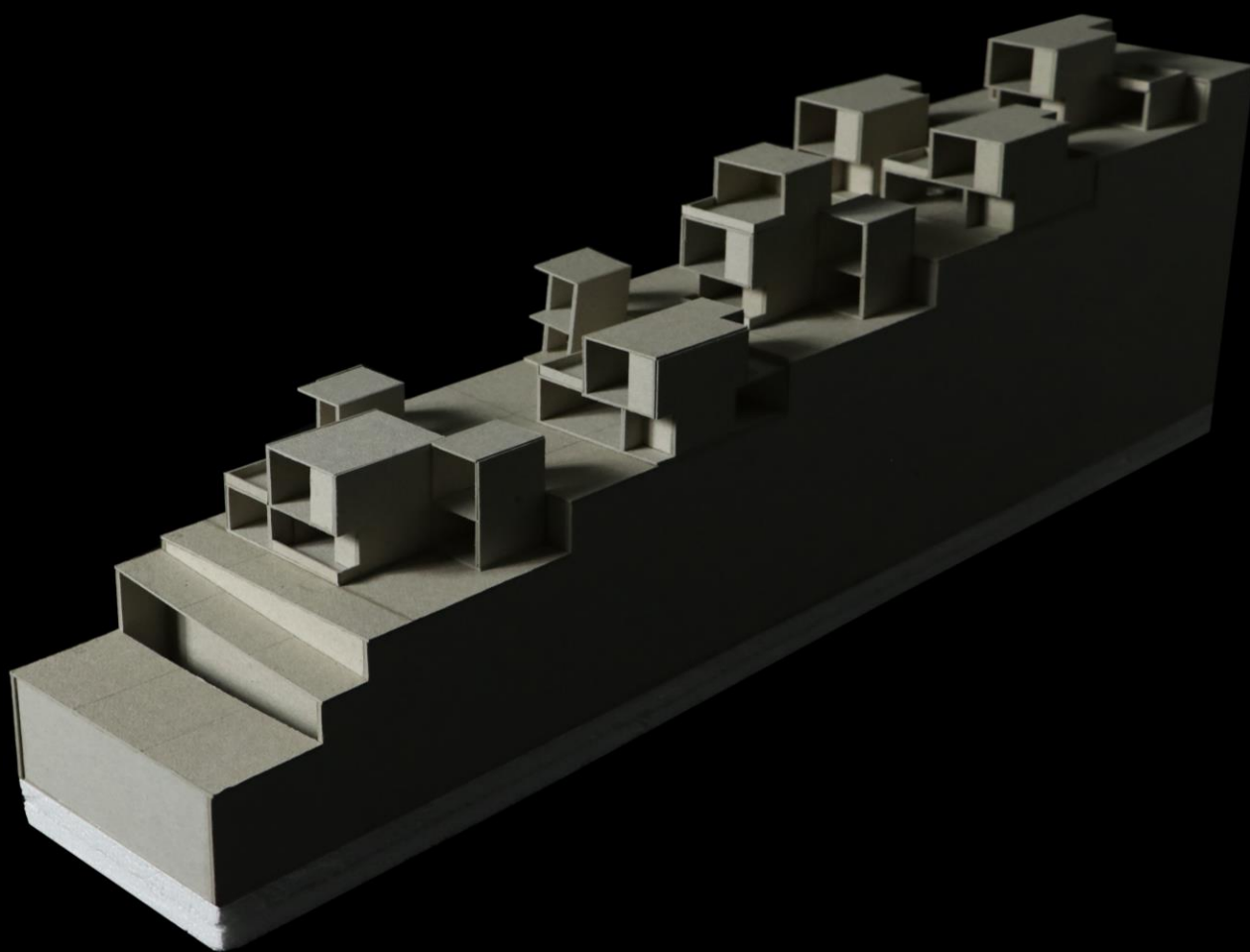


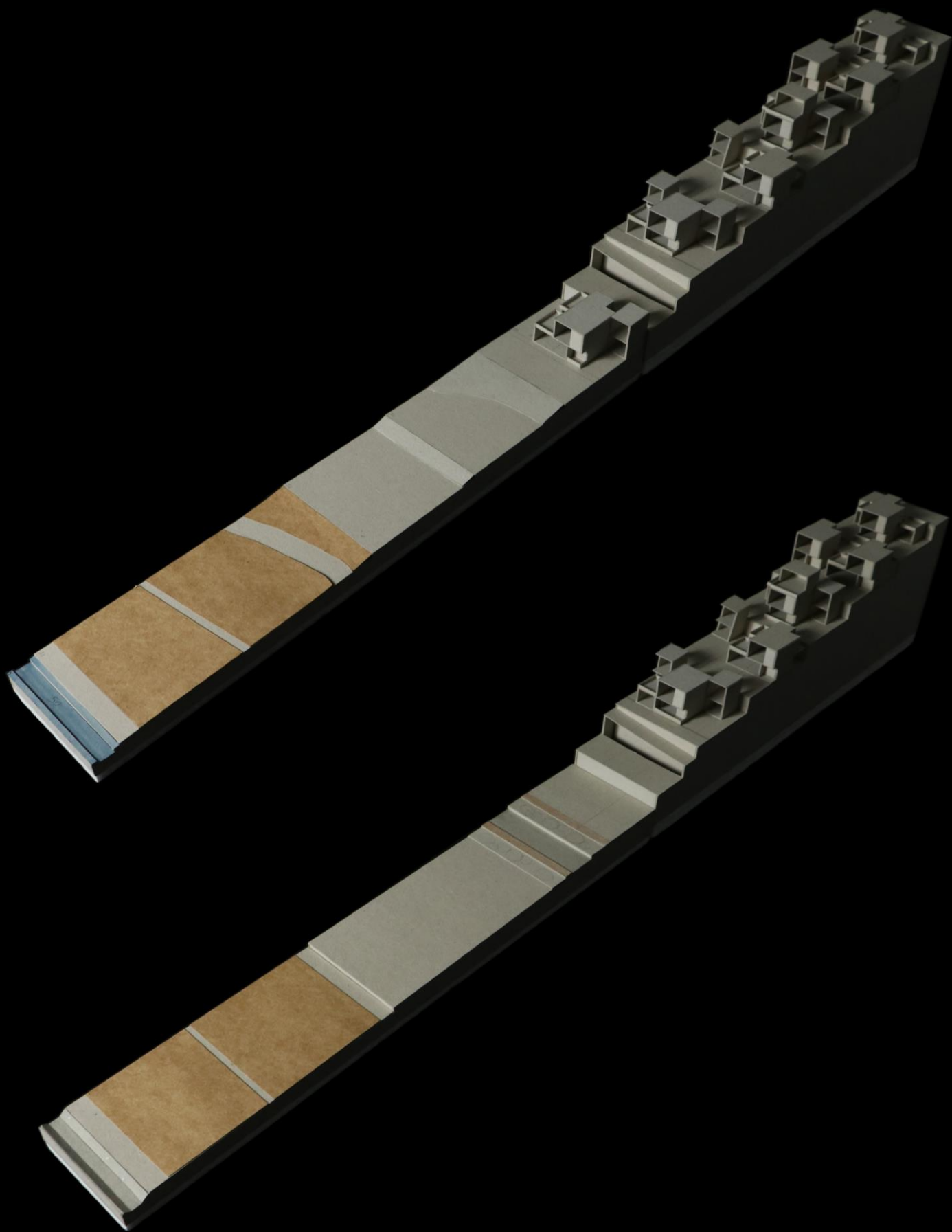


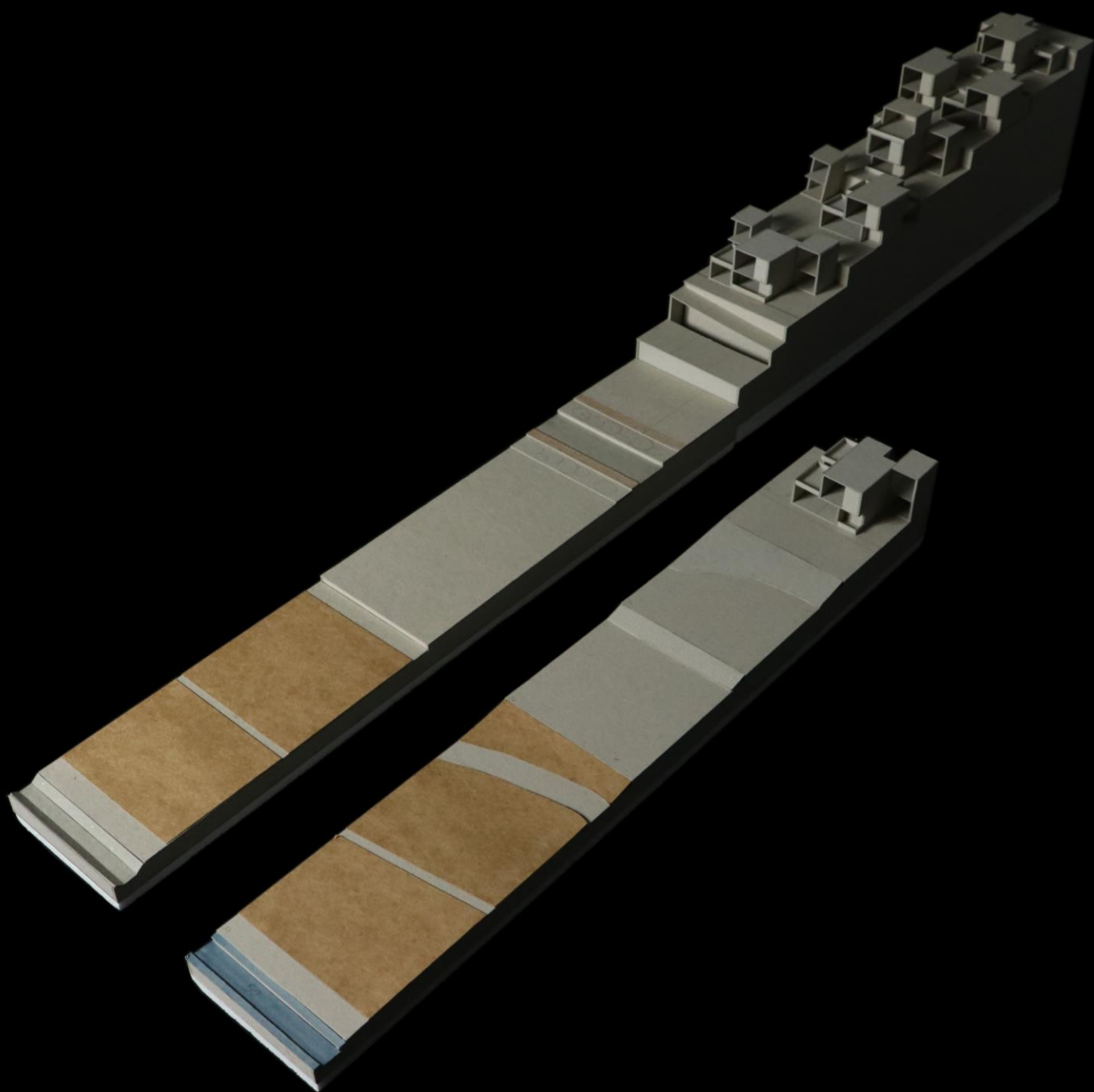




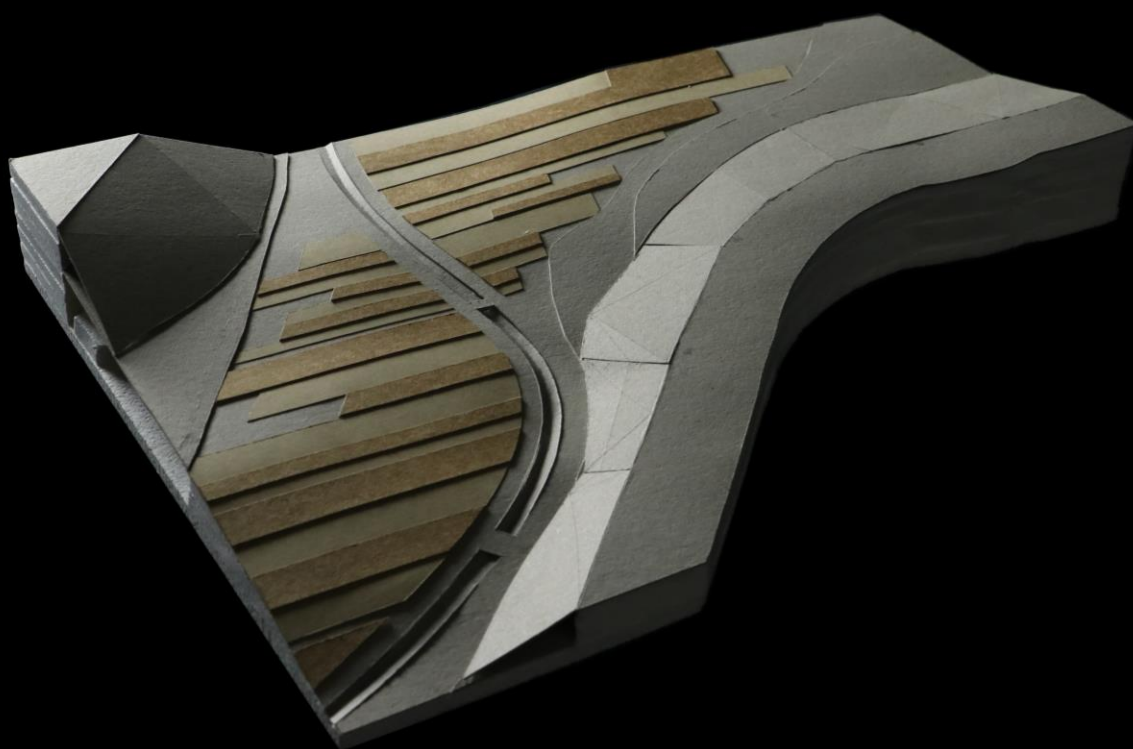


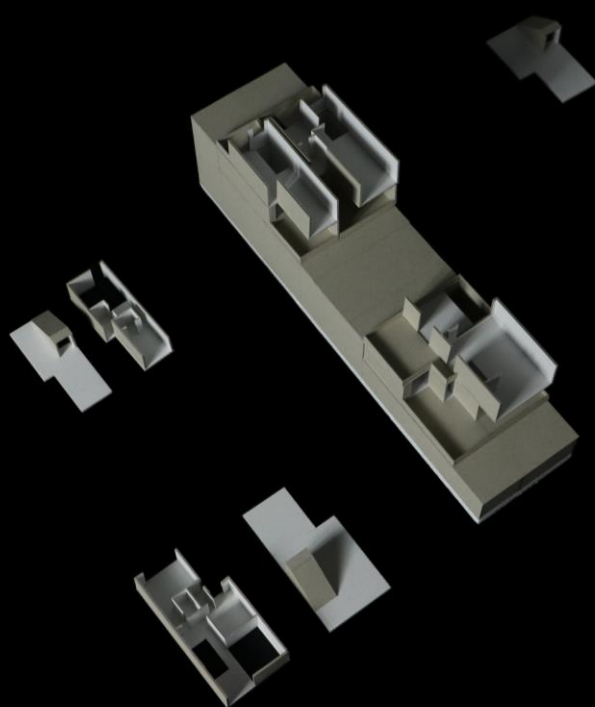


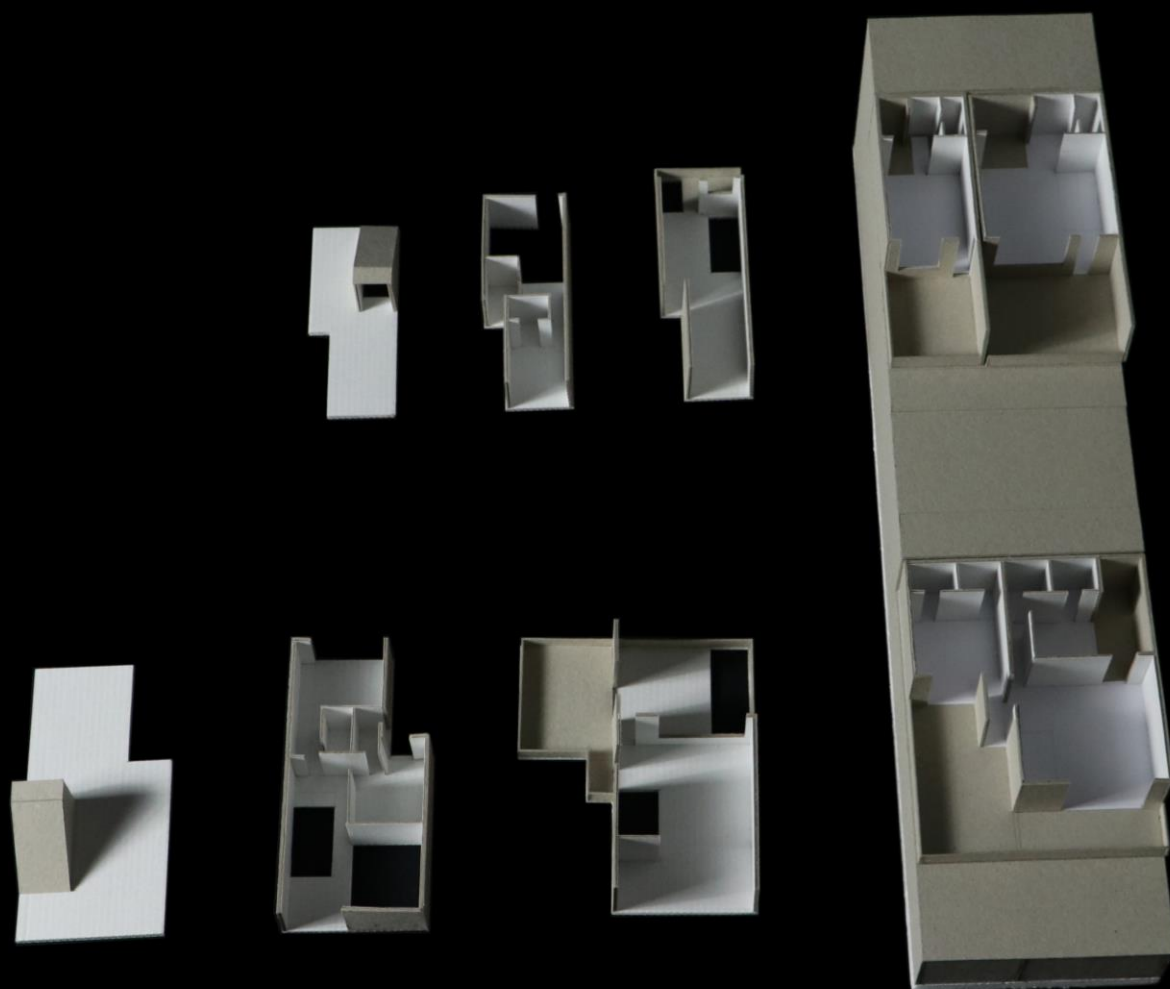


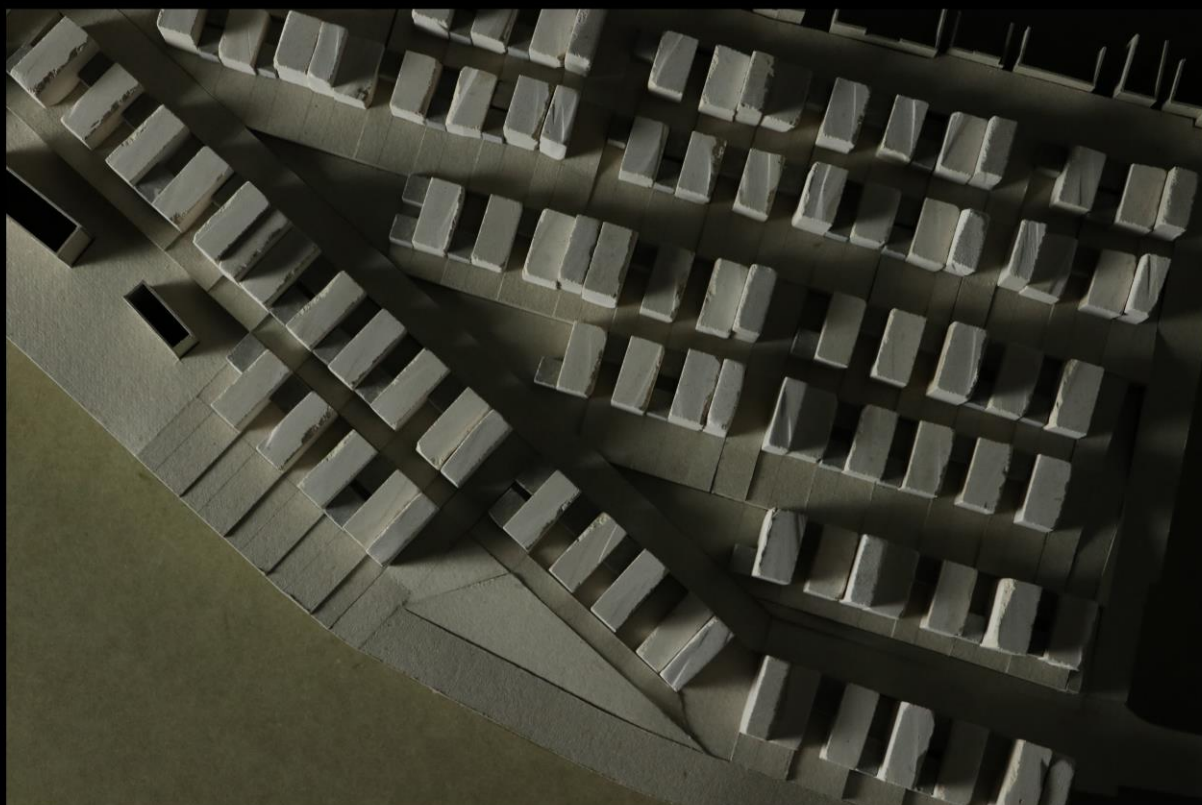
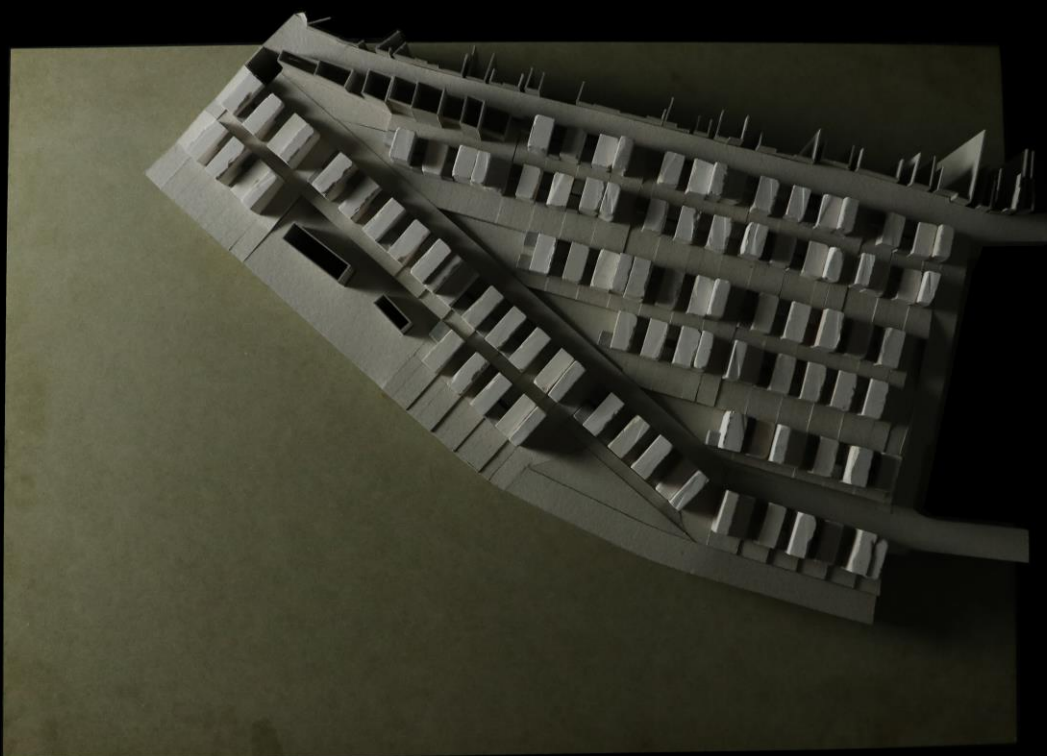


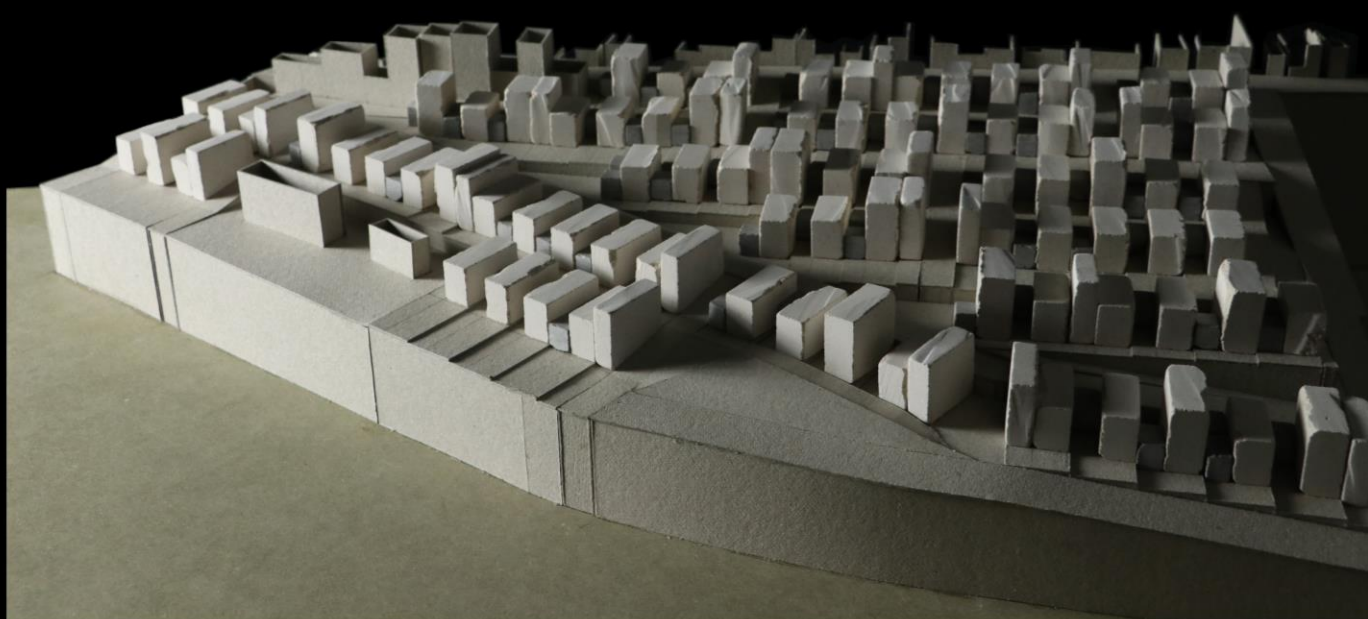


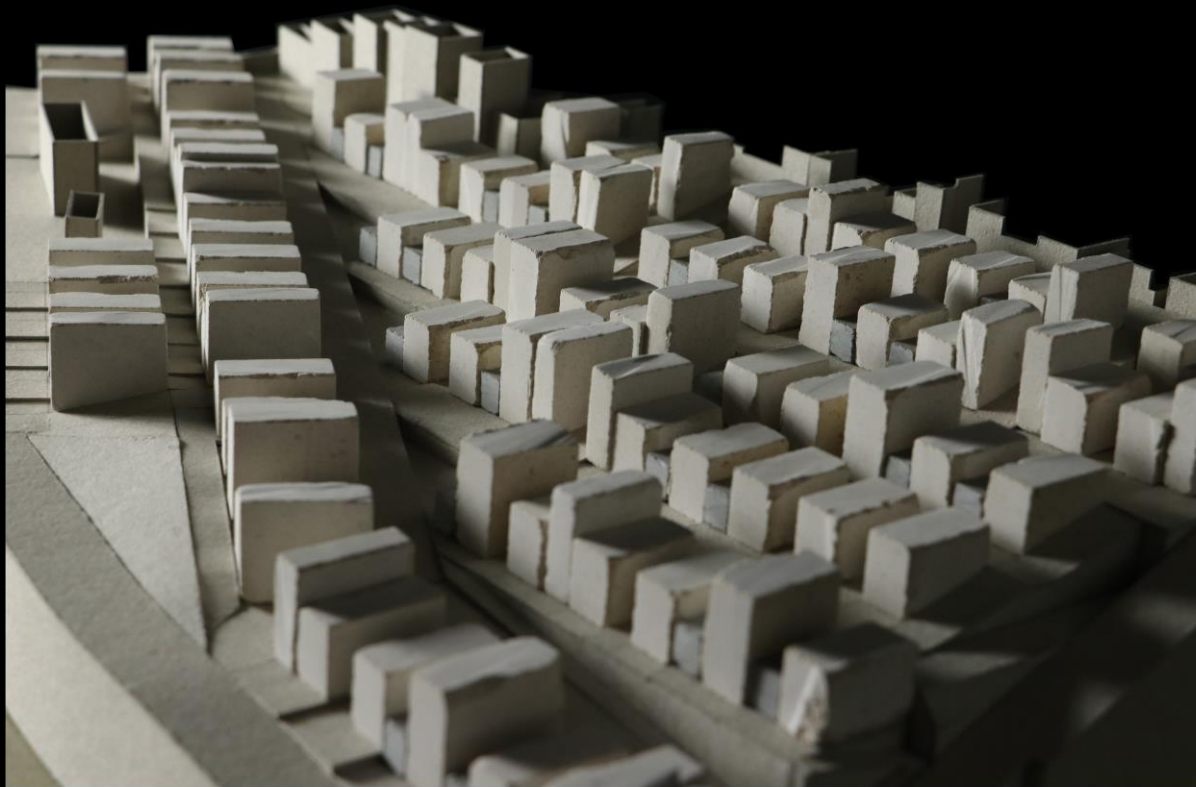


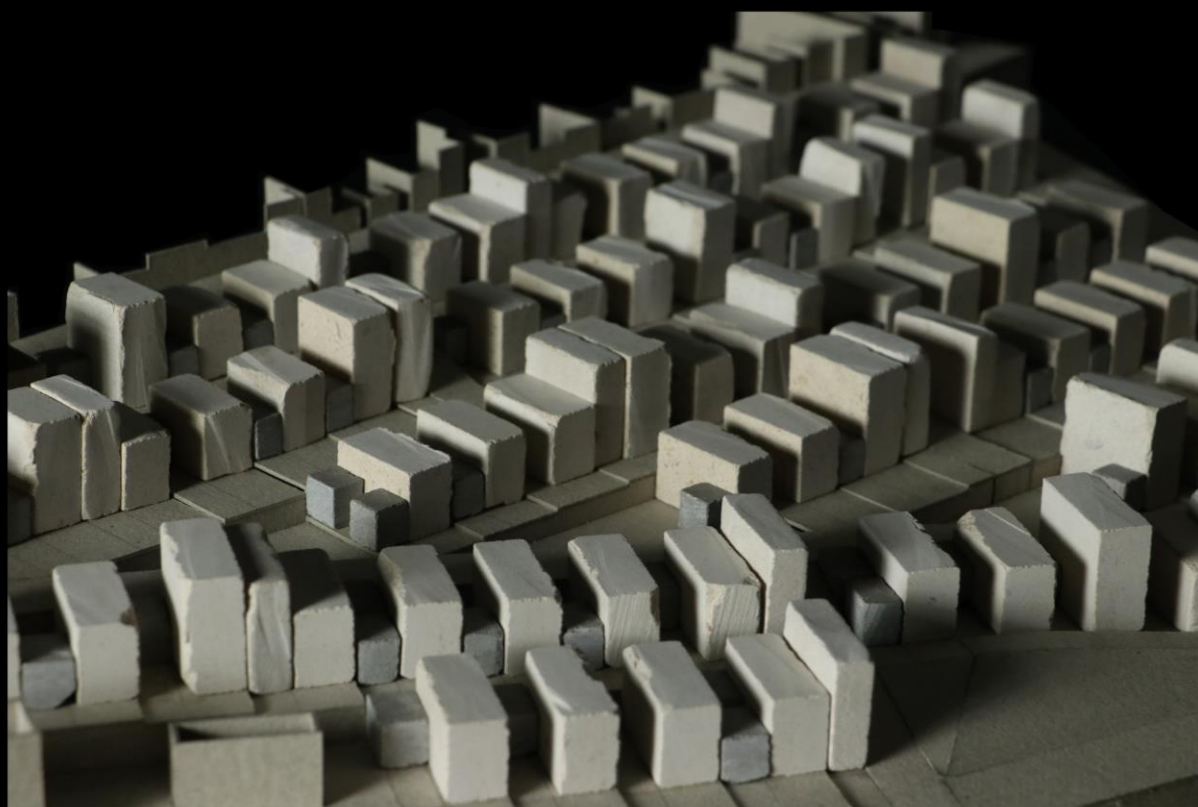
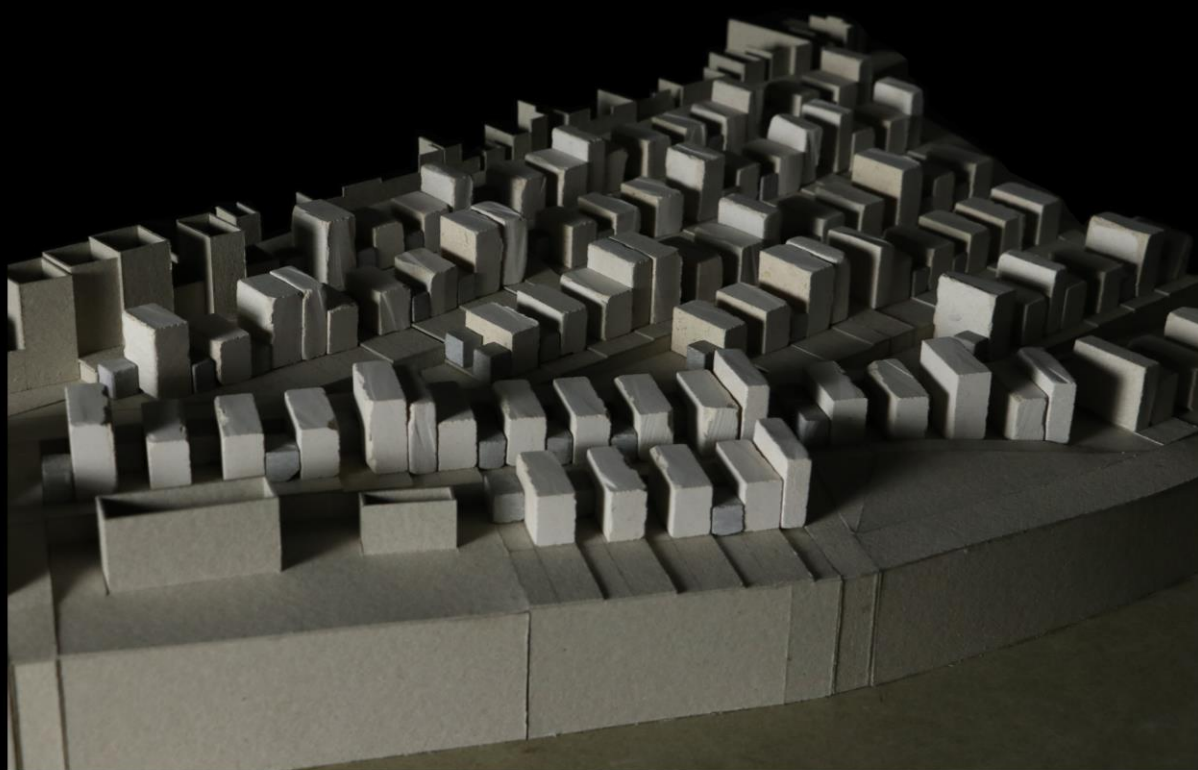




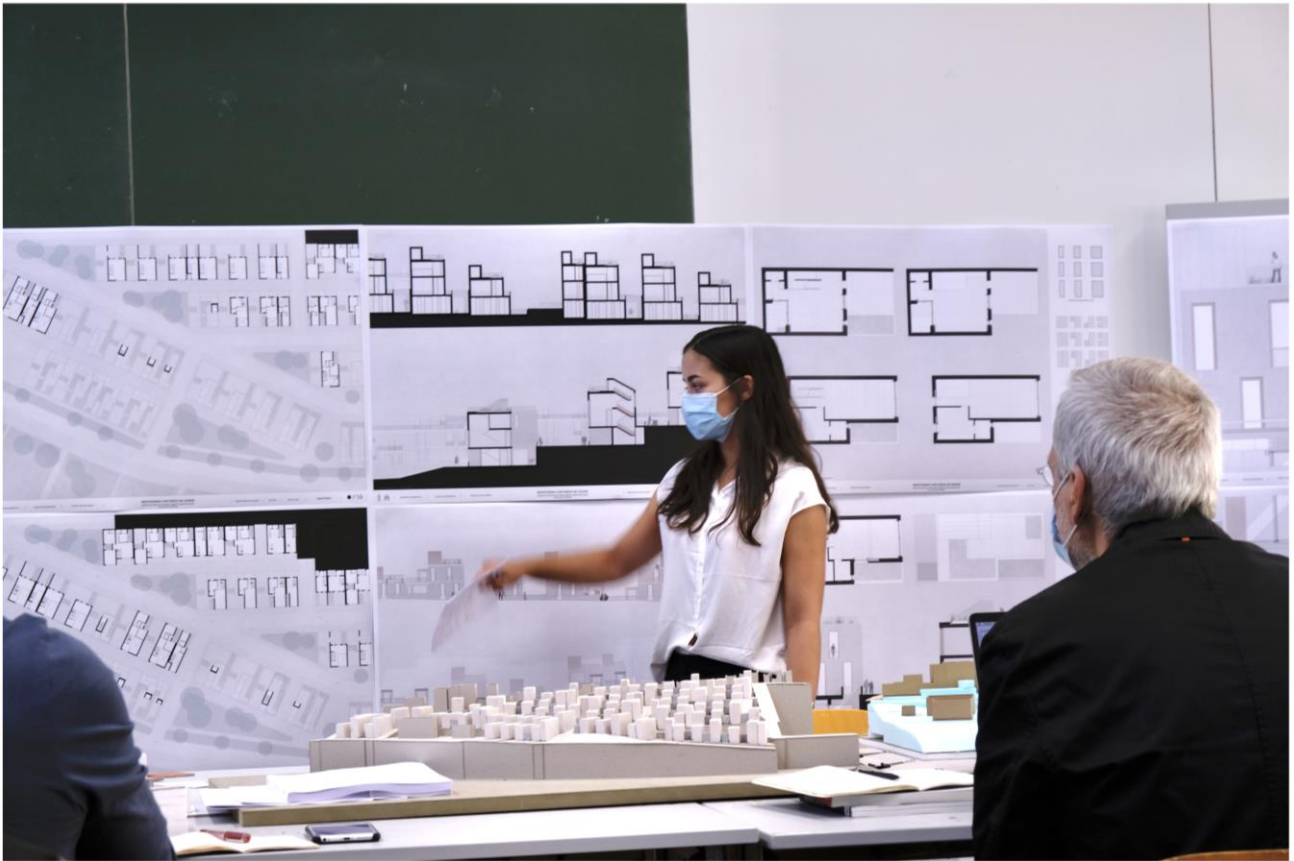






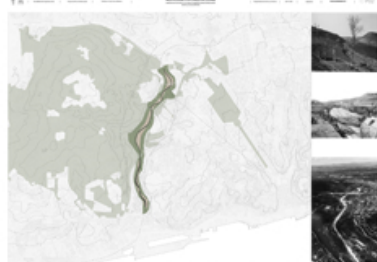
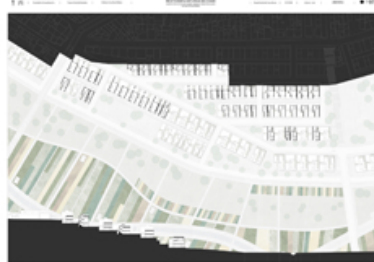


APRESENTAÇÃO





PAINÉIS



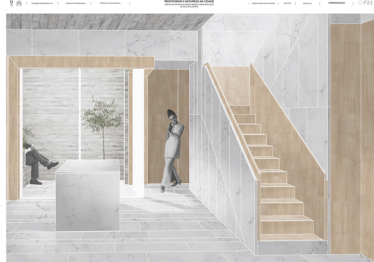
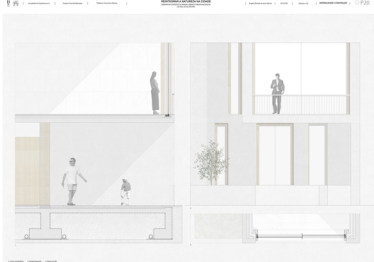
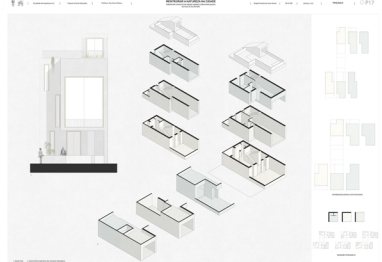
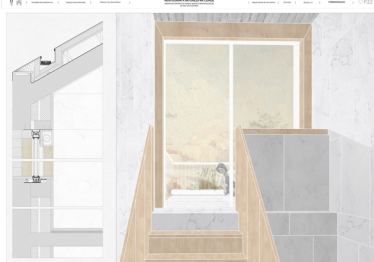
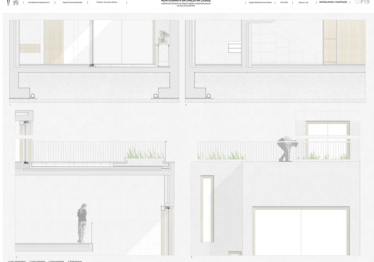
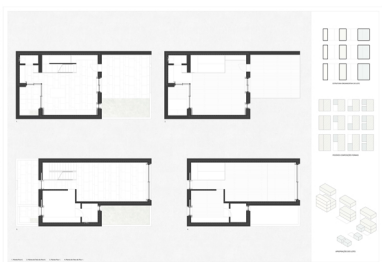
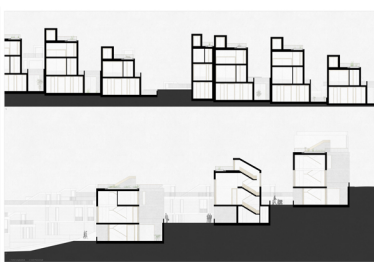




IMAGEM HISTÓRICA SOBRE PAISAGEM - Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



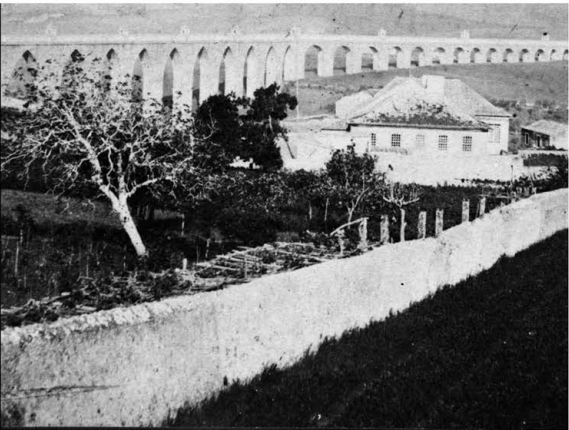
IMAGEM HISTÓRICA SOBRE VIVÊNCIAS - Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

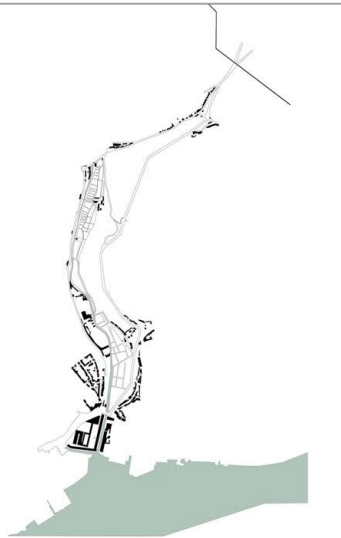


IMAGEM HISTÓRICA SOBRE TIPOS - Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

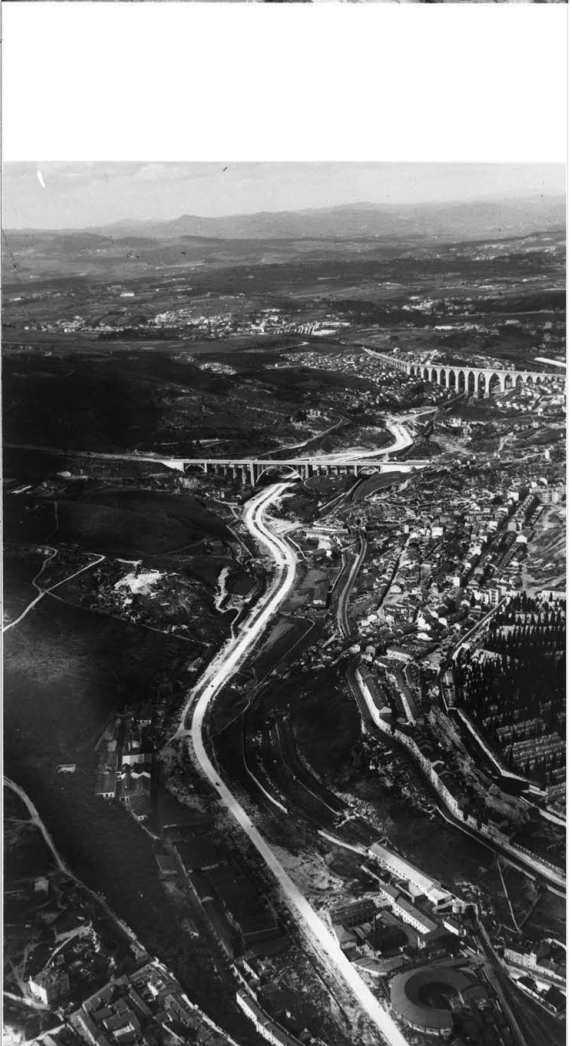
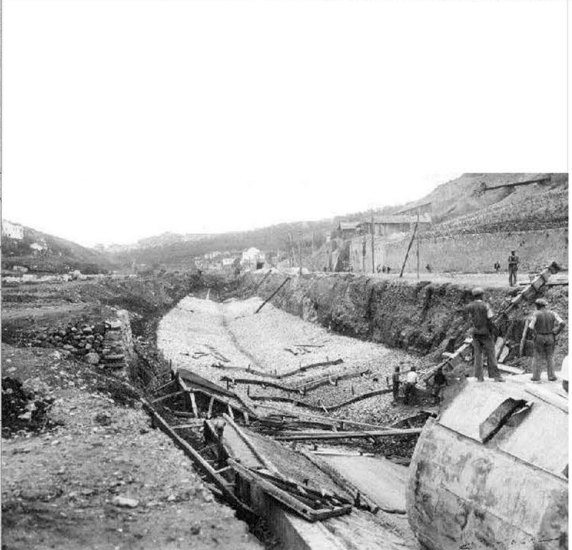


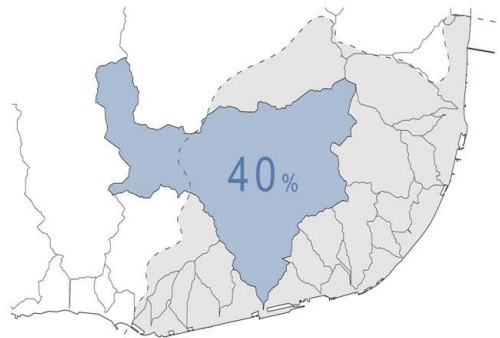
IMAGEM HISTÓRICA SOBRE MATÉRIA - Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



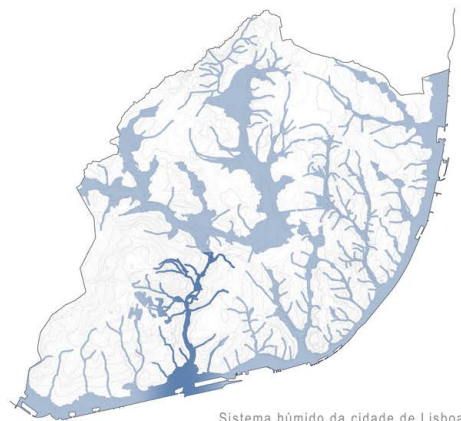


EVOLUÇÃO HISTÓRICA

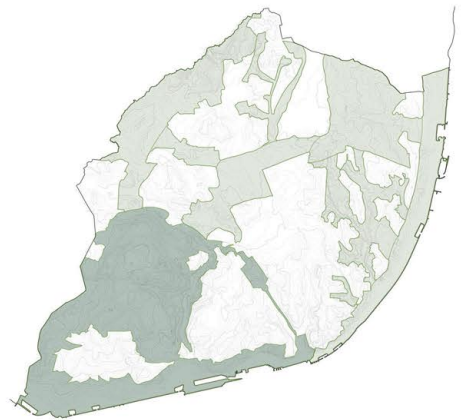




Bacia hidrográfica do Vale de Alcântara



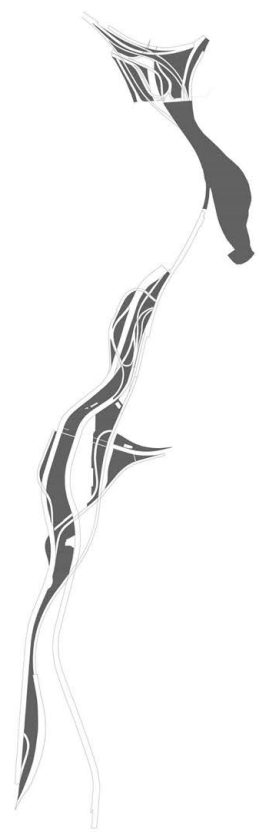
Sistema húmido da cidade de Lisboa



Corredores estruturantes da cidade de Lisboa



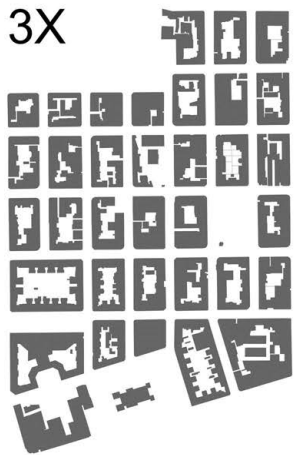
O Vale de Alcântara no contexto do Anel Verde de Lisboa



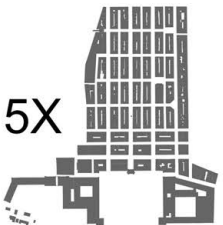
ÁREA DE ESPAÇOS MORTOS = 175 000 M2

ÁREA DE ESPAÇOS MORTOS,
ESTRADAS E ESTALEIROS = 625 114 M2

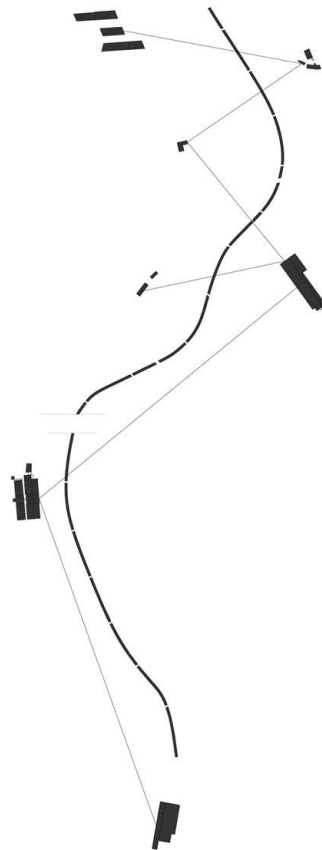
3X



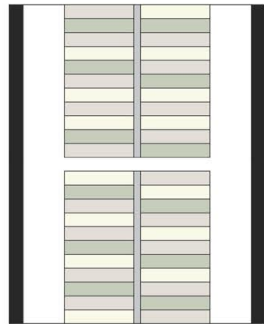
5X



ÁREA DEMOLIDA DE
INFRAESTRUTURAS / ASFALTO
= 192 547 M2



REDE DE EQUIPAMENTOS AO LONGO DO VALE

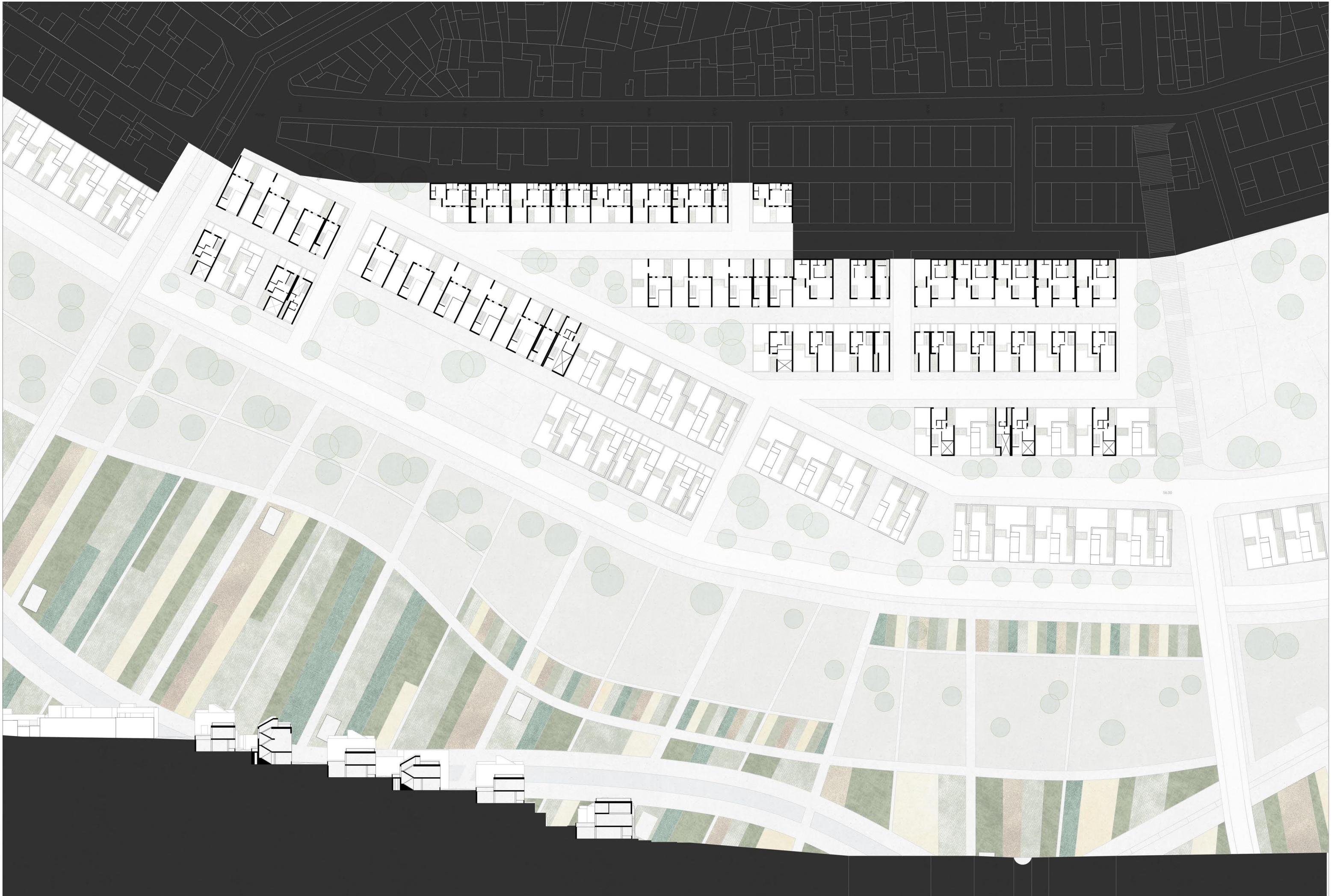


FRENTE URBANA
LAZER
AGRICULTURA
RIBEIRA
AGRICULTURA
LAZER
FRENTE URBANA



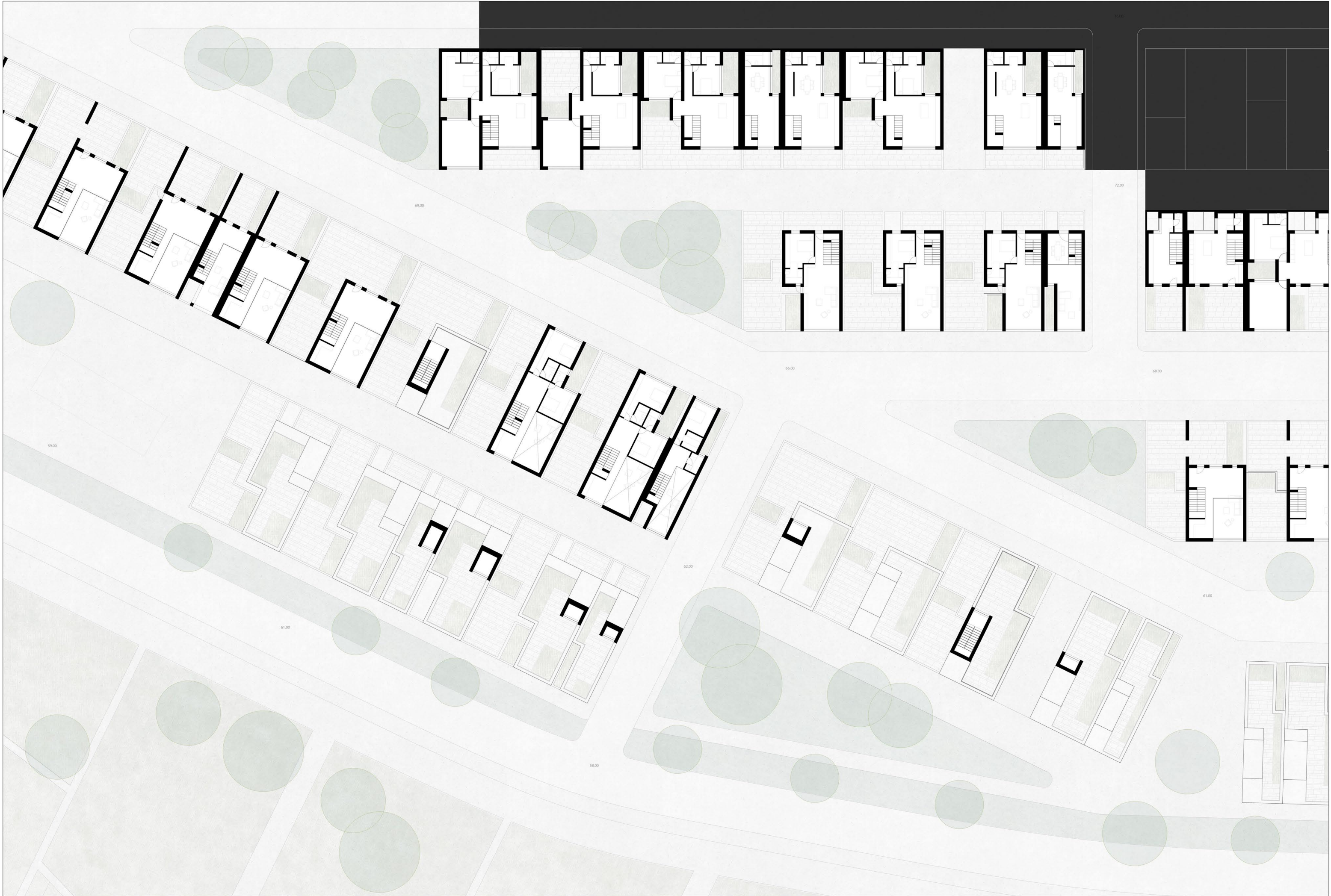
ÁREA DE DEMOLIÇÕES:
106 464 M2
ÁREA DE CONSTRUÇÃO:
292 295 M2

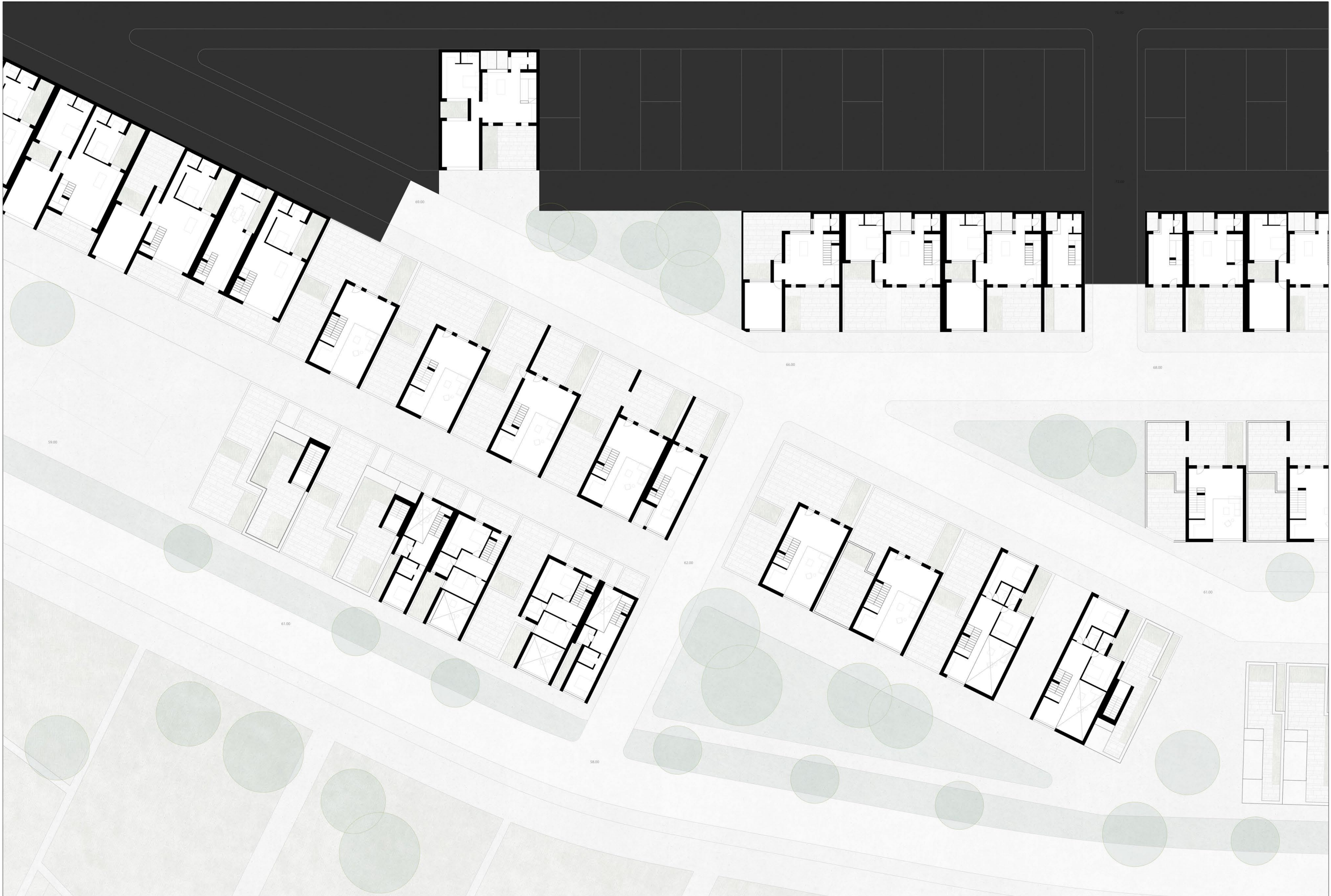


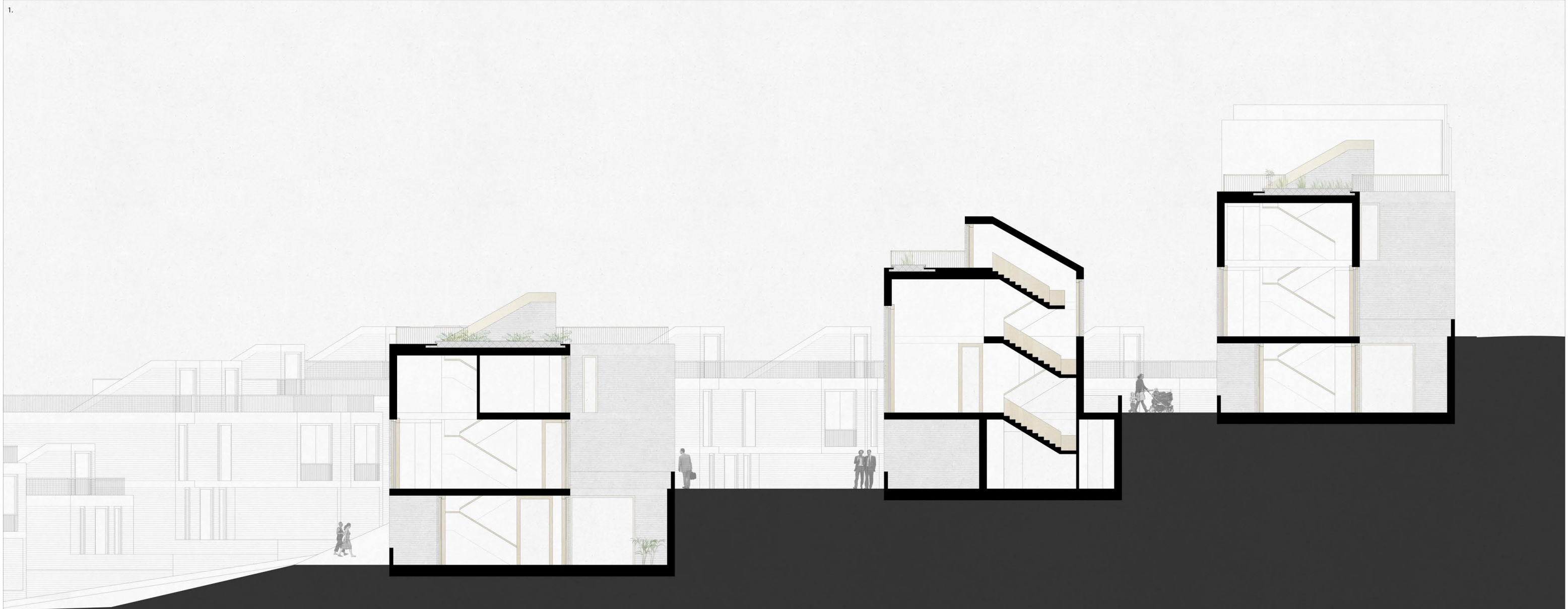












1. Corte Longitudinal. 2. Corte Transversal

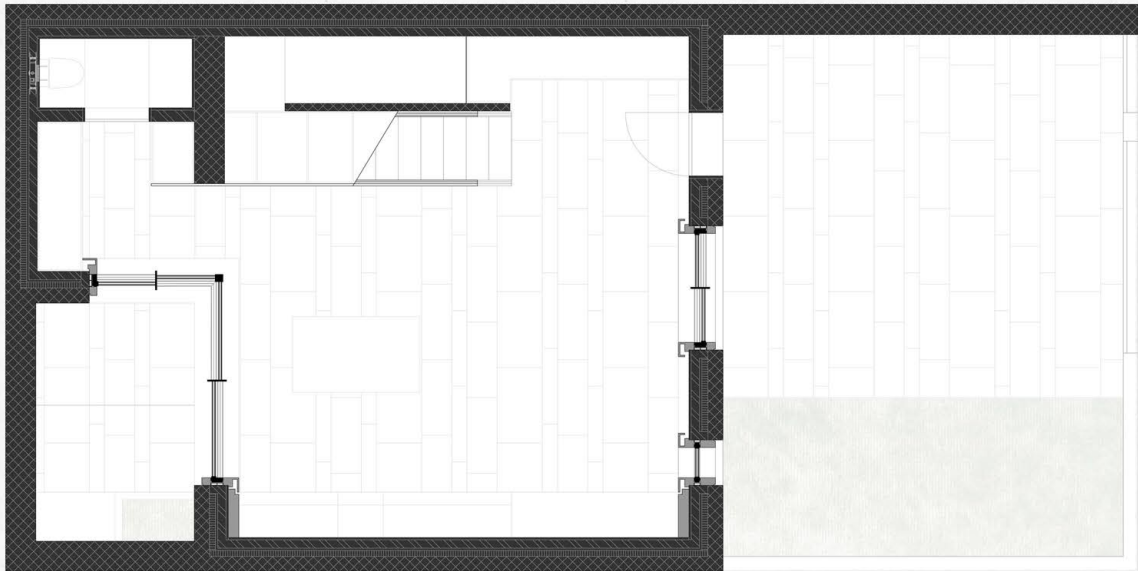


1.

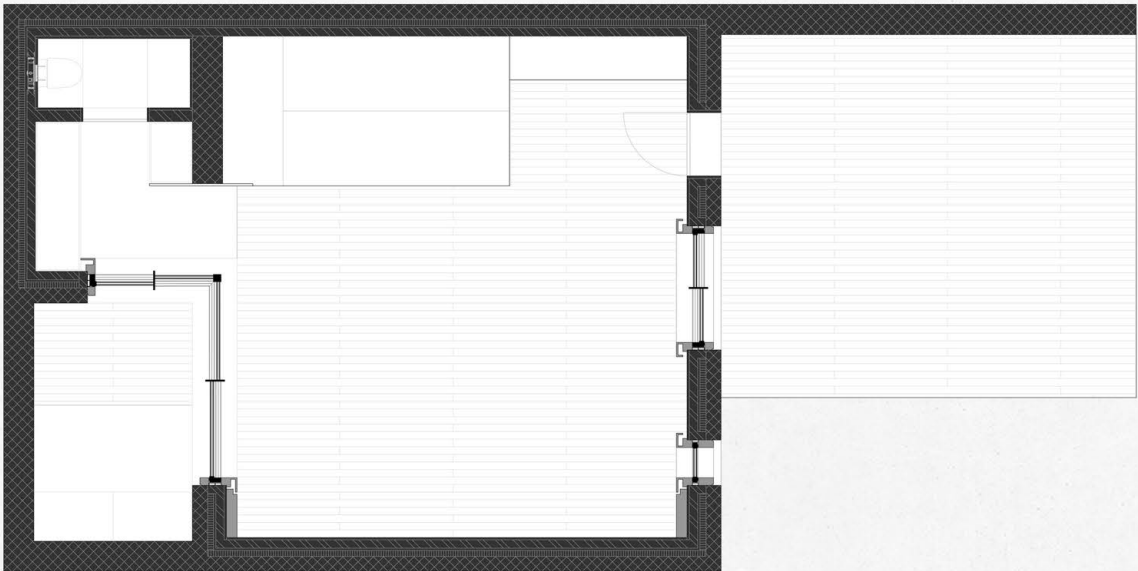
2.

1. Alçado Poente. 2. Alçado Nascente.

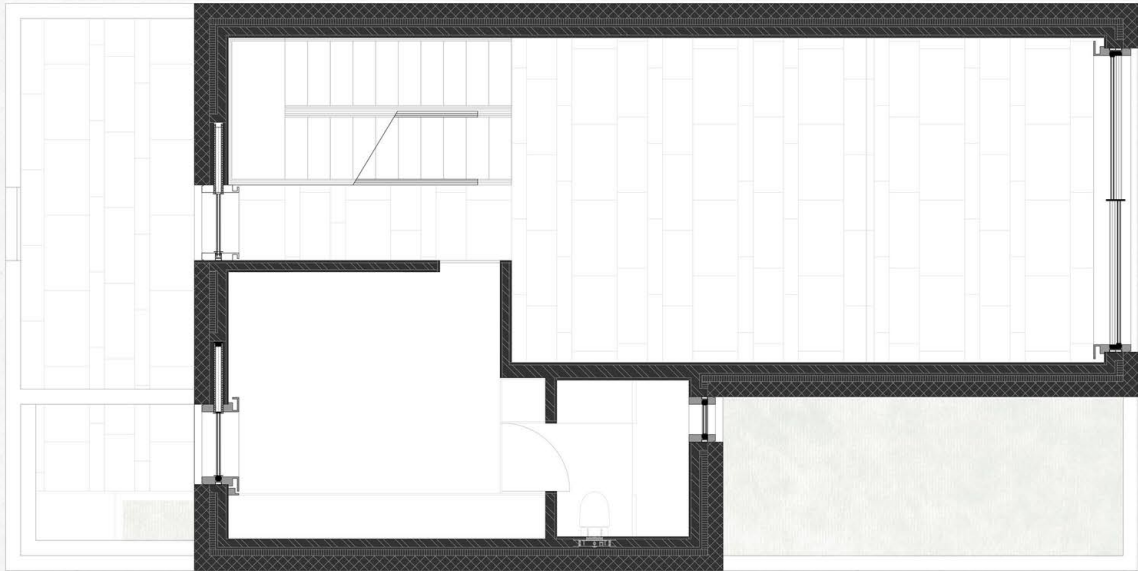




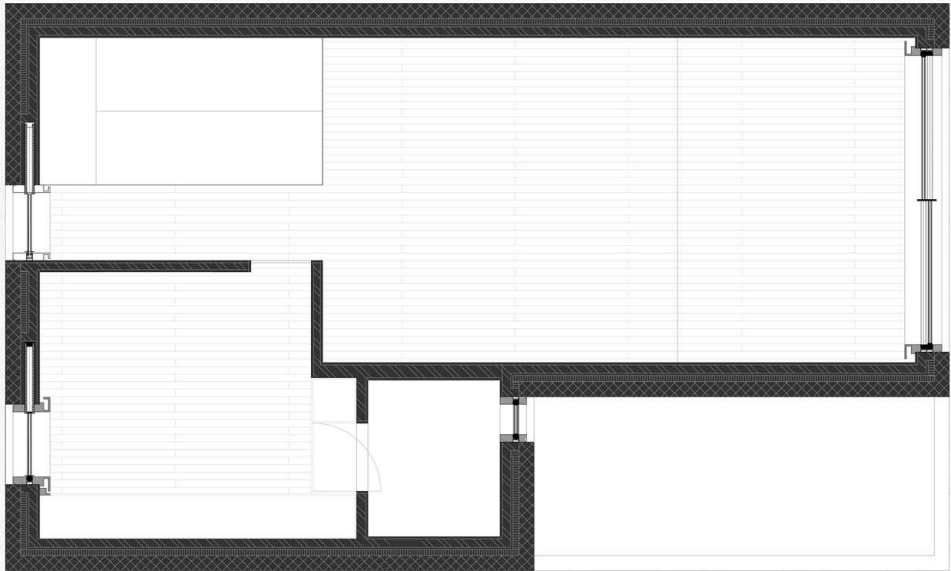
1.



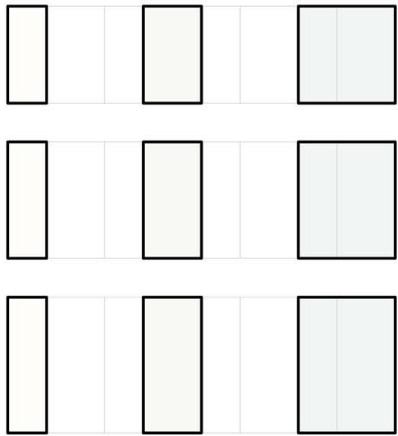
2.



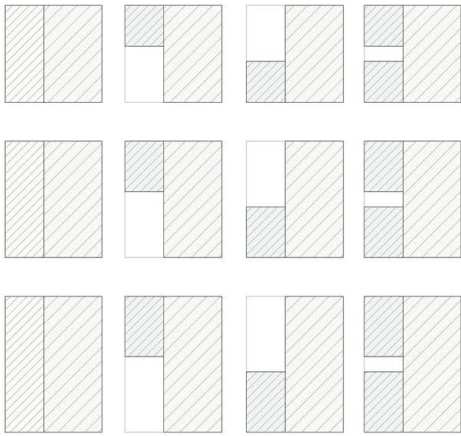
3.



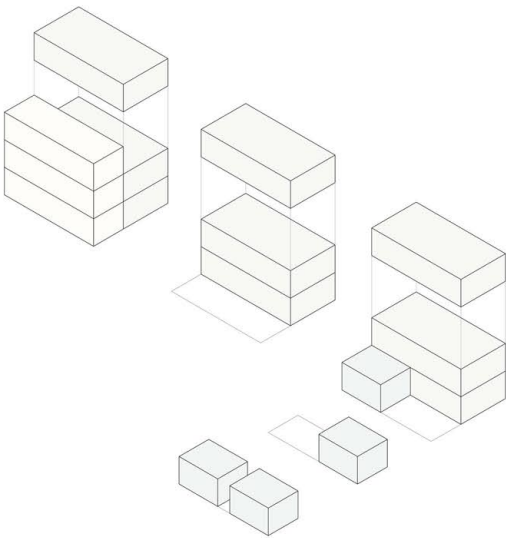
4.



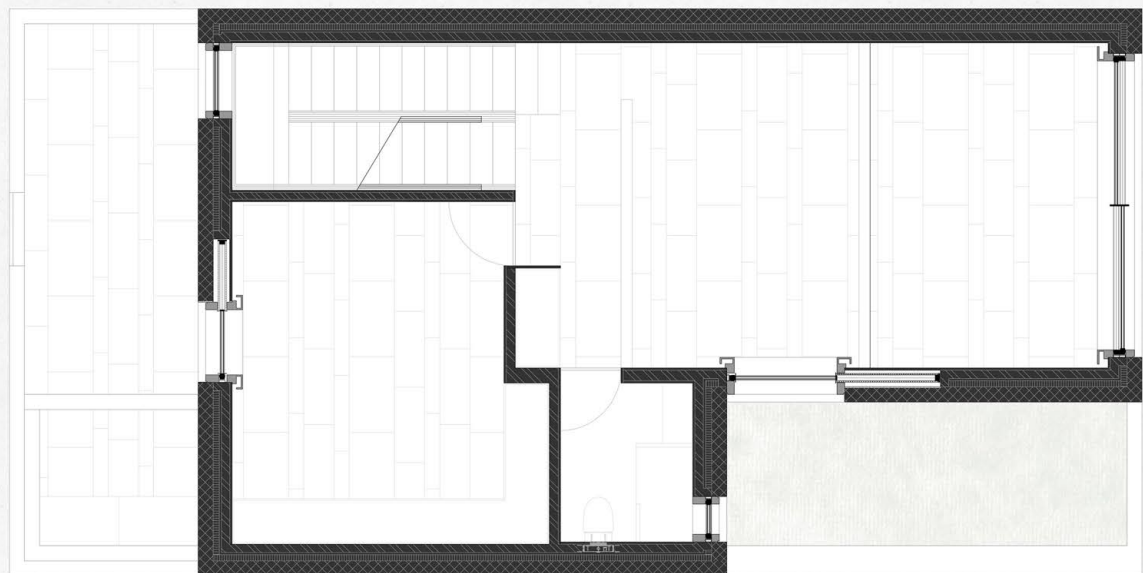
ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO LOTE



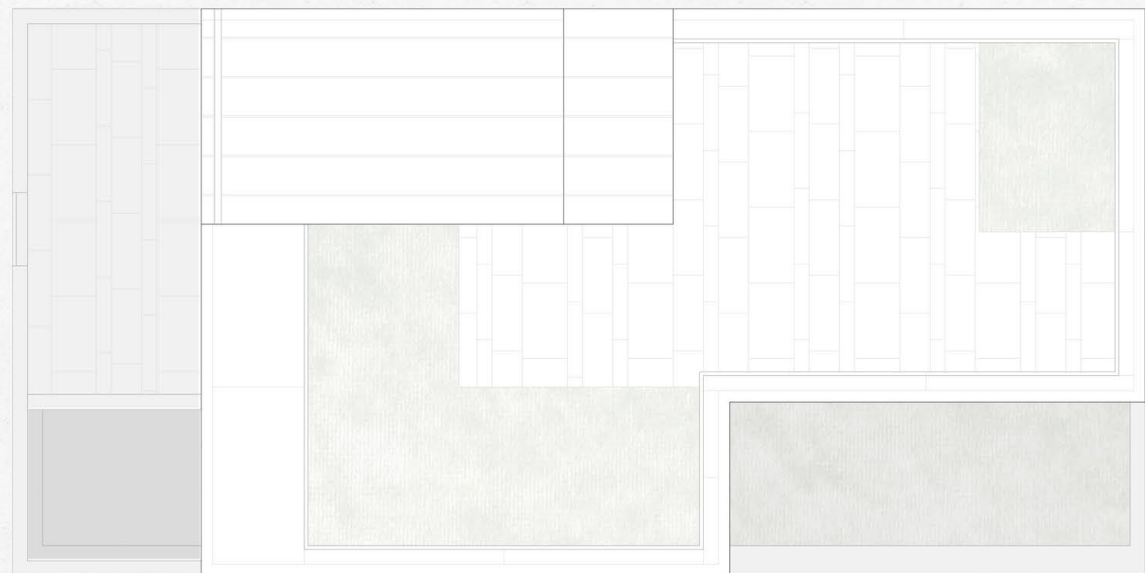
POSSÍVEIS COMPOSIÇÕES FORMAIS



APROPRIAÇÕES DOS LOTES



1.

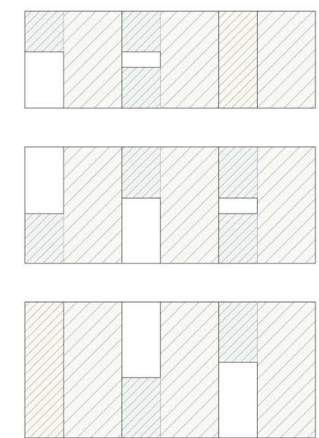


2.

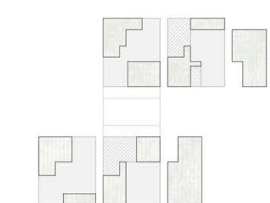
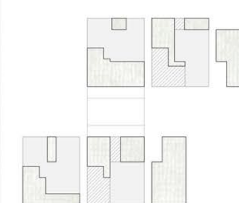
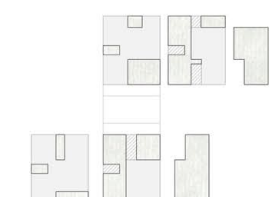
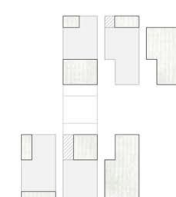
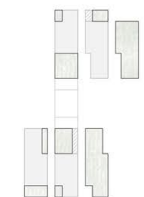


3.

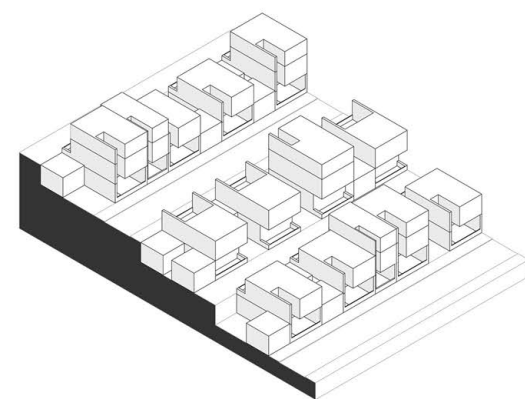
4.



POSSÍVEL COMPOSIÇÃO FORMAL DE RUA

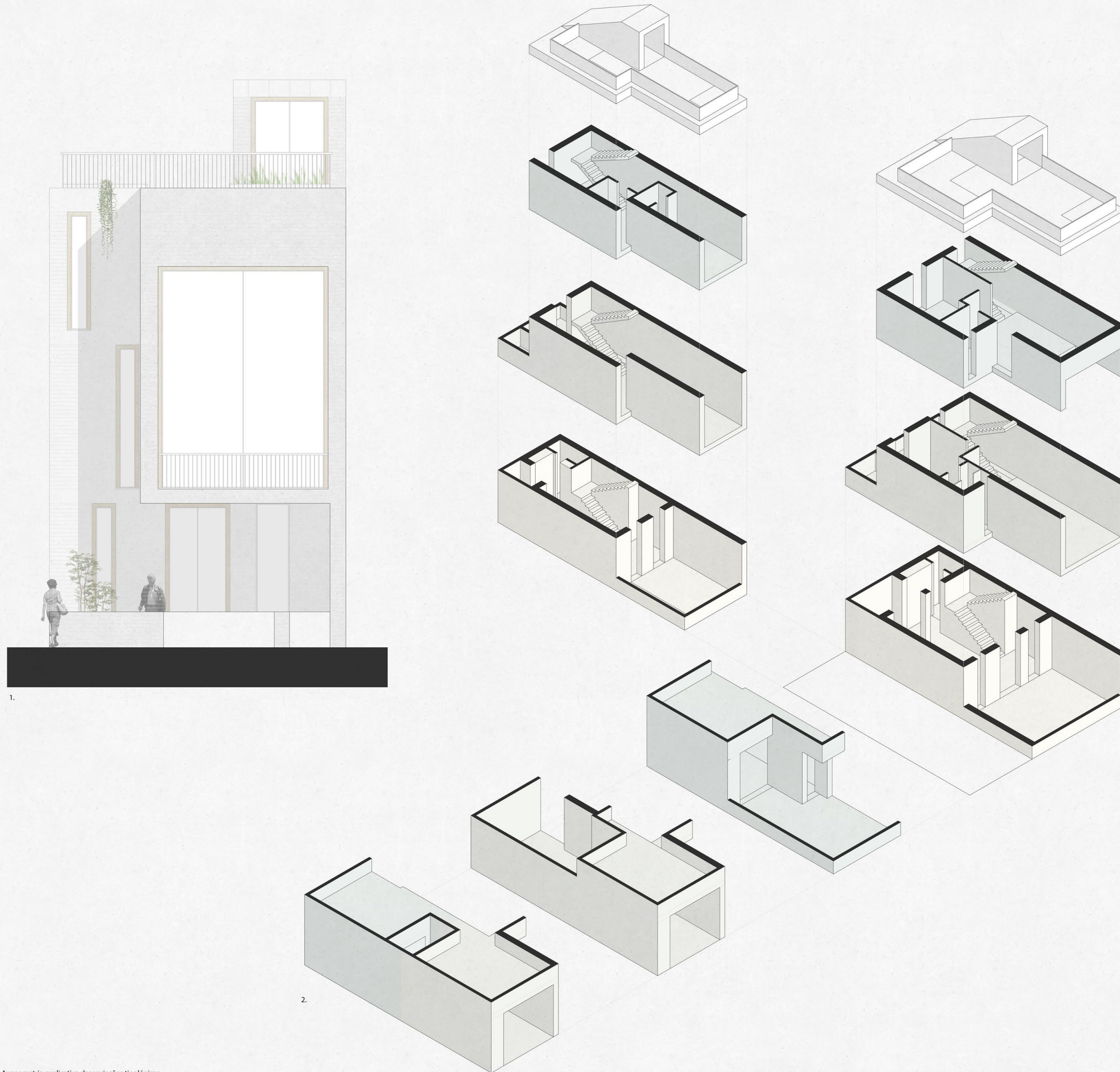


ORGANIZAÇÃO ESPACIAL ATRAVÉS DO EXTERIOR



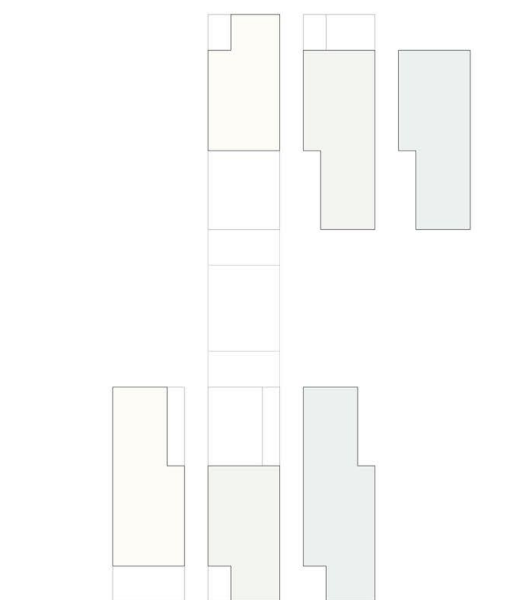
COMPOSIÇÃO FORMAL

1. Planta Piso 2. 2. Planta de Cobertura. 3. Corte Transversal. 4. Corte Longitudinal.

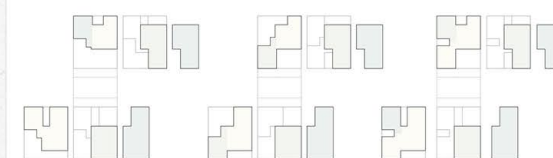
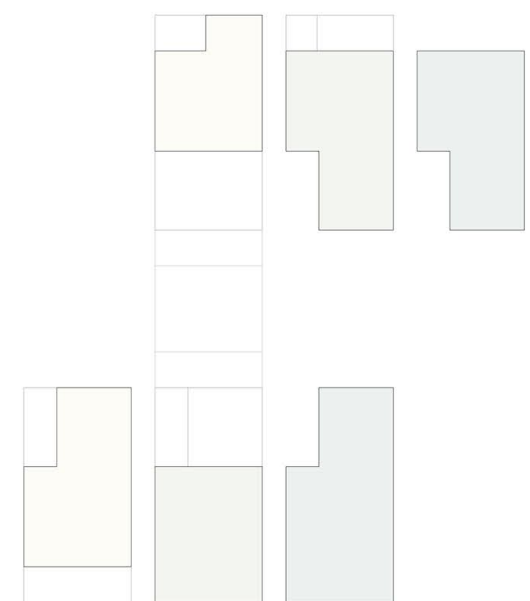


1.

2.

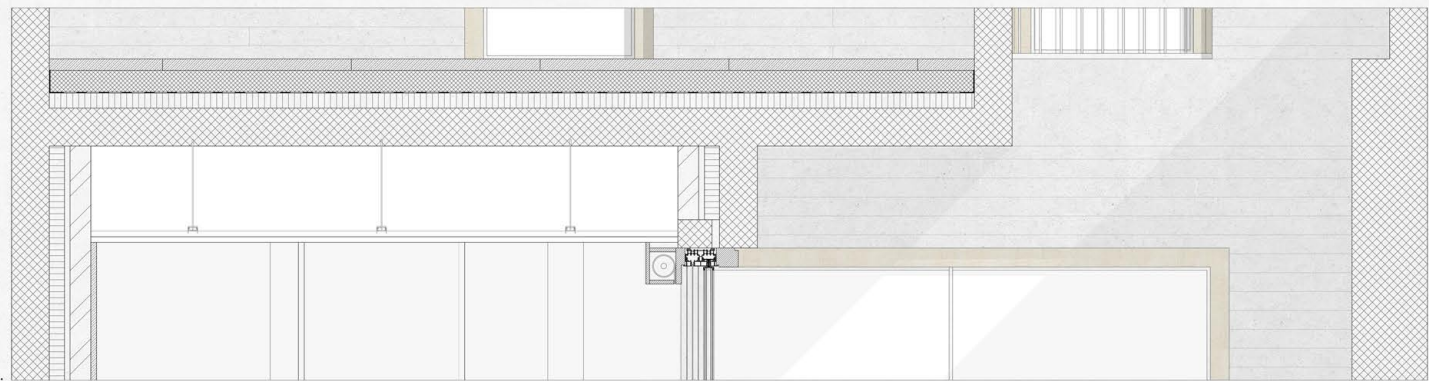


DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TIPOLOGIAS



VARIAÇÕES TIPOLOGICAS

1. Alçado Este. 2. Axonometria explicativa das variações tipológicas.



1. Corte/Alçado Poente. 2. Corte Longitudinal.



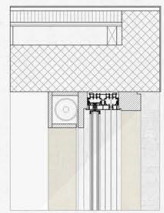
2.



1.



2.

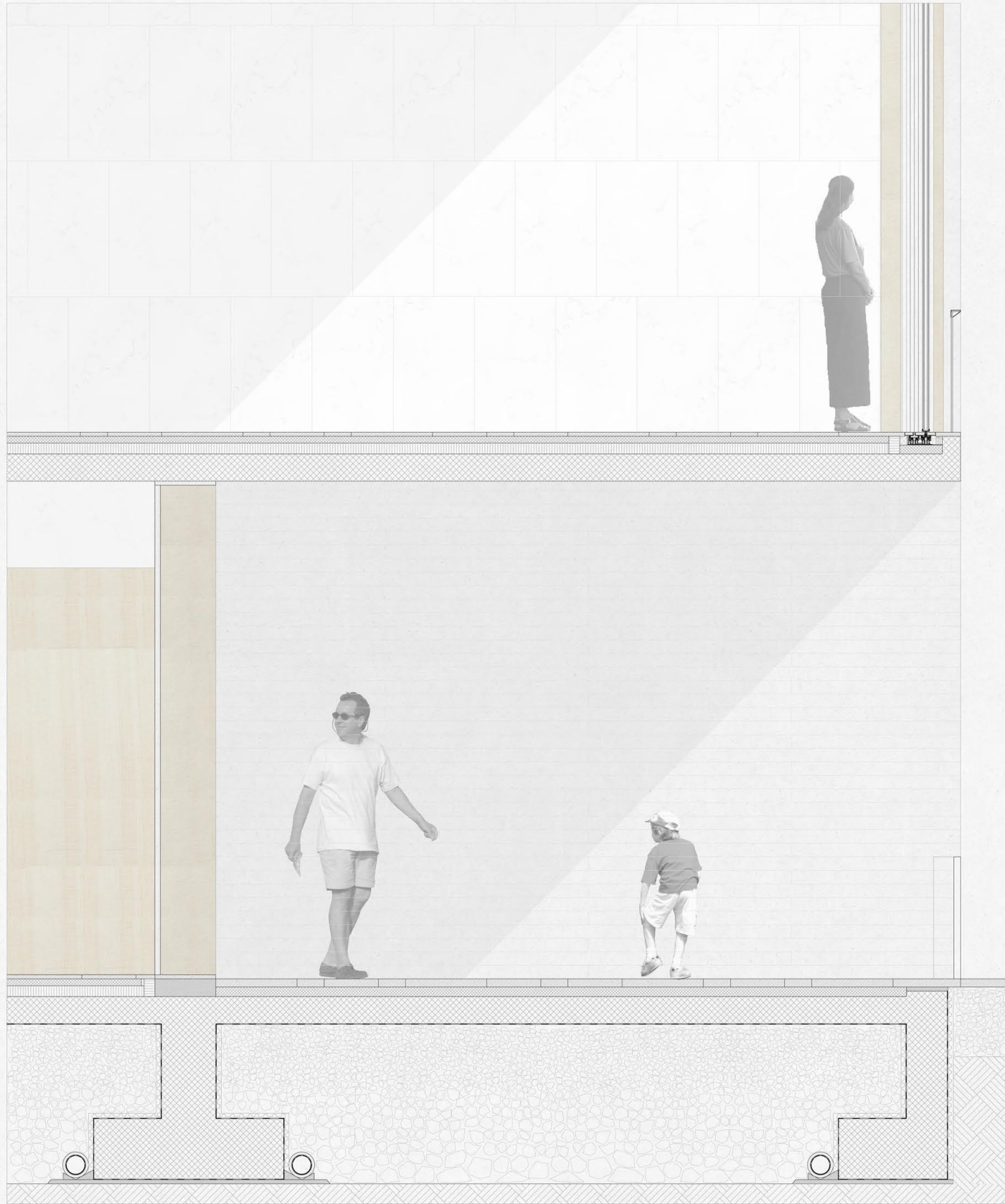


3.



4.

1. Corte / Alçado Poente. 2. Corte Longitudinal. 3. Corte Longitudinal. 4. Alçado Nascente.



1.



2.



3.

1. Corte Longitudinal. 2. Alçado Nascente. 3. Planta de Vão.

